

Livia Espíndola Monte

**“MINHA CASA, MINHA LUTA”:
EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS POLÍTICAS NA OCUPAÇÃO
CONTESTADO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de Concentração 2: Práticas culturais e processos de subjetivação. Linha de Pesquisa Linha 2: Processos de Subjetivação, gênero e diversidades
Orientadora: Dra. Mara Coelho de Souza Lago.

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Monte, Liivia Espindola
"MINHA CASA, MINHA LUTA": : EXPERIÊNCIAS E
PRÁTICAS POLÍTICAS NA OCUPAÇÃO CONTESTADO / Liivia
Espindola Monte ; orientador, Mara Coelho de Souza
Lago, 2016.
127 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Florianópolis, 2016.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Ocupação Contestado. 3. Luta
por moradia. 4. Violência. 5. Interseccionalidade.
I. Lago, Mara Coelho de Souza. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
em Psicologia. III. Título.

Livia Espíndola Monte

***“Minha casa, Minha Luta”:* experiências e práticas políticas da Ocupação Contestado.**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 15 de março de 2016.

Prof.^a Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré, Dr.^a
Coordenadora- PPGP/UFSC

Dra. Mara Coelho de Souza Lago
(PPGP/UFSC- Orientadora)

Dra. Kátia Maheire (PPGP-UFSC-Examinadora)

Dra. Rosana Martinelli Freitas (PPGICH-UFSC-Examinadora)

Dr. Francisco Canella (FAED-UDESC-Examinador)

Dr Adriano Beiras (PPGP-UFSC-Suplente)

O Contestado, o Contestado ó,
A nossa luta aqui vale mais
que ouro em pó.

Eu quero casa, eu tenho direito.
Se hoje eu não tenho foi por culpa do prefeito.

Fui pro ginásio Até dormi no chão
Dia 7 de novembro começou a ocupação.

Graças a Deus que fomos apoiados.
Nós somos militantes bem organizados.

Agradecemos a todas as parcerias
e a todos que pensam em cidadania.

Esse movimento é muito organizado.
Viva a ocupação, terra dos desabrigados.

Lutava tanto, não sabia o que fazer.
Se eu pagava o aluguel, não sabia o que comer.
Tem jovens, adultos, crianças de todas as idades.
Quem está aqui falando é o futuro da humanidade.

Tiraram onda, iludiram o povo.
Tivemos que começar e enfrentar tudo de novo.

Da nossa luta, não vamos desistir,
nem baixar a cabeça nem pedir para sair.

Minha família vive aqui também,
tão precisando de uma casa mais do que ninguém.

A ocupação é terra de trabalhador,
mora muita gente, gente de valor.

A mulherada não tem moleza não,
dando duro e trabalhando para manter a ocupação.

A molecada rala na escola mas quando está
no Contestado solta pipa e joga bola.

(Funk do Contestado, 2016)

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Mara Coelho de Souza Lago, por sua paciência, acolhida e dedicação.

À CAPES, pela bolsa que possibilitou minha dedicação a este trabalho.

À minha família, pelo incentivo e apoio em todos os momentos dessa trajetória.

Aos professores Francisco Canella e Carmen Suzana Tornquist pela oportunidade de aprendizado sobre a Ocupação Contestado.

Ao casal de amigos Camila Rodrigues e Luís Felipe Aires Magalhães pelo afeto, apoio e incentivo.

Ao meu companheiro Alex, pelas palavras duras e doces que me fizeram chegar ao final dessa trajetória.

À todos os integrantes da banca de qualificação e defesa, pelas considerações e orientações

À todos os integrantes, apoiadores e organizações da Ocupação Contestado. Muito obrigada!

RESUMO

O direito à moradia é constitucional, porém ele não é garantido a todas e todos. Uma promessa eleitoral, não cumprida, feita pelo ex-prefeito do Município catarinense de São José, ocasionou a ocupação ilegal de um terreno que deu origem à uma ocupação. A Ocupação Contestado é composta por 102 lotes de moradia de 24m², e um total de 243 moradores e moradoras. Possui uma extensa rede de apoio envolvendo organizações políticas e militantes, pesquisadoras/es e estudantes, em que se destaca a Organização Política Brigadas Populares que influencia diretamente no seu cotidiano. Utilizando o método etnográfico através de observações participantes, diários de campo e entrevistas foi possível narrar e compreender as vivências do cotidiano da luta por moradia pelos/pelas moradores/as da Ocupação. Os focos de análise envolvem as violências sofridas pelos sujeitos envolvidos com a ocupação, as relações entre classe social, gênero, raça e etnia com o espaço urbano. A Ocupação Contestado é um projeto político em curso, com todos os problemas e potencialidades que um experimento com outra forma de organização social apresenta. A maior riqueza da ocupação são suas experiências, sua dinâmica interna, sua capacidade de se reorganizar suas formas de existência.

Palavras-chave: Ocupação Contestado, Luta por moradia, Violência, Interseccionalidade

ABSTRACT

The right to habitation is guaranteed by the Brazilian constitution, however it is not guaranteed to the whole populace. One political campaign promise, unfulfilled, made by an ex-mayor of the Santa Catarina municipality of São José, initiated a movement of illegal occupation and housebuilding in land owned by Suvec real estate. The Contestado Occupation is composed by 102 allotments of 24 m², and a grand total of 243 inhabitants. It has an extensive support network involving political and militant organizations, as well as researchers and students, of which the Brigadas Populares Political Organization features prominently in its influence over the community's daily life. Using ethnography as a method of research by interviewing, writing field diaries and by using participating observation, it was possible to narrate and understand the daily experiences of the struggle for habitation. The analytic foci involve the violence suffered by the subjects in the occupation, the relationship between gender, race, ethnicity, social class and the urban space. The Contestado Occupation is an ongoing political project, which contains all the problems and potential that a different social organization experiment presents. The occupation's biggest wealth are its experiences, its internal dynamic, and its capacity to reorganize and change to accommodate other forms of existence.

Keywords: Contestado Occupation, Struggle for Habitation, Violence, Intersectionality.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1. Estrutura etária dos moradores da Ocupação Contestado.....	30
Gráfico 2. Situação trabalhista do responsável pelo domicílio em porcentagem.....	53
Gráfico 3. Domicílios segundo rendimento médio mensal do responsável do domicílio, medido em salários mínimos.....	54
Gráfico 4. Situação da casa anterior da família.....	60
Gráfico 5. Raça/cor do responsável pelo domicílio em porcentagem.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Identificação dos/as entrevistados/as moradores/as do Contestado.....	43
Tabela 2. Continuação da identificação dos/as entrevistados/as moradores/as do Contestado.....	44
Tabela 3. Identificação dos/as militantes entrevistados/as das Brigadas Populares.....	45
Tabela 4. Continuação da identificação dos/as militantes entrevistados/as das Brigadas Populares.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

ANDES - Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
BNH - Banco Nacional de Habitação
BPs - Brigadas Populares
CABN - Coletivo Anarquista Bandeira Negra
CadÚnico - Cadastro único
FJP - Fundação João Pinheiro
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA - Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada
MST - Movimento dos Sem-Terra
PBF - Programa Bolsa Família
SC - Santa Catarina
SPU - Superintendência do Patrimônio da União
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	21
2. METODOLOGIA	24
2.1 A Ocupação Contestado: O Campo de Pesquisa	24
2.2 Os Sujeitos da Pesquisa	33
2.3 O Caminho Metodológico	38
2.4. Para Além do Meu Caminho Metodológico	45
3.URBANIZAÇÃO E MORADIA	47
3.1 A Transição Urbana Abrupta Brasileira e a Terra Como Mercadoria	47
3.2 Déficit Habitacional: A Verdade Revelada.	51
3.3 Programas Habitacionais: O Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Minha Casa, Minha Vida.	54
3.4 Santa Catarina, a Área Conurbada da Região Metropolitana de Florianópolis e as Reflexões do/das Moradores/as Acerca da Ocupação.	58
4. A OCUPAÇÃO CONTESTADO (2012-2015)	69
4.1. Relações de Classe, Gênero, Raça/Etnia na Ocupação Contestado..	70
4.2. A Questão da Violência na Ocupação Contestado	83
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
7. ANEXOS	122
7.1.Anexo A - Localização da Ocupação Contestado	122
7.2. Anexo B - Regimento Interno da Ocupação Contestado	124
7.3.Anexo C - Fotos da Ocupação Contestado.....	125

1. INTRODUÇÃO

“Quando morar é um privilégio, ocupar é um direito” (autor desconhecido).

Nos últimos três anos em Florianópolis e em São José, explodiram três ocupações significativas: Palmares e Amarildo na capital e a Ocupação Contestado no município vizinho de São José. O que leva famílias a ocupar terrenos que não são seus? O que levam elas a se submeter a espaços com instalações sanitárias precárias e sob ameaça de despejo a qualquer momento? Qual é o preço de uma moradia própria?

Por trás da imagem que Santa Catarina e a capital Florianópolis tentam vender para o resto do Brasil: de qualidade de vida, paisagens paradisíacas e festas culturais famosas, se esconde os problemas: da mobilidade urbana, da estrutura sanitária, que polui as praias, das favelas e da falta de oportunidades para as classes populares.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988:

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. (Título II, Capítulo II, Artigo 7, Inciso IV)

A constituição garante aos trabalhadores um salário mínimo que possa atender as necessidades básicas de uma família, fazer isso com R\$ 880,00 é quase malabarismo. Mas falando mais a respeito da questão da moradia, que é o propósito de uma Ocupação, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988 define:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico. (Título III Capítulo II, Artigo 23, Inciso IX).

Embora habitações e saneamento básico sejam responsabilidades governamentais, como diz na Constituição vi famílias inteiras em

ocupações serem tratadas como criminosas: pela polícia, populações em torno, pelos grandes veículos de mídia e até pelo próprio Estado.

Antes de continuar, gostaria de citar dois fatores relevantes que influenciaram não só essa dissertação, mas também a minha trajetória acadêmica e pessoal. O primeiro foi a pesquisa “Táticas Locais e Estratégias Internacionais: a política social do Programa Bolsa Família e as relações de classe, gênero, raça/etnia em Santa Catarina (o caso de Florianópolis)”¹. Essa pesquisa se iniciou em novembro de 2010 e terminou em fevereiro de 2012, com ela aprendi sobre interdisciplinaridade, etnografia e como pesquisar comunidades. O outro fator influenciador foi a minha atuação como comunicadora social no site de mídia independente www.desacato.info, através desse veículo pude colocar os problemas enfrentados pelas comunidades, em pauta. A todo o momento esses dois atores aparecem nessa dissertação porque influenciariam diretamente as escolhas temáticas e metodológicas desse estudo.

Escolhi como campo de mestrado a Ocupação Contestado, cujo nome é uma clara homenagem à Guerra do Contestado, conflito armado que ocorreu na divisa entre os estados brasileiros do Paraná e Santa Catarina, entre os anos de 1912 e 1916. O motivo do conflito foi a desapropriação de terras de posseiros para a construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul.

A Ocupação Contestado nasceu através de uma promessa eleitoral não cumprida, onde o direito à moradia foi transformado em troca de favores ilegal na tentativa de beneficiar um candidato à reeleição da prefeitura do Município de São José. O desfecho da situação obrigou as famílias a ocuparem um território ilegalmente e é nesse território que a minha pesquisa acontece. Estudar o cotidiano de uma ocupação popular, que visa à obtenção da moradia própria é um desafio devido à diversidade de temáticas que emergem nesse campo. O processo de organização e concretização de uma ocupação denota a construção de práticas e vivências que se tornam peças fundamentais para o entendimento do espaço ocupado.

Minha pesquisa teve como objetivo geral investigar como os/as moradores/as vivenciam o cotidiano da Ocupação Contestado e significam suas experiências a partir dela. Para isso precisei realmente me fazer presente no campo, a princípio como comunicadora social: cobrindo as reuniões com a prefeita, acompanhando as manifestações populares

¹ Coordenado pelas professoras: Mara Coelho de Souza Lago, Elizabeth Farias da Silva, Rosana de C. Martinelli Freitas.

daquele grupo, conhecendo as vidas das famílias no ginásio. Depois, como pesquisadora: comparecendo as reuniões no barracão, as festas do Contestado, as conversas no bar da Célia. Nessas vivências aprendi a andar de skate, brinquei de boneca, e até troquei fraldas.

Como objetivo específico busquei analisar como a atuação da Organização Política Brigadas Populares influencia nas práticas cotidianas da Ocupação e nas trajetórias de vida dos/das moradores/as do Contestado. As Brigadas Populares foi um ator decisivo que facilitou a minha inserção no campo e atravessou o meu estudo, devido à grande influência que exerciam no espaço da Ocupação.

No capítulo de *METODOLOGIA* dessa dissertação, na parte intitulada *A Ocupação Contestado: O Campo de Pesquisa*, eu conto como aconteceu à escolha do campo desse estudo e toda a história da Ocupação Contestado desde seu nascimento, até julho de 2015. Na parte intitulada *Os Sujeitos da Pesquisa*, discorro um pouco sobre os sujeitos da pesquisa que são os/as moradores/as da Ocupação Contestado e explico também a inclusão dos/das militantes da Organização Brigadas Populares como sujeitos de pesquisa. A parte que carrega o nome de *O Caminho Metodológico* justifica minha escolha pelo método etnográfico e clarifico o que influenciou essa escolha, discorro também sobre os instrumentos que eu utilizei no estudo: entrevistas, observação participantes e diários de campo. A parte *Para Além do Meu Caminho Metodológico* mostra como o meu percurso metodológico se estendeu quando integrei a pesquisa “O movimento sem-teto e a Ocupação Contestado: perfil social e trajetórias de vida dos moradores”, filiado à Universidade Estadual de Santa Catarina, coordenada pelo professor do Departamento de Pedagogia da UDESC Francisco Canella. Esse estudo me trouxe mais elementos para ajudar na análise da minha pesquisa: dados quantitativos da Ocupação Contestado, novas entrevistas, novos diários de campo e um grupo focal.

O capítulo intitulado *URBANIZAÇÃO E MORADIA* é dividido em seis subcapítulos. O primeiro se chama *A Transição Urbana Abrupta Brasileira e a Terra como Mercadoria*, em que discorro sobre a transição da maioria da população brasileira de rural para urbana e a valorização da terra urbana para fins de habitação. O segundo subcapítulo *Déficit Habitacional: A Verdade Revelada*, discuto a respeito do déficit habitacional brasileiro e comparo com dados quantitativos da Ocupação Contestado. O terceiro subcapítulo intitulado *Programas habitacionais: O Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Minha Casa, Minha Vida*, explico sobre os dois mais significativos programas habitacionais brasileiros e demonstro a relação do Contestado com o último deles. O

subcapítulo que encerra se chama *Santa Catarina, A Área Conurbada da Região Metropolitana de Florianópolis e Reflexões dos/das Moradores/as Acerca da Moradia*, nele mostro dados de Santa Catarina, discuto sobre a área conturbada da Região Metropolitana de Florianópolis e analiso falas dos/das moradores/as da Ocupação Contestado a respeito da questão da moradia.

O capítulo da dissertação intitulado *A OCUPAÇÃO CONTESTADO (2012-2015) é dividido em dois subcapítulos, o primeiro carrega o nome Relações de Classe, Gênero, Raça/Etnia na Ocupação Contestado* analisarei os elementos provenientes dos/das moradores/as e dos/das militantes das Brigadas Populares a luz da relação estabelecida entre classe social, gênero e raça/etnia.

O segundo subcapítulo se chama *A Questão da Violência na Ocupação Contestado*, nele discorro sobre situações de violência doméstica, entre vizinhos, violência com uso de armas, violência do tráfico e violência do Estado e as analiso sob a ótica dos/das moradores/moradoras da Ocupação e dos/das militantes das Brigadas Populares.

2. METODOLOGIA

2.1 A Ocupação Contestado: O Campo de Pesquisa

O trabalho junto às comunidades populares de Florianópolis me fascinou e permeou minha graduação. Desde trabalhos para disciplinas até a experiência possibilitada a partir da chamada pública nº 090/2010, realizada pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA), que me proporcionou a oportunidade de participar da pesquisa interdisciplinar “Táticas Locais e Estratégias Internacionais: a política social do Programa Bolsa Família e as relações de classe, gênero, raça/etnia em Santa Catarina (o caso de Florianópolis)”².

Os trabalhos se estenderam de novembro de 2010 a fevereiro de 2012 e o objetivo de pesquisa era investigar as especificidades da gestão familiar de recursos do Programa Bolsa Família (PBF) em localidades de Florianópolis, focando nas questões de gênero, raça/etnia e classe social. Atuei como bolsista na qualidade de pesquisadora auxiliar, e a maior parte

² Coordenado pelas professoras: Mara Coelho de Souza Lago, Elizabeth Farias da Silva, Rosana de C. Martinelli Freitas.

das minhas atividades ficaram relacionadas aos campos de pesquisa³, tão profícuos que seus temas extrapolaram as já amplas e diversas questões propostas no estudo.

Grande parte desses temas estão presentes na minha atuação como comunicadora social no site de mídia independente www.desacato.info, no qual ingressei em julho de 2011. Essa aliança fortaleceu ainda mais meus laços com as comunidades, pois meu vínculo com elas ultrapassou o limite acadêmico. “Engolidos pela Areia” foi o título de minha primeira publicação no site que possuía a temática comunidades. Publicada em 2011, com coautoria do na época estudante de psicologia Yuri Eller Verzola, a matéria expressou o sofrimento da localidade Vila do Arvoredo, que estava sendo tomada pelo avanço das dunas da praia dos Ingleses. Esse contato seguiu em 2012 culminando com a publicação da matéria: “De Desterro a Florianópolis: a censura e a exclusão moram aqui”, onde denunciei dificuldades das comunidades Vila do Arvoredo, Ponta do Leal e Papaquara, que tinham suas demandas ignoradas pelas outras mídias e pelos governantes da cidade.

No momento de construir um mestrado, todo o fascínio, riqueza, conhecimento e interesse que vivenciei nas comunidades, tanto como pesquisadora quanto comunicadora social, voltaram a ser meu foco.

Quem veio primeiro o ovo ou galinha? Se a pesquisa do IPEA gerou material para as pautas da minha atuação como comunicadora social, a pauta sobre um despejo e uma tentativa de compra de votos no Município de São José, Santa Catarina tornou-se uma proposta de pesquisa de mestrado sobre a Ocupação Contestado.

No mês de setembro do ano de 2012 eu estava cobrindo o processo eleitoral na Grande Florianópolis para o site www.desacato.info e fui informada sobre uma tentativa de compra de votos articulada pelo candidato à reeleição ao cargo da prefeitura de São José, Djalma Berger.

Hoje os companheiros estão com uma ordem de despejo, uma ordem judicial de despejo. Então a partir já de setembro, como foi assinado o decreto essa possibilidade de despejo, ela não existe mais. Portanto a prefeitura vai indenizar o terreno, vai legalizar o terreno e vai dar o terreno para os proprietários que estão em cima do terreno ali da imobiliária Suvec. (CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE, 2012).

Segunda-feira a prefeitura vem com a equipe de cadastramento, para cadastrar as famílias ali e para

³ Comunidades: Ponta do Leal, Tapera, Vila do Arvoredo, Monte Cristo.

que possam fazer o loteamento, legalizar a área e deixar vocês na área onde vocês estão. (CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE, 2012).

As falas acima retiradas do vídeo “A casa que o prefeito deu para nós”⁴, foram proferidas pelo irmão de Djalma Berger, o então ainda prefeito de Florianópolis Dário Berger, no dia 3 de outubro de 2012 em um comício cuja plateia contava com famílias da região do Bairro Serraria e imediações.

A estratégia de campanha dos irmãos Berger era incentivar as famílias de baixa renda da região a ocuparem um terreno no loteamento José Nitro, localizado no bairro Serraria, às margens do final da Avenida das Torres, em São José município integrante da Região Metropolitana de Florianópolis SC. Djalma Berger sustentou sua promessa com a assinatura simbólica do Decreto nº 37.180/2012 de 21 de setembro de 2012, que tratava da desapropriação do local para uso de utilidade pública. Atraídas pelo “sonho da casa própria”⁵ e pela promessa da legalização do espaço para usufruto, mais de 100 famílias instalaram barracos no local. Muitos entregaram suas casas, onde moravam de aluguel, e/ou se endividaram para comprar os materiais para a construção, segundo seus próprios relatos.

Esse cenário sofreu uma reviravolta quando no dia 10 de outubro de 2012, por volta das 7 horas da manhã, três dias após a eleição na qual Djalma Berger não obteve a vitória, a prefeitura emitiu uma ordem de despejo para aquela localidade, a qual se concretizou com policiais fortemente armados e máquinas retroescavadeiras no local. Às famílias foi dada apenas uma hora para deixarem o local e nenhuma oportunidade de negociação.

O repentino despejo dispersou a maioria das famílias, no entanto a pressão junto aos órgãos públicos municipais, especialmente a pressão destinada à Secretaria de Assistência Social de São José, conseguiu que aproximadamente 80 dessas famílias pudessem provisoriamente se abrigar no Ginásio Municipal do Jardim Zanellato, local em que permaneceram de 10 de outubro a 6 de novembro de 2012. A vida naquele espaço era difícil, as famílias se amontoavam nas arquibancadas com colchões e pertences, sem privacidade alguma. Mais de duas vezes

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4VQog9kguWM>

⁵ A casa própria é um fator determinante sobretudo para os grupos populares, devido ao seu alto custo no Brasil e também na Região Metropolitana de Florianópolis, somado aos altos preços dos aluguéis que consomem uma fatia considerável da renda familiar.

presenciei falta de água nos banheiros, algumas mulheres do despejo eram voluntárias na cozinha e era desgastante cozinhar para um número grande de pessoas. Os que estavam ali abrigados precisavam também dividir o espaço com as aulas de educação física do Colégio Marista de São José, que não interrompeu suas atividades no espaço físico, apesar de estar abrigando um grande número de pessoas em suas imediações.

Durante 26 dias, formou-se uma rede de apoio às famílias abrigadas, organizada em torno de alguns sindicatos de trabalhadores e da associação docente da UDESC (subseção sindical da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior - ANDES), contando também com a atuação de três organizações políticas: as Brigadas Populares de Santa Catarina (BPs – SC); o Coletivo Anarquista Bandeira Negra (CABN); e o Movimento dos Sem-Terra (MST), que participaram mais cotidianamente nas questões de mediação política entre os desabrigados e a prefeitura. Essa rede de apoio construiu junto às famílias uma direção política que consistia na responsabilização jurídica do município de São José pela situação dos abrigados. (MAGALHÃES; TONIN, 2015)

Por causa dessa direção política, em 30 de outubro de 2012 o promotor de justiça eleitoral de São José, Jadel da Silva Júnior, moveu uma ação de investigação judicial eleitoral contra Djalma Berger – por abuso de poder político e captação ilícita de votos. No dia 7 de março de 2014 o ex-prefeito foi condenado pela justiça eleitoral a 8 anos de inelegibilidade e ao pagamento de uma multa no valor R\$ 31.923,00.

Devido às péssimas condições do abrigo provisório, as famílias e as redes de apoio se concentraram em resgatar as famílias que se dispersaram e em procurar outras famílias nas imediações que moravam de aluguel nas imediações e/ou não tinham condições de comprar uma casa própria. Fruto dessa organização, na madrugada do dia 06 de novembro de 2012, aproximadamente 100 famílias se deslocaram do Ginásio do bairro Jardim Zanellato, localizada na Rua Nossa Senhora dos Navegantes, até terreno próximo à Rua Afrísio de Senna Vaz, no Loteamento paralelo ao Jardim Zanellato, o Jardim Araucária. Vale ressaltar que esses dois loteamentos também pertencem ao bairro Serraria. Naquela localidade (anexo 1) foi fundada a Ocupação Contestado, cuja escolha do nome se traduz em uma clara homenagem à Guerra do Contestado, conflito armado que ocorreu na divisa entre os estados brasileiros do Paraná e Santa Catarina, entre os anos de 1912 e 1916. O motivo do conflito foi a desapropriação de terras de posseiros para a construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul.

A Ocupação Contestado começou com 102 lotes de 24 m² para moradia e foi dividida em 8 núcleos, definidos geograficamente por

proximidade, são eles: Zapata, Dandara, Estrela Guia, Che Guevara, Anita Garibaldi, Guerreiros de Fé, Vida Nova, Mansidão. Devido ao tamanho dos lotes, muitos não possuem banheiro dentro de casa e utilizam banheiros coletivos. Para cada núcleo há dois banheiros e dois chuveiros, divididos por sexo. O terreno é estreito e cercado por casas e prédios residenciais, 3 ruas estreitas e asfaltadas proporcionam o acesso à ocupação. Não existe saneamento básico, a água e a luz na ocupação chegam através de gatos⁶.

As primeiras lonas alçadas no terreno logo deram origem a casas feitas de madeira reaproveitada, sendo que muitas vezes o mau encaixe entre uma tábua de madeira e outra permitia a passagem da luz do sol e da água da chuva, criando condições adversas à moradia. A maioria das casas não são pintadas e algumas possuem dois andares para acomodar famílias mais numerosas. Na parte mais baixa do terreno há bastante verde de modo que as fossas deixam os dejetos escoarem para a parte mais baixa do terreno, que possui um pequeno córrego a céu aberto; as ruelas estreitas e não asfaltadas que existem dentro da ocupação servem de abrigo para cães e gatos domésticos.

As visitas para o Contestado requeriam alguns cuidados especiais: um tênis velho da marca Vans, cujo solado emborrachado passou a carregar marcas vermelhas e marrons naquilo que algum dia já foi branco. As ruelas não asfaltadas são de uma terra viva e vermelha e se sujar é praticamente inevitável principalmente quando se estabeleciam em dias de chuva.

Aliás, os dias de chuva eram péssimos dias para se fazer trabalho de campo, as casas ficavam fechadas e tentar uma interação era dificultoso e desagradável, pois me sentia invadindo aquele pequeno espaço de não muita privacidade dos/das moradores/moradoras da residência. Nesses dias as recepções eram frias e havia um desinteresse notável quando se tratava de me acolher, mesmo que só para uma conversa.

No campo percebi que o meu corpo tinha uma capacidade de continência sobrenatural, porque usar o banheiro de uma casa ou o coletivo, era um ato de muita dificuldade para mim. As fossas faziam pequenas poças e córregos e eram comuns os animais domésticos interagirem com esses dejetos e se tornarem potenciais transmissores de doenças.

⁶ Gato é uma expressão idiomática utilizada para definir obtenção de energia elétrica e/ou água através de ligações irregulares.

A situação precária da ocupação gera uma alta rotatividade de moradores/as: muitas famílias desistem de morar na localidade ou são expulsas por brigas e, por sua vez, são substituídas por famílias que se situam inscritas em uma lista de espera por um lote na ocupação. Essa listagem nem sempre é respeitada, a espontaneidade do cotidiano faz com que em alguns casos isolados ocorram: 1) vendas do lote 2) alguns familiares dos residentes atuais da ocupação e/ou famílias foram inseridos sem respeitar a listagem. Além desses casos, no mês março de 2014 aconteceu algo inusitado: uma ocupação dentro da ocupação. O terreno em frente ao barracão⁷, terreno este destinado ao uso comunitário (e geralmente utilizado como espaço para varais de roupa), foi ocupado por duas famílias que se recusam a deixar o espaço.

Além destes aspectos notáveis de organização do espaço e da vida cotidiana, a Ocupação também tem que interagir com seu entorno político e público. Para conseguir o atendimento da saúde as famílias tiveram que ocupar a Secretaria da Saúde do município e obter uma autorização oficial do secretário. O acesso às creches e escolas do bairro foram obtidos via Defensoria Pública da União. Após o preenchimento do Cadastro Único⁸, por recomendação da atual prefeita de São José, Adeliana Dal Pont, muitas famílias passaram a ter acesso ao Bolsa Família⁹ e a um comprovante de renda provisório, o que possibilita acesso a alguns serviços urbanos que antes lhes eram negados. De acordo com Paul Singer serviços urbanos são definidos como “transporte, serviços de água e esgoto, escolas, comércio, telefone etc.” (1979, p.27). É importante ressaltar que a documentação recebida pelos/as moradores/as da Ocupação Contestado não faz parte exatamente destas categorias descritas, mas se encontra na categoria ampla à qual o autor se refere.

⁷ Barracão é o nome dado pelos/as moradores/as a um barraco dentro da ocupação que possui aproximadamente 48 m² e é utilizado para reuniões e atividades coletivas dos participantes da ocupação.

⁸ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda. Ver: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadastro Único. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em: 16 out. 2013.

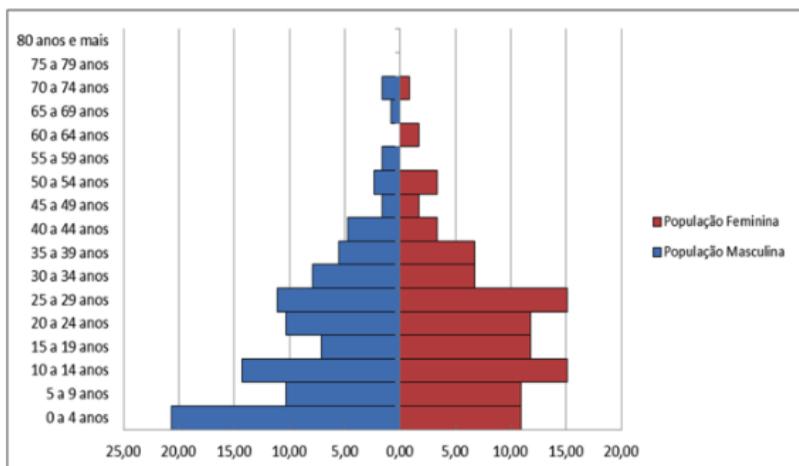
⁹ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta e condicionada de renda, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O PBF integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros. Ver: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Bolsa Família. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 16 out. 2013

Porém esse comprovante de renda provisório não se mostrou muito eficiente, de acordo com os relatos de alguns/mas moradores/as, que alegam que não conseguem nem abrir uma conta no banco e acabam dependendo da “boa vontade” dos vizinhos que não residem na ocupação, que os ajudam disponibilizando seus comprovantes de residência.

A Ocupação Contestado é um dos possíveis reflexos de oito anos de ausência de projeto de habitação popular no Município de São José, como foi relatado pela própria prefeita Adeliana Dal Pont, em reunião com as lideranças da ocupação no dia 13/03/2013, na qual estive presente. Esse encontro com a prefeita só foi possível após um ato de protesto em frente à prefeitura de São José no dia 07/03/2013, ao qual compareceram mais de 150 residentes e apoiadores do Contestado. A Ocupação assume o terreno que habita hoje como provisório e seus/suas moradores/as lutam pela permanência no local, até que um projeto habitacional os/as contemple com moradias próprias, em um local definitivo.

No final de 2013, início de 2014 foi possível traçar um perfil dos/das moradores/as do Contestado, inobstante esses dados não sejam completamente fiéis à situação atual, por conta da alta rotatividade de moradores/moradoras, eles são importantes para contextualizar o campo. Vale ressaltar que esse perfil é um dos frutos da pesquisa “O movimento sem-teto e a Ocupação Contestado: perfil social e trajetórias de vida dos moradores”, filiada à Universidade Estadual de Santa Catarina, cujo conteúdo da pesquisa explicarei mais à frente, bem como minha participação nela.

Gráfico 1. Estrutura etária dos moradores da Ocupação Contestado.



Fonte: Canella et al, 2015

A Ocupação Contestado possui 243 moradores/as, dos quais 126 são homens e 119 são mulheres em porcentagem 51,42% e 48,57% respectivamente. É uma ocupação que possui poucos idosos e onde predominam os jovens, principalmente crianças e adolescentes com idade de 0 a 14 anos.

Em visita ao campo em março de 2015, outro cenário já havia se estabelecido, a maior parte das casas agora possuía mais de um piso, foi possível observar pelo menos uma casa de alvenaria e algumas outras que, embora ainda de madeira, possuíam pelo menos o piso de alvenaria. Ao participar de uma assembleia do Contestado no dia 21 de março de 2015 senti falta de alguns rostos antigos e conheci outros novos, o que é uma evidência da alta rotatividade dos/das moradores/moradoras. Nessa assembleia ficou definida a necessidade de um novo cadastro interno dos/das moradores/as da Ocupação Contestado. O cadastramento realizado no dia 27 de março do qual participei como voluntária, revelou algo curioso: das iniciais 102 famílias o número saltou para aproximadamente 115 famílias. Esse número é aproximado porque o cadastro nem sempre consegue atingir a totalidade das famílias. Por não haver mais espaço horizontal na Ocupação, tudo indica que ela cresceu para cima, muitas vezes as casas de dois andares comportam duas famílias diferentes. Muitas dessas novas famílias não respeitaram o cadastro de fila de espera produzido pela própria Ocupação, mas isso não parece preocupar as lideranças conforme podemos notar na fala da coordenadora Paula que ao ser questionada sobre o não respeito a fila do cadastro respondeu:

É, na verdade isso é quase impossível de conseguir barrar, tem muita gente que usa da má fé sabe? Mas eu acho que tem muita gente que precisa mesmo e tava passando necessidade. No meu pensamento quem é que se submete assim a viver aqui, porque é difícil, quem vai largar um conforto para viver em 24 metros quadrados se não precisa? (Paula, 33 anos)

Em março de 2015, as famílias conseguiram um projeto habitacional, na época em entrevista com o militante das Brigadas Populares Carlos, este me esclareceu a seguinte situação:

Como no princípio do Contestado haviam 102 lotes destinados à habitação e, com o novo cadastro, em 2015, ficou claro que o número de

famílias aumentou, perguntei ao militante Carlos quantas habitações o projeto iria construir e ele respondeu:

O número de famílias aumentou, mas não sei nesse momento te precisar o quanto, até porque as famílias não são estáticas e muitos adolescentes e jovens adultos da Ocupação já constituíram suas próprias famílias, mas apenas as 102 famílias do nosso cadastro da Ocupação receberão habitação independente de ter ou não cadastro na prefeitura. Isso porque a defesa civil esteve aqui ano passado e fez um pedido para os poderes públicos para que tirassem as famílias o mais cedo dali, levando-as para um lugar adequado a habitação humana, porque ali elas estão correndo inúmeros riscos né. Risco de incêndio, de proliferação de doenças, muita criança no local. Fora essas 102 habitações serão construídas mais 74 que serão destinadas às pessoas cadastradas no Cadastro Único do Município São José. (Carlos, 27 anos)

Apesar dessa vitória da Ocupação Contestado o projeto esbarra em várias questões burocráticas. Apesar da SPU já ter liberado o terreno, a prefeitura precisa primeiro unificá-lo, pois são loteamentos diferentes, depois o terreno tem que ser desmembrado em lotes. A prefeita de São José coloca a culpa da morosidade desse processo nos cartórios, segundo o militante das Brigadas Populares, Carlos.

O projeto está dentro do Programa *Minha Casa, Minha Vida*, e a Caixa Econômica Federal trabalha apenas com condomínios e precisa apresentar um projeto, mas as famílias do Contestado estão fazendo pressão para que esses apartamentos comportem também as famílias numerosas, pois os apartamentos padrão do Programa *Minha Casa, Minha Vida* costumam ter 32 m²¹⁰, o que é insuficiente para as famílias que são compostas em sua maioria (73.2%) por grupos de 3 a 7 pessoas¹¹. Outro problema está na questão do pagamento da habitação, as famílias estão negociando e sugerem não pagar o valor integral do apartamento e sim um valor simbólico cuja parcela não ultrapasse 50 reais por mês. O fato é que diante de todos esses processos burocráticos até julho de 2015, quando deixei o campo, não havia nada de concreto sobre esse projeto habitacional.

¹⁰ De acordo com Boulos, 2012

¹¹ Fonte: Canella et al, 2015

2.2 Os Sujeitos da Pesquisa

O artista uruguaio Carlos Páez Vilaró comprou uma propriedade à beira-mar no leste do Uruguai na região de Punta Ballena, lá ele construiu uma de suas grandes obras a “Casapueblo” uma estrutura que se assemelha aos ninhos da espécie de pássaro conhecida por João de Barro. Apesar de residir nessa moradia ela é também uma escultura viva, pois o artista continuou a cri-la conforme as marés de seu desejo. Criou espaços para convidados especiais e até montou uma seção resort para o turismo.

Fazendo alusão a Vilaró quero justificar que a Ocupação Contestado é viva, é um campo altamente mutável. De lonas passaram as casas de madeira, as casas de madeira começaram a ter dois andares, uma casa foi construída com um espaço para um mercadinho, uma com espaço para uma mesa de sinuca. Uma casa de alvenaria e outras com o chão de alvenaria. Uma casa para uma família se tornou residência para duas famílias, espaços coletivos viraram moradias. Rostos velhos: Paula e Diogo; rostos novos: não sei os nomes, rostos velhos de novo. O último caso é exemplificado por Daiane, que embora tenha deixado a Ocupação em um dado momento, voltou com um novo marido e ao invés de seis filhos trouxe apenas três, deixando os outros três aos cuidados de sua tia.

A alta rotatividade não é exclusividade de quem vive no Contestado, mas também de sua rede de apoio, organizadores, colaboradores e pesquisadores. Professores e alunos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), a Organização Política Brigadas Populares, o Coletivo Anarquista Bandeira Negra, a Frente Autônoma de Luta por Moradia, o Movimento dos Sem-Terra.

A minha ideia inicial era fazer uma pesquisa contemplando apenas as vivências dos/das moradores/as do Contestado e como eles significam suas experiências de vida no cotidiano da Ocupação. Mas fui atravessada por elementos do campo que me fizeram repensar algumas estratégias. Dois componentes influenciaram minha pesquisa de maneira irreversível, a primeira delas foi me tornar voluntária na pesquisa da UDESC cujo objeto era o Contestado, explicarei essa pesquisa e de que forma ela passou a fazer parte dessa dissertação mais à frente.

O segundo componente foi a Organização Política Brigadas Populares, que é nacional e possui um braço em Santa Catarina. A organização se define da seguinte forma:

Brigadas Populares é uma organização política autônoma, que possui como objetivo estratégico a construção do Poder Popular no Brasil. Poder estabelecido a partir da participação consciente das amplas bases populares, trabalhadores e trabalhadoras e dos setores conscientes da sociedade brasileira. A construção do Poder Popular faz parte do processo de emancipação política, econômica, social e ideológica da classe trabalhadora que se concretiza por via da Revolução Brasileira. As Brigadas Populares são uma contribuição na organização, formação e mobilização do povo brasileiro, e acredita que a construção do Poder Popular passa pela participação direta e política das camadas populares e das suas organizações: sindicatos, associações, grêmios, movimentos sociais e organizações políticas comprometidas com emancipação da classe trabalhadora. (Brigadas Populares, 2009)

A minha entrada no campo se deu através da Organização Política Brigadas Populares, por possuir amigos que faziam parte dela. Tenho dúvidas se como comunicadora social e até mesmo como pesquisadora teria o êxito que eu tive sem seu apoio inicial. Em um dado momento da pesquisa seus participantes estavam tão mesclados ao campo que foi impossível não incluí-los também como sujeitos de pesquisa.

A organização de política interna da Ocupação Contestado é um tanto complexa e possui três espaços de reunião e tomada de decisão:

1. O primeiro são os núcleos que são definidos por proximidade espacial e possuem em média 10 casas. A Ocupação possui 8 núcleos: Vida Nova, Che Guevara, Zapata, Guerreiros de Fé, Mansidão, Dandara, Estrela-Guia e Anita Garibaldi e para cada núcleo existem um ou dois coordenadores. Uma vez por semana o núcleo se reúne para resolver os problemas pontuais de sua localidade.

2. O segundo é a reunião de coordenação, em que os coordenadores do núcleo se reúnem semanalmente para repassar as notícias dos núcleos e resolver os problemas pontuais que não foram possíveis resolver nos núcleos.

3. O terceiro é a assembleia, que envolve todos/as os moradores/as da Ocupação

Vale ressaltar que a forma da disposição do terreno forma três quadras que são divididas dando seguimento às três ruas asfaltadas que

dão acesso à Ocupação, portanto as quadras e seus respectivos elementos de organização foram criados em virtude da própria urbanização da ocupação, as reuniões de quadra são, portanto, posteriores à organização física do espaço da ocupação. Embora reuniões de quadra tenham sido criadas para resolver questões estruturais do espaço (como fossas, reformas, caixas d'água e outros problemas de cunho pragmático) era comum que os problemas de estrutura aparecessem mesclados tanto nas reuniões de quadra, nas reuniões de núcleos e também nas de coordenação com alguns outros problemas internos de cunho social, inclusive de convivência entre os/as moradores/as.

As assembleias têm sua periodicidade definida de acordo com a necessidade e/ou pela conjuntura política da Ocupação: ameaça de despejo, organização de protestos. Elas têm autorização para tomar decisões que os núcleos, quadras e coordenação não têm autonomia para decidir: entradas, expulsões da ocupação e outros assuntos. A assembleia também dá conta de mediações de problemas de convivência seguindo o regimento interno (anexo 2) que estabelece, entre outras regras, a centralidade de todas as decisões e rejeição de qualquer forma de violência. (MAGALHÃES; TONIN, 2015)

Essa forma de organização política interna da Ocupação foi criada e sustentada em grande parte por influência das Brigadas Populares e apesar da alta rotatividade de moradores/as e rede de apoio, essa organização acompanhou os/as moradores/as desde o primeiro despejo e permanece presente no campo até os dias em que saí dele, em julho de 2015. Essa presença não é feita de forma passiva, e é muito comum ver membros das Brigadas mesclados ao cotidiano da comunidade e em todas as esferas de decisão da ocupação, ora como participantes, ora como mediadores, ora como coordenadores (não de núcleos, mas de ações e reuniões).

De acordo com o militante das Brigadas Populares Bob, esse modelo de organização política interna do Contestado foi inspirado nos moldes das ocupações urbanas do Movimento dos Sem-Terra (MST), mas ainda assim vale ressaltar que a presença do MST na Ocupação, embora tenha sido uma grande influência no início dela, foi de apenas alguns meses. O modelo de organização que o MST deixou foi adaptado e sustentado, em minha opinião, pelos/as militantes das Brigadas Populares.

Os/as militantes das Brigadas Populares acreditam, que esses instrumentos de organização interna da Ocupação, cumprem a função de democratizar e coletivizar ao máximo as decisões da vida cotidiana da

ocupação e promovem experiências efetivas de novas formas de poder em que os/as moradores/as se tornam atores.

O Coletivo Anarquista Bandeira Negra e a Frente Autônoma de Luta por Moradia não estão mais atuando na Ocupação, mas tiveram uma passagem mais longa por lá que o MST, porém a atuação desses grupos não cruzou de forma significativa o meu interesse, pois não notei qualquer modificação da forma de atuação da organização da Ocupação em virtude de sua presença, o que me levou a não me deter sobre eles.

Essa influência das Brigadas Populares tem sido objeto de estudo por vários pesquisadores que estudam a Ocupação Contestado e de acordo com Fragoso (2014), essa organização adota estratégias de comunicação que dão uma identidade oficial para toda comunidade. E essa identidade associa a Ocupação à luta pela reforma urbana, e a caracteriza como um movimento que resiste pelo direito à moradia.

Essa manifestação é claramente possível de se notar na fala do militante Bob, em entrevista:

As famílias do Contestado têm pouca experiência organizacional, por não ter sido uma ocupação planejada não houve preparo para essas famílias, ao contrário das outras ocupações que a gente costuma fazer. No Contestado algumas famílias foram ocupar sem ter noção do modelo de ocupação que nós queremos construir, que não é só uma ocupação que o pessoal está ali para ganhar a casa. Claro isso é muito válido e quem tá lá por esse motivo tem razão em estar ali. Mas o que a gente tenta construir é uma ocupação enquanto possibilidade e a materialização de que é possível a gente construir deliberações coletivas e mostrar que um modelo alternativo de organização da sociedade possa se dar na prática. (Bob, 24 anos)

Bob é um militante que é natural do Rio de Janeiro e esteve atuando efetivamente em ocupações no estado de Minas Gerais. Com o surgimento da Ocupação Contestado, a organização Brigadas Populares designou para Bob a função de ajudar, com sua experiência, os outros/outras militantes de Santa Catarina na condução da nova Ocupação.

Pude ver influências das Brigadas Populares não só na organização interna da Ocupação mas em diversos outros âmbitos próprios desse espaço, sobre os quais discorrerei mais à frente nesse estudo. Claramente os membros dessa organização interferem no cotidiano e nas concepções a respeito da luta pela moradia dos/das ocupantes do Contestado, mas isso

não é necessariamente imposto, tanto que alguns/mas moradores/as se filiaram a essa Organização Política, até por conta da alta rotatividade os membros das Brigadas Populares não souberam precisar quantos/as moradores/as se filiaram a essa organização, mas entrevistei dois deles: Diogo e Paula. No momento em que fiz entrevista com eles não deram essa informação no momento da entrevista.

O fato é que resolvi considerar a influência da relação das Brigadas Populares com o Contestado entrevistando seus membros que não eram moradores/as da Ocupação, o que suscitou questões importantes sobre a minha posição de pesquisadora. As semelhanças entre eu e os membros das Brigadas Populares, vão além do modo de vestir e falar, somos todos pertencentes as camadas médias e todos tivemos acesso à universidade. Os moradores e moradoras da Ocupação Contestado são todos de classes populares, com níveis de escolaridade mais limitados,

Entendi por fim que meu esforço deveria ser duplo: teria que desmontar as minhas próprias categorias de percepção, moralidade e conceitos e também lançar um olhar crítico para as mesmas categorias provenientes dos membros da organização política envolvida com a Ocupação Contestado. Tudo isso com o objetivo de evitar desqualificar as práticas desse grupo popular (as/os moradoras/es da Ocupação Contestado) que destoassem do nosso ideal de classe média.

O método escolhido por mim para conduzir essa pesquisa é o etnográfico e o explicarei mais adiante, mas antes gostaria de clarificar, de acordo com Cláudia Fonseca (2004), como a diferença entre classes sociais pode se tornar preconceito e atravessar uma pesquisa:

Há séculos, o discurso das classes privilegiadas sobre o comportamento dos pobres oscila entre compaixão e a condenação indignada. Enquanto os etnólogos vão longe para encontrar povos exóticos, cujo estudo nos ensina “verdades fundamentais do homem”, os costumes dos nossos pobres são considerados para facilitar intervenções educativas (para “ajudar” ou “recuperar”). Em nossas favelas, raramente reconhecemos uma cultura digna de interesse quando não há um distanciamento étnico (ciganos, negros, etc.) ou histórico (os quilombos do século XVIII). Por mais que se admita que “eles”, os pobres nos seus guetos, sejam nitidamente diferente de “nós”, esta diferença é interpretada como forma degenerada ou patológica da nossa organização social, ou seja, a das classes dominantes. Para falar de povos longínquos,

agilizam se conceitos tais como ritos agonísticos”, “sociabilidades tribais” e “famílias consangüíneas”. Chegando perto de casa, estes são substituídos por termos tais como “violência”, “promiscuidade” e “famílias desestruturadas”. Relativizar as práticas de pessoas que partilham de nosso universo é questionar nossos próprios valores; é admitir as contradições de um sistema econômico e político que cria subgrupos com interesses quase opostos. (FONSECA, 2004, p.10)

Como pesquisadora meu cuidado está em considerar a existência de uma histórica divisão de classes para não desvalorizar outras maneiras de viver, e encarar os modos de vida próprios dos sujeitos de classes populares que participam da Ocupação (FONSECA, 1995). O perigo está em que, conforme aponta Spivak (2010) em seu livro “Pode o subalterno falar”, na separação entre o outro e o subalterno, o último seja visto apenas como um objeto de conhecimento, permitindo então que os intelectuais possam falar pelos sujeitos.

É necessário, portanto, um cuidado para não diminuir as experiências dos/das moradores/as do Contestado frente à influência da visão presente em meu contato com as Brigadas Populares. Embora eu esteja considerando a relação estabelecida entre Brigadas Populares e moradores/as do Contestado, o foco da pesquisa são os/as moradores/as, que não podem ser pensados fora de seu contexto social e político.

2.3 O Caminho Metodológico

Para mim, falar sobre a Ocupação Contestado é como se as palavras ganhassem vida própria, é uma mistura de sentimentos de quem viveu e acompanhou seu nascimento e desenvolvimento. Ainda como comunicadora social, presenciei o despejo da primeira ocupação no loteamento José Nitro em São José, vi os escombros daquilo que antes eram moradias. A vida no ginásio Jardim Zanellato era dura: os colchões improvisados nas arquibancadas, a divisão do espaço com aulas de educação física dos colégios. Na segunda ocupação, que aconteceu no Jardim Araucária, vi as primeiras lonas serem erguidas, as casas de madeira surgindo aos poucos, a água chegar e, ao final, a eletricidade.

Em dezembro de 2012 alguns de meus registros fotográficos foram publicados na Revista “Pobres e Nojentas” na matéria “Luta por terra e dignidade”, escrita pela jornalista Marcela Cornelli. Atuar como comunicadora social naquele espaço foi difícil no início; as pessoas

estavam agitadas, sem casa, desconfiadas e com medo. Nesse momento a contribuição da Organização Política Brigadas Populares foi fundamental: estavam apoiando os/as moradores/as em sua luta, presenciaram o despejo e conseguiram o espaço temporário do ginásio para acomodação das famílias. Por ter amigos na organização, eles sempre procuravam interceder por mim junto aos/as moradores/as: “Pode falar para ela, ela está do nosso lado!”. Dessa confiança surgiram as matérias: “Mobilizações por Moradia Digna em São José e Florianópolis”, “José Nitro, o Nordeste e a criminalização dos pobres”, “E você, suportaria quanto?”. Todas elas foram publicadas no site www.desacato.info e foram resultados da minha participação junto com a comunidade em manifestações, audiências e encontros com a prefeita de São José.

A minha transição de comunicadora social para pesquisadora também foi um desafio, eu representava para a comunidade uma comunicadora social e no início da minha pesquisa as conversas e entrevistas vinham recheadas de perguntas: “Isso vai sair no Desacato?”, “Precisa tirar minha foto?”, “Quer colocar meu nome verdadeiro nessa matéria?”. Tornar-me pesquisadora foi exercício de tempo tanto para mim quanto para os sujeitos de pesquisa e levou a encerrar minha autoria de publicações sobre o Contestado nos veículos de comunicação.

Feita esta transição, passei a contemplar uma questão perniciososa: que objetivo eu tinha como pesquisadora? Cheguei à conclusão de que teria como objetivo geral investigar como os/as moradores/as vivenciam o cotidiano da Ocupação Contestado e significam suas experiências a partir dela, afinal era necessário responder a uma questão que eu mesma já havia formulado antes: como aquelas/es moradoras/es conseguiam aguentar tudo aquilo? Como objetivos específicos busquei analisar a atuação da Organização Política Brigadas Populares nas práticas cotidianas da Ocupação e nas trajetórias de vida dos/das moradores/as do Contestado.

Quando uso em meu objetivo a categoria da experiência me remeto à reflexão feita por Joan Scott sobre o uso da experiência como meio de alcançar a realidade, em pesquisas feitas por historiadores, dessa forma:

O conhecimento é alcançado através da visão; a visão é uma apreensão direta, imediata de um mundo de objetos transparentes. De acordo com essa conceitualização, o visível é privilegiado: o ato de escrever é, dessa forma, colocado a seu serviço. Ver é a origem do saber. Escrever é reprodução, transmissão - a comunicação do

conhecimento conseguido através da experiência (visual, visceral). (SCOTT, 1999, p.24)

Mas é preciso o cuidado de tomar a experiência não como a origem da nossa explicação, mas aquilo que buscamos explicar e dessa forma produzir conhecimento. No caso das/dos moradores/as do Contestado, não são eles os indivíduos que têm experiência, mas são sujeitos constituídos por ela. (SCOTT, 1999)

Tomo o cotidiano da Ocupação como o lugar em que as vivências e experiências dos sujeitos aparecem. Quando aqui me refiro a cotidiano compactuo com o conceito de Guimarães (2002), que esclarece que o cotidiano é um prisma da representação do diário, do viver do dia a dia, do comum, do habitual, das rotinas e repetições. Mas do ponto de vista teórico, pensar o cotidiano implica em encontrar o incomum no repetido.

Para encontrar o incomum no repetido eu precisava de um método que me permitisse uma aproximação do campo de pesquisa, que me permitisse discorrer sobre os sujeitos dentro de seu espaço e ter acesso a todo um universo de significados. Por isso, assim como o campo de pesquisa, a escolha do método também sofreu interferência da minha trajetória acadêmica marcada pelas pesquisas qualitativas. O Contestado, desde as primeiras visitas me proporcionou ricos documentos, observações e registros em diários de campo. Quando iniciei as entrevistas percebi que já tinha iniciado a minha própria etnografia. Cláudia Fonseca (1999) coloca a etnografia como o protótipo do método qualitativo que tem como ponto de partida a interação do/a pesquisador/a com seu objeto de estudo, pela ênfase no subjetivo e no cotidiano, portanto a opção pelo método é adequada para o meu contexto de interação constante com o Contestado.

Ao ter emprestado o método etnográfico dos antropólogos, tive consciência de que ele tem sido apropriado por outras disciplinas das áreas de ciências humanas e sociais, incluindo a psicologia social. E é constantemente usado em estudos que se centram nos seres humanos, suas alteridades e questões subjetivas presentes nas interações sociais. (Zanella et al, 2006) Na transição de comunicadora social para pesquisadora seguiram o acompanhamento das assembleias, reuniões de núcleo, reuniões de quadra, festas, manifestações, conversas com a prefeita. “Livia, segura meu bebê um pouquinho porque estou cansada”; “Livia, chegou um perfume novo na revista da natura”; “Livia, tira minha foto andando de skate?”; “Livia, o pessoal da rede de apoio vai organizar a festa junina do Contestado, você vai?”; frases que se tornaram cotidianas e que marcaram uma vivência íntima do campo.

De acordo com Fonseca (1999) o método etnográfico supõe cinco momentos: estranhamento, esquematização, desconstrução, comparação e sistematização. O estranhamento consiste em notar algum acontecimento no campo que define o objeto de pesquisa. A esquematização se traduz em técnicas para acumular dados empíricos sobre o objeto de pesquisa que permitem assim caracterizá-lo. A desconstrução é o exercício de problematizar os estereótipos e concepções do/a pesquisador/a. A comparação consiste em buscar na literatura modelos que podem ser experimentados por analogia ao estudo que se está realizando. A sistematização é nada mais que transformar as informações colhidas no estudo em modelos alternativos, confrontar o desafio, juntar os pedaços — as diversas dinâmicas — com o objetivo de entender a lógica que subjaz e ordena as várias partes do sistema.

É importante deixar claro que o método etnográfico não se reduz a uma técnica, ele é um modo de acercamento e apreensão e não um conjunto de procedimentos, e dependendo do caráter da pesquisa pode se servir de várias técnicas. (MAGNANI, 2006) Além das interações com os/as ocupantes do Contestado as informações para minha pesquisa foram subsidiadas por documentos como: os processos judiciais contra Djalma Berger, o regimento interno da ocupação e as normas de funcionamento das Brigadas Populares, que me ajudaram a compreender melhor o campo. Por fim meu percurso etnográfico foi marcado por 3 instrumentos próprios do método: observação participante, diários de campo e entrevistas.

Maria Juracy Toneli e Mara Lago (in Andréa Zanella et al, 2006 p.17) sobre a observação participante afirmam: “a observação pressupõe o ouvir e o dialogar, a relação de alteridade, a interação de subjetividades, a aceitação do diferente”. Considero a observação participante como um instrumento útil a ser usado para acompanhar o cotidiano da ocupação, especialmente em sua organização política interna e externa, como reuniões de quadra, núcleos, assembleias e com outros/as atores/atrizes políticos relevantes. Utilizei a observação participante em vários momentos da pesquisa, mas principalmente nas assembleias, reuniões de quadra, reuniões de núcleo e reuniões de coordenação, onde não fiquei como simples espectadora, mas interagi, discuti e tentei contribuir para a construção da Ocupação.

Para o registro da minha vivência no Contestado utilizei os diários de campo. De acordo com Fonseca (1999), esses consistem de relatos cotidianos realizados em um caderno próprio, descrevendo as situações vividas – sendo um elemento insubstituível e fundamental do método

etnográfico e onde é possível dar ênfase à experiência do/a pesquisador/a no campo, assim como visualizar a relação pesquisador/a-pesquisado/a.

As entrevistas foram livres com um roteiro norteador pois a minha intenção era ouvir a experiência dos/as entrevistados/as. A pretensão foi realizar aqui um encontro etnográfico e criar um espaço semântico partilhado entre mim e os/as entrevistados/as sem correr o risco de contaminá-los/as com elementos do meu próprio discurso. (OLIVEIRA, 2000) O objetivo da realização das entrevistas etnográficas é partir dos depoimentos dos entrevistados e assim conhecer histórias de vida nesses encontros intersubjetivos. (QUEIROZ, 1998)

Em suma, o método etnográfico pode ser simplificado em dois tempos, de acordo com Roberto Cardoso de Oliveira (2000), que se baseia em Geertz: 1) O tempo de *olhar e ouvir*, que acontece quando a pesquisadora está no campo em contato continuado com os sujeitos da pesquisa. Ela realiza observações, participantes ou não, escreve seus diários de campo e entrevista os sujeitos de pesquisa; 2) O tempo de *escrever*, é o momento de analisar todo o material obtido na pesquisa e relacioná-lo com as teorias e assim produzir conhecimento e explicações etnográficas.

Sobre as explicações etnográficas, Magnani (2006) pontua que a explicação por essa via transforma informações ainda dispersas ou percebidas como fragmentadas e indícios soltos em um novo arranjo que é diferente do arranjo do nativo e daquele com o qual o pesquisador iniciou o estudo.

Este novo arranjo carrega as marcas de ambos: mais geral do que a explicação nativa, presa às particularidades de seu contexto, pode ser aplicado a outras ocorrências; no entanto, é mais denso que o esquema teórico inicial do pesquisador, pois tem agora como referente o “concreto vivido”. (MAGNANI, 2006, p.17)

Rememorando que a minha inserção no campo foi realizada tanto como pesquisadora quanto como comunicadora social, que as questões de método também têm relação com aquelas práticas que empreendi em pesquisas anteriores, não poderia deixar de levar em consideração que também as relações que estabeleci com o campo estão atravessadas por aquilo que considero uma experiência ética de pesquisa. Na pesquisa de campo é de primeira importância preservar as pessoas envolvidas (OLIVEIRA, 2004), para tanto devem ser respeitados princípios de preservação da integridade física e moral dos sujeitos, como anonimato, declaração dos objetivos da pesquisa, o pedido de permissão para a gravação das entrevistas, o retorno das transcrições aos/as

interlocutores/as, assim como o direito de deixar de participar da pesquisa em qualquer momento, ou mesmo ser retirado/a das análises se assim for desejado. Nas entrevistas já realizadas foram utilizados Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, que foram lidos e assinados pelos/as participantes. Os contatos com as pessoas entrevistadas, assim como com as acompanhadas na ocupação também foram pautados nos princípios éticos de pesquisa, sendo os sujeitos sempre avisados e inquiridos sobre a possibilidade de usar suas experiências para fins de pesquisa.

As tabelas abaixo mostram os sujeitos entrevistados, tanto moradores/as da Ocupação como os/as militantes da Organização Política Brigadas Populares.

Tabela 1. Identificação dos/as entrevistados/as moradores/as do Contestado.

Nº	Nome	Estado de Origem	Idade	Escolaridade
1	Leila ¹²	Paraná	30	Ensino médio incompleto
2	Diogo	Santa Catarina	24	Ensino médio incompleto
3	Amada	Ceará	42	Ensino Fundamental Incompleto
4	Daniel	Paraná	42	Ensino Fundamental Incompleto
5	Paula ¹³	Santa Catarina	33	Ensino médio Incompleto

¹² Todos os nomes na tabela foram alterados para preservar o anonimato dos/das entrevistados/as.

¹³ Entrevista feita com roteiro da pesquisa “O movimento sem-teto e a Ocupação Contestado: perfil social e trajetórias de vida dos moradores”, coordenada pelo professor da Universidade Estadual de Santa Catarina Francisco Canella.

Tabela 2. Continuação da identificação dos/as entrevistados/as moradores/as do Contestado

N°	Estado Civil	Filho s/as	Raça/Etnia	Trabalho/Profissão	Tempo de residência no Contestado, no momento da entrevista
1	Divorciada	2	Indígena	Não trabalha	9 meses
2	Solteiro	0	Negro	Auxiliar de almoxarifado	9 meses
3	Casada	3	Branca	Vendedora de cosméticos	9 meses
4	Casado	3	Branco	Faz tudo	9 meses
5	Casada	5	Negra	Cozinheira	2 anos e 3 meses

Todos os moradores/as que entrevistei estão na trajetória da Ocupação Contestado desde o primeiro despejo até julho de 2015, quando interrompi minhas visitas ao campo.

Tabela 3. Identificação dos/as militantes entrevistados/as das Brigadas Populares.

Nº	Nome	Estado de Origem	Idade	Escolaridade
1	Bob ¹⁴	Rio de Janeiro	24	Graduação completa
2	Ernesto	Rio Grande do Sul	25	Doutorando
3	Mariquinha	São Paulo	27	Mestre
4	Erivaldo	São Paulo	27	Graduação Incompleta
5	Carlos	Minas Gerais	27	Graduação Incompleta

Tabela 4. Continuação da identificação dos/as militantes entrevistados/as das Brigadas Populares.

Nº	Raça/Etnia	Trabalho/ Profissão	Tempo de militância no Contestado, na época da entrevista
1	Branco	Estudante	7 meses
2	Pardo	Estudante	9 meses
3	Negra	Jornalista	9 meses
4	Branco	Estudante	9 meses
5	Branco	Estudante	3 meses

De todos os/as militantes que entrevistei a maioria deixou a militância no campo antes de 2015. De modo que apenas Carlos permaneceu militando na Ocupação Contestado no ano de 2015.

2.4. Para Além do Meu Caminho Metodológico.

Nas minhas interações com o campo de pesquisa era frequente encontrar outras pessoas conduzindo estudos cujo objeto era a Ocupação

¹⁴ Todos os nomes na tabela foram alterados para preservar o anonimato dos/das entrevistados/as.

Contestado. Porém uma em particular me despertou profundo interesse, seu nome era “O movimento sem-teto e a Ocupação Contestado: perfil social e trajetórias de vida dos moradores”, realizado por professores/as universitários. Esse estudo, filiado à Universidade Estadual de Santa Catarina, coordenado pelo professor do Departamento de Pedagogia da UDESC, Francisco Canella e conta também com a participação da professora do departamento de Ciências Humanas, Carmen Suzana Tornquist e da professora Vera Lúcia Nehls Dias, do departamento de Geografia. Os demais pesquisadores são os doutorandos da Unicamp (Universidade Federal de Campinas) Luís Felipe Aires Magalhães, as bolsistas de iniciação científica da UDESC Roberta Moraes da Costa Ávila e Larissa Ana dos Santos Miranda, a mestre em Ciências Sociais pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Gabriela Bianco e o acadêmico de Ciências Sociais da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) Fernando Calheiros.

A pesquisa propõe como objetivos: identificar o perfil socioeconômico, educacional e político dos/das moradores/as da Ocupação Contestado, reconstruir e analisar as trajetórias de vida desses/as moradores/as, compreender que significado adquire em suas vidas a participação em um movimento organizado como o movimento sem-teto, analisar as mudanças nas sociabilidades dos/das moradores/as no espaço da Ocupação e analisar o processo de interação com os mediadores que participam do processo. (CANELLA;TONQUIST, 2015)

A primeira parte da pesquisa consiste em uma análise quantitativa de dados sociais, econômicos e demográficos. Estes dados foram levantados a partir da aplicação de um survey entre o final de 2013 e começo de 2014, em 82 casas da Ocupação Contestado, infelizmente não foi possível aplicar em 18 moradias das 100 que existiam na época por problemas no campo. As informações foram tratadas e tabuladas através do programa Sphinx e posteriormente analisadas. Vale lembrar que devido à alta rotatividade dos/das moradores/as estes dados não representam mais toda a realidade do Contestado, mas são relevantes quando se trata de dar um contexto para essa Ocupação.

Comecei a fazer parte dessa pesquisa, como voluntária, no início de 2014 até o início de 2015 de modo que não participei da primeira parte da pesquisa, nem da construção do relatório final. Como participei da tabulação dos dados, tendo autorização dos demais integrantes dessa pesquisa utilizarei alguns dados quantitativos dela, devidamente referenciadas para contextualizar a Ocupação.

A segunda parte metodológica dessa pesquisa consistia em produzir uma etnografia através de entrevistas semi-estruturadas mais

profundas com alguns/algumas moradores/as da Ocupação e também realizar grupos focais. Realizei somente a entrevista de Paula com o roteiro de pesquisa e participei do Grupo Focal: “As mulheres do Contestado”. Utilizarei essa entrevista e os diários de campo que fiz nessas duas inserções, assim como as transcrições do Grupo Focal e da entrevista, por mim realizados, sem referenciar diretamente a pesquisa da UDESC. A não referência se relaciona com o fato de que tanto o grupo focal como as entrevistas são produções minhas e foram devidamente assim autorizados pelos demais integrantes da pesquisa, “O Movimento Sem-Teto e a Ocupação Contestado: Perfil Social e Trajetórias de Vida dos moradores”.

3.URBANIZAÇÃO E MORADIA

3.1 A Transição Urbana Abrupta Brasileira e a Terra Como Mercadoria

Violência, caos, favela, congestionamento, desigualdade social são descritores que cabem para qualquer grande cidade brasileira, mas como o Brasil se tornou um país urbano? De que forma essa urbanização aconteceu? Em uma palavra a resposta seria: rapidamente.

Tomando a história da urbanização mundial como base o Brasil teve uma das mais rápidas transições urbanas do mundo, em menos de 50 anos, a partir da segunda metade do século XX, o país transitou de rural e agrícola para urbano e metropolitano. Hoje grande parte da população brasileira mora em cidades grandes, sendo que quase dois quintos residem em uma cidade de pelo menos um milhão de habitantes. Essa transição se deu de forma abrupta e nada harmoniosa e por isso as cidades brasileiras enfrentam complexos desafios sociais, econômicos e ambientais (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010).

Dados do IBGE¹⁵ sobre o Brasil mostram que em 1960, 45,1 % da população vivia nas cidades e 54,9% morava em áreas rurais, enquanto em 2010 os índices se alteraram para 84,4% da população vivendo em zonas urbanas, contra 15,6% em espaços rurais. (IBGE, 1960 e IBGE, 2010)

Os dados do IBGE descrevem uma intensa migração campo-cidade, mas é importante ressaltar que historicamente, desde a época de colônia, o Brasil baseava sua economia no cultivo de produtos primários

¹⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

como: pau brasil, cana-de-açúcar, borracha, café, concentrando a maior parte de sua população no campo durante mais de quatro séculos. Somente nos anos 50 o processo industrial brasileiro iniciou e foram surgindo centros urbanos, com cidades de médio e pequeno porte ao lado das cidades grandes como Rio de Janeiro, São Paulo, etc. (MIRANDA, 2011)

É importante clarificar, no entanto, que o interesse urbano-industrial, quando conquistou hegemonia na orientação da política econômica do país não rompeu com relações arcaicas da propriedade fundiária. (MARICATO, 2002) Ou seja, a industrialização aconteceu sem reforma agrária, portanto não houve rupturas na antiga ordem social (Idem, 2002). Essa “questão agrária jamais solucionada desdobrou-se em questão urbana. As grandes propriedades rurais tornaram-se reserva de valor para empresas industriais e bancárias sem vocação agrícola”. (MIRANDA, 2001, p.8)

Como já foi explicitado, a segregação sócio-espacial no campo também predominou nas cidades, com a terra urbana como mercadoria cujo acesso só pode ser obtido mediante a compra e venda. Sobre esses conceitos Corrêa (2004) esclarece:

Valor de Uso e Valor de troca: conceitos clássicos da economia política que foram retrabalhados por Marx, enriquecendo-os. Possui um valor de uso e um valor de troca. O primeiro está relacionado à esfera do consumo e o segundo à da circulação. Estes dois conceitos, no entanto, estão dialeticamente relacionados entre si: é somente através da troca no mercado que a mercadoria realiza plenamente seu valor de uso. (CORRÊA, 2004, p.84)

De acordo com Harvey (1980) em um mercado privado do solo, onde grande parte do capital social está investido no estoque de moradias, o valor de uso de uma casa é diferente para um proprietário que a usa como uma residência e outro que a usa como fonte de renda. Portanto, o valor de uso e o valor de troca estão relacionados, mas a natureza das relações depende de quem está fazendo uso da residência. Pelo fato da moradia nem sempre ser medida em termos de uso como residência, mas também como valor de troca, essa relação está sempre sujeita ao mercado capitalista. O fato de não vivermos em um sistema de mercado de moradias socializado, gera fenômenos como a especulação e o desperdício de casas, onde se ignora seu valor de uso porque elas possuem pouco ou nenhum valor de troca. (IDEM, 1980)

De acordo com Corrêa (2004) o espaço urbano é simultaneamente segregado e articulado, suas manifestações espaciais envolvem, no modo capitalista de produção, diversas relações: de prática do poder, ideologia, investimento de capital, circulação de decisões, mais valia, renda. O espaço urbano é a expressão espacial dos processos urbanos e por consequência é um reflexo da sociedade, portanto o espaço de uma cidade que opera dentro do sistema capitalista é segregado, o que reflete em complexa estrutura social pela divisão em classes.

Essa divisão de classes no capitalismo se estrutura através de 3 forças que atuam nesse processo: 1) força primária: vem da relação capital e trabalho, gera uma dicotomia de classes entre os que vendem sua força de trabalho e os que são donos dos meios de produção; 2) força residual: vem de antigas práticas de organização social onde há um modo de produção dominante e um subordinado; 3) força derivativa: se usam meios tecnológicos para preservar os processos de acumulação do capital. (HARVEY apud CÔRREA, 2004).

Devido à segregação espacial urbana e à divisão de uma sociedade em classes é que a desigualdade nas cidades se perpetua e se cristaliza na cultura e nas instituições, e assim anestesia os olhos da sociedade para o reconhecimento do direito à cidade pela população de baixa renda. Essa cegueira contribui para a estagnação dos políticos e planejadores quando o assunto é reagir à velocidade do crescimento urbano, o que facilita a propagação da pobreza habitacional, inadequação fiscal e a degradação ambiental que marcam muitas cidades brasileiras. (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010). Sobre o crescimento urbano desigual Maricato (2002) complementa:

O crescimento urbano resultante desse intenso crescimento demográfico se fez, em grande parte, fora da lei (sem levar em conta a legislação urbanística de uso e ocupação do solo e código de obras), sem financiamento público (ou ignorado pelas políticas públicas) e sem recursos técnicos (conhecimento técnico de engenharia e arquitetura). Sem alternativas, a população se instalou como pôde, com seus poucos recursos e conhecimento. (MARICATO, 2002, p.4)

Segundo Maricato (2002) a falta de alternativas habitacionais para os mais pobres, tanto por parte do mercado privado quanto por falta ou ineficiência de políticas públicas habitacionais, gerou um gigantesco crescimento de invasões de terra. A autoconstrução de casas em loteamentos ilegais ou em terras ocupadas provocou um resultado caótico

em várias cidades brasileiras. Mas a irregularidade urbanística não pode ser atribuída apenas à população de baixa renda. Dessa forma:

Loteamentos ilegais, conjuntos habitacionais de promoção pública, “condomínios fechados” de promoção privada e favelas (que ocupam as franjas sobrantes dessas iniciativas) formam uma colcha de retalhos sem qualquer unidade ou articulação. [...] A ausência da gestão pública e a inexistência de qualquer contrato social remetem o lugar para a "terra de ninguém" onde “a lei é do mais forte”. (MARICATO, 2002, p.6)

Dentro da lógica de mercado do solo urbano, a ocupação ilegal dos terrenos urbanos pelos mais pobres, é obstáculo para a especulação imobiliária, porque por muitas vezes esses terrenos estão situados em áreas valorizadas. Sendo assim, as favelas sofrem constante repressão material e ideológica em que se juntam o poder público e a grande imprensa para denunciar essa forma irregular de habitação. (ROLNIK; BONDUKI, 1979)

No Brasil é comum que terrenos ocupados ilegalmente pelos mais pobres, posteriormente acabem sofrendo um processo de gentrificação, para potencializar o interesse das classes mais abastadas. Gentrificação significa revitalizar espaços da cidade. Antigamente essa prática era voltada para preservar os patrimônios históricos, mas hoje, em sua maioria, são projetos complexos que propõem a transformação da área para aumentar o valor do uso do solo (SILVA, 2006). Smith (2006) acredita que esse processo, independente da sua origem (marginal, espontânea ou programada) tem como ponto de partida a retirada das classes populares dos centros urbanos, que é silenciada por discursos de “regeneração” ou “renascimento” urbano.

É importante ressaltar que o interesse de destinar terrenos para projetos imobiliários, não é apenas das grandes construtoras e empresários em busca de especulação. Governos e grande parte da população defendem essas ações porque tais projetos fazem parte da economia produtiva da cidade, justificados com geração de empregos, geração de impostos e desenvolvimento do turismo (Smith, 2006). Isso explica o desinteresse dos governantes brasileiros e algumas parcelas da população (sobretudo as de classes mais abastadas) em levar melhorias estruturais e/ou de qualidade de vida para as favelas, ocupações, ou assentamentos de baixa renda, conforme justificam Martine e Mcgranahan (2010):

Apesar de muitas décadas do crescimento rápido e da proliferação de favelas em quase todas as

idades, os assentamentos informais têm sido tratados como problemas transitórios de ordem pública, os quais precisam ser eliminados ou que vão desaparecer sozinhos com o “desenvolvimento”. Na maioria dos casos, o poder público somente se intromete para tentar impedir esse crescimento. Muitos anos depois, porém, são frequentemente geradas pressões para “resolver” esse cancro e/ou angariar os votos da população que vive nele. Essas atitudes são coerentes com as normas e valores de uma sociedade desigual que, historicamente, raramente tem priorizado as necessidades e os problemas de sua população mais pobre. (MCGRANAHAN, 2010, p. 20)

A demanda de solo urbano para fins de habitação também é determinada pelo maior ou menor acesso aos serviços urbanos, tais como transporte, serviços de água e esgoto, escolas, comércio, telefone etc. Pelo fato de o Estado ser o responsável pelo provimento de grande parte dos serviços urbanos ele se torna uma peça chave ao determinar a demanda pelo uso de cada área específica e também seu preço. Por ter esse papel relevante, por diversas vezes o Estado atua privando as comunidades mais pobres dos serviços urbanos, como forma de pressionar essa população a deixar a localidade. (SINGER, 1979)

3.2 Déficit Habitacional: A Verdade Revelada.

A Fundação João Pinheiro (FJP) realizou seu último estudo sobre déficit habitacional, publicado em 2015, referente aos anos 2011 e 2012. Esse documento é utilizado oficialmente pelo governo e trabalhou com duas vertentes de análise: déficit habitacional e inadequação de moradias. O estudo conceituou esses dois segmentos da seguinte forma:

O conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções ou do desgaste da estrutura física e que por isso devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque em função da coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade.

Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como déficit por reposição de estoque e déficit por incremento de estoque. (FJP, 2015, p.18)

Por outro lado, a inadequação de moradias reflete problemas na qualidade de vida dos moradores: não estão relacionados ao dimensionamento do estoque de habitações e sim às suas especificidades internas. Seu dimensionamento visa ao delineamento de políticas complementares à construção de moradias, voltadas para a melhoria dos domicílios. (IDEM, 2015, p.16)

Como inadequados são classificados os domicílios com carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores (em domicílios próprios), problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, sem unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação. (IDEM, 2015, p.23)

Das duas vertentes, pretendo pincelar apenas alguns valores relacionados às análises da primeira, sobre o déficit de moradias. De acordo FJP também mostra que o número de domicílios vagos era de 7,551 milhões e desses, 6,189 milhões podiam ser considerados em condições de ocupação imediata. Se ignorarmos, desse estoque de moradias, sua localização, sua situação de propriedade, seu tamanho, sua condição rural ou urbana, em tese, o problema do déficit habitacional brasileiro estaria resolvido sem necessitar da construção de mais domicílios.

Sobre o déficit habitacional na região urbana, nos anos de 2011 e 2012, de acordo com a renda familiar, no estudo classificada pelo número de salários mínimos, os seguintes resultados foram apresentados:

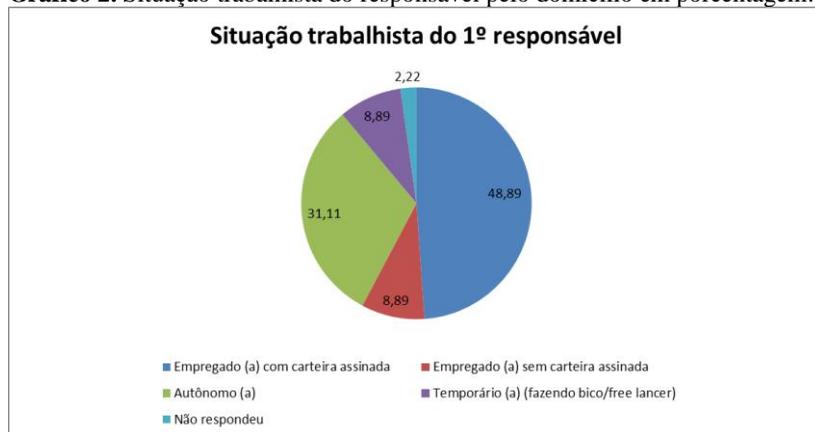
...a concentração do déficit habitacional na faixa “até três salários mínimos” em 2011 e 2012: 81,0% e 82,5% respectivamente. A categoria “mais de três a cinco” compreende mais de 10,1% das famílias em 2012, enquanto a “mais de cinco a dez”, 5,6 % e a “mais de dez”, 1,8%. Assim, as famílias com renda até cinco salários mínimos totalizam 92,6% do déficit habitacional urbano. (FJP, 2015, p.38)

As famílias com a renda de até cinco salários mínimos totalizavam 92,6% do déficit habitacional nas cidades. Com esses dados podemos perceber uma desigualdade social profunda e confirmar que os mais

pobres são os que mais sofrem com a falta de moradia. Portanto os domicílios vagos, nessa análise os 76,4%¹⁶ correspondentes à área urbana, estavam em sua maioria em um grupo com renda superior a cinco salários mínimos. Em última análise, concordando com Boulos (2012), a maior parte desses domicílios vagos, sem contar com os terrenos em que não existem construções, estão nas mãos de um pequeno grupo que ganha muito mantendo as coisas como estão. No ano da pesquisa do FJP, ou seja, 2012, o salário mínimo era de R\$622,00. Já no ano da pesquisa de Canella et al (2015) o salário mínimo era de R\$724,00, portanto é necessário levar em conta esta diferença de valores, ao considerarmos alguns dados da Ocupação Contestado.

No survey aplicado por Canella et al na Ocupação Contestado, dos 82 domicílios em que foi possível coletar a renda, 45 declararam que a pessoa responsável pelo domicílio estava trabalhando – tanto com carteira assinada quanto sem carteira assinada. Destes que afirmaram estar trabalhando, apenas 36 domicílios declararam sua renda.

Gráfico 2. Situação trabalhista do responsável pelo domicílio em porcentagem.



Fonte: Canella et al, 2015

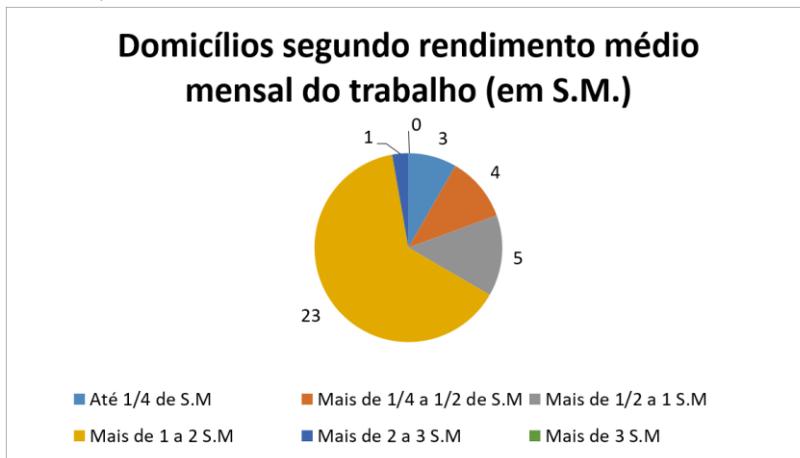
Podemos ver, de acordo com o gráfico, que 48,89% dos responsáveis pelos domicílios que declararam estar trabalhando, possuem um trabalho com carteira assinada.

Porém não ficou claro se os responsáveis pelos 37 domicílios que declararam não estar trabalhando estão desempregados ou entendem

¹⁶ Esse valor é apresentado na pesquisa da FJP em relação ao ano de 2012, página 42.

como trabalho apenas quando aquele que oferece carteira assinada. Dos 45 domicílios em que os responsáveis declararam estar trabalhando, apenas 36 responsáveis pela moradia responderam sobre sua renda proveniente apenas do trabalho, excluindo benefícios de transferência de renda ou quaisquer outros.

Gráfico 3. Domicílios segundo rendimento médio mensal do responsável do domicílio, medido em salários mínimos.



Fonte: Canella et al, 2015

Aqui o salário mínimo foi admitido no valor de R\$724,00 (valor base para o início de 2014, próximo ao momento em que o survey foi realizado). Dos 36 domicílios, 23 apresentam a renda do responsável como maior de um salário mínimo e em nenhum dos domicílios a renda do responsável supera 3 salários mínimos. Portanto, a população da Ocupação Contestado, por conta da renda inferior a 5 salários mínimos, se enquadraria definitivamente na faixa de maior déficit habitacional em relação com a renda, os 92,6% casos apresentados no estudo da FJP (2015).

3.3 Programas Habitacionais: O Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Minha Casa, Minha Vida.

De acordo com Boulos (2012), o Brasil desenvolveu apenas dois programas habitacionais relevantes: o *Banco Nacional de Habitação (BNH)* e o *Minha Casa, Minha Vida*.

O *BNH* surgiu na época do governo militar, após o golpe de 1964, como resposta as manifestações sociais e com intuito de ganhar a simpatia do povo mais pobre, transformando-os em proprietários de imóveis. Porém o fracasso desse plano foi estrondoso já que o governo não fornecia praticamente subsídio nenhum e o pagamento do valor integral do imóvel era de responsabilidade do proprietário. Os imóveis também possuíam parcelas altas pois seguiam a lógica dos créditos bancários privados. Em números, o *BNH* financiou 5 milhões de casas, das quais apenas 25% foram destinadas as famílias com menos 5 salários mínimos. Esses números mostram que o objetivo principal do *BNH* era gerar lucro e não garantir o direito à moradia para os mais pobres. Após a falência do *BNH* em 1986 houve um hiato de mais de 20 anos de programas habitacionais significativos, até a chegada do *Minha Casa, Minha Vida*. (BOULOS, 2012)

O *Minha Casa, Minha Vida* nasceu em 2009 no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Por eu ter nascido no dia 16 de maio de 1987, curiosamente “dia do Gari”, quando o *BNH* cessou de existir eu ainda não tinha nascido, portanto o único contato que tive com um programa habitacional em toda minha existência foi com o *Minha Casa, Minha Vida*. Quando entrei em contato com a Ocupação Contestado, em 2012, existia um cenário complicado de acesso à moradia que geraram mais duas ocupações na Grande Florianópolis: Ocupação Palmares e Ocupação Amarildo, portanto ficou obvio que estudar o problema da moradia iria necessariamente atravessar uma compreensão do programa habitacional em questão.

Com a crise do setor imobiliário dos Estados Unidos em 2008, e com os possíveis efeitos da crise no Brasil em 2009, o objetivo do Programa *Minha Casa, Minha Vida* era salvar o capital imobiliário injetando um valor de R\$ 34 bilhões no mercado imobiliário. O sistema do programa é simples: o governo fornece o dinheiro, as empreiteiras constroem e o governo apresenta os compradores. A realidade do programa provou que 75% dos recursos e 60% das habitações foram destinados as pessoas que possuíam mais de 3 salários mínimos de renda mensal, sendo os imóveis mais caros, conseqüentemente as empreiteiras lucraram mais. Ou seja tanto o *BNH* quanto o *Minha Casa, Minha Vida* acabaram no fim por beneficiar as classes médias e não os trabalhadores mais pobres, apesar do programa habitacional ter representado um grande avanço em termos de subsídio para a aquisição da casa que não estava presente no *BNH*. (BOULOS, 2012)

Eu estava certa quanto à possibilidade do Programa *Minha Casa, Minha Vida* em algum momento atravessar a minha pesquisa, na verdade

ele apareceu antes mesmo da existência da Ocupação Contestado, logo após o primeiro despejo enquanto as famílias estavam abrigadas no Ginásio Jardim Zanellato, onde diversas pessoas já conversavam comigo sobre o programa.

Lembro-me de conversar com um grupo de pessoas ali, e entre fotos e entrevistas para fazer uma matéria para o Desacato, puxei o assunto sobre o *Minha Casa, Minha Vida*. De pronto um senhor me respondeu: “Dona, aqui a maioria recebe menos de três salários mínimo, o *Minha Casa, Minha Vida* não se interessa pela gente não”. Outro senhor, com um tom sarcástico, complementou: “Você acha que aqui ninguém tentou entrar no *Minha Casa, Minha Vida*? O certo seria ter casa pra pobre, mas a verdade é que tem não, Dona!”.

Essas falas, presentes nos meus diários de campo, a princípio não tinham me chamado atenção, mas relendo-as hoje pude ver que na verdade as pessoas tinham muito conhecimento do funcionamento do *Programa Minha Casa, Minha Vida*. Estava ali claro que aqueles senhores tinham tentado entrar no programa habitacional, mas foram recusados, e sabiam exatamente o porquê: recebiam menos de 3 salários mínimos e para essa faixa de renda não existiam habitações disponíveis.

Outra passagem em que ouvi falar sobre o *Minha Casa, Minha Vida* foi em uma visita ao campo, no local em que atualmente se localiza a Ocupação, ocasião em que fui até a parte de baixo da ocupação e lá brincava com uma menina de 5 anos que me insistia em mostrar sua boneca. Nessa passagem acabei conhecendo Leontina, que aparentava ter em torno de 25 anos, morena, cabelos encaracolados presos num rabo de cavalo no topo da cabeça. Era um dia quente e por isso ela estava do lado de fora, sentada em uma pequena escada que dava acesso à casa e se dividia entre os cuidados com a sua filha e embalar pertences em caixas de papelão. Não lembro direito como começamos a conversar, mas ela me dizia com entusiasmo: “Tô me mudando, meu marido conseguiu uma casa para nós, isso aqui não é vida para ninguém! Ele conseguiu um *Minha Casa, Minha Vida* e Graças a Deus tô me mudando”. Lembro que pelo fato de Leontina ser do município de Curitibaanos, interior de Santa Catarina, não conseguiu me explicar em que localidade estava sua nova casa, nem como era, nem sequer a tinha visto, mas o entusiasmo em sua fala era evidente.

Leontina tinha razão quando falava que morar no Contestado não era tarefa fácil: além do pouco espaço de 24 m², moravam em casas de madeira improvisadas, as quais não protegiam muito bem nem do calor, nem do frio, com o improvisado se estendendo também à água, à luz e aos banheiros, enfrentando a falta de tratamento de esgoto que trazia mau

cheiro e doenças. As ruas não asfaltadas, dentro da ocupação, enchem as casas de uma poeira suja e vermelha que em dia de chuva se transformava lama por toda parte.

A dificuldade também me atingia ainda que na qualidade pesquisadora. Por exemplo, eu nunca me senti confortável para usar o banheiro e com isso descobri que possuo uma capacidade de continência incrível. Com relação às doenças, houve uma vez que uma visita ao campo esteve diretamente relacionada com uma visita ao médico. O caso aconteceu em uma reunião de lideranças no Barracão, o mesmo estava limpo, no entanto à medida que íamos entrando nossos sapatos carregavam terra vermelha sujando assim o espaço, saí de lá com coceira nos dois olhos e depois de uns 3 dias de muita coceira fui a um oftalmologista onde descobri e tratei uma severa infecção bacteriana nos olhos.

A última vez que soube do *Minha Casa, Minha Vida* foi com o projeto habitacional proposto para a Ocupação Contestado, cujos/as moradores/as terão preferência nas habitações, mesmo sem estarem no cadastro da prefeitura, por conta da Defesa Civil que visitou o local em 2014 e avaliou o local como não adequado para habitação humana, com alto risco de incêndios e de proliferação de doenças.

Mas esse processo se encontra moroso e as famílias ainda estão negociando para que o programa subsidie parte do valor do imóvel, de forma que eles não o paguem em sua totalidade e também que esses apartamentos comportem também as famílias numerosas, já que a maioria das famílias (73.2%) são compostas por grupos de 3 a 7 pessoas¹⁷. De acordo com Boulos (2012), as empreiteiras associadas ao Programa não apresentam muito interesse nos 40% das habitações destinadas para as famílias com menos de 3 salários mínimos, pois representam empreendimentos de menor lucratividade, e mesmo assim esses 40% sanam somente 10% do déficit habitacional nesta faixa de renda. Além disso, como a construção é de responsabilidade da empreiteira e muitas dessas habitações são construídas em locais com pouca infraestrutura, onde os terrenos são mais baratos. Além disso, a qualidade e o tamanho das moradias deixam a desejar, já que o parâmetro do tamanho das casas é de 32 m².

¹⁷ Fonte: Canella et al, 2015

3.4 Santa Catarina, a Área Conurbada da Região Metropolitana de Florianópolis e as Reflexões do/das Moradores/as Acerca da Ocupação.

Os dados do IBGE sobre Santa Catarina mostram que o processo de urbanização, no estado foi semelhante ao do resto do país. O Censo de 1960 apontava que cerca de 32,4% da população residente em Santa Catarina vivia em áreas urbanas contra 67.6% em áreas rurais, já o Censo de 2010 mostrou que esse índice se alterou para 16% na área rural contra 84% na área urbana, configurando um processo significativo de migração campo-cidade. (IBGE, 1960 e IBGE, 2010)

O quesito de migração em Santa Catarina não é visto como um problema quando o migrante é o rico que compra um apartamento na Beira-Mar – ou nos condomínios fechados que proliferam nos diversos bairros destinados às camadas médias e elites da cidade – mas é criticada e problematizada quando é o pobre que vem do campo ou das pequenas cidades, que acaba nas favelas ou engrossando a fila dos sem-teto. (MIRANDA, 2001)

Para entender o Contestado precisamos analisar mais especificamente o núcleo metropolitano de Florianópolis. A lei complementar nº 162/1998 instituiu o Núcleo Metropolitano da Região Metropolitana de Florianópolis que abrange 9 municípios, são eles: Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara, Antônio Carlos e Governador Celso Ramos. De acordo com Sugai (2015) esse núcleo metropolitano abriga uma faixa conurbada no litoral que é integrada pelos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. Três pontes ligam a ilha que abriga o Centro de Florianópolis à área conurbada para onde o crescimento urbano da capital transbordou nas últimas décadas, são elas: Ponte Governador Colombo Salles, Ponte Governador Pedro Ivo Campos e a Ponte Hercílio Luz. A última foi desativada em 1982, por problemas estruturais, e permanece assim até os dias atuais. Os desafios urbanísticos específicos de se ter uma capital em uma ilha com espaço limitado e geografia acentuada fazem destas pontes um problema central para toda a população.

Dentro desse contexto de área conurbada¹⁸ se encontra a Ocupação Contestado, no Município de São José, que interage espacialmente com os demais três municípios do Núcleo Metropolitano em questão. Outro aspecto relevante é a malha viária que conecta a ilha ao continente e que pela distribuição espacial, necessariamente passa pelo município de São José, que tem grande densidade demográfica e é cortado pela BR-101, próxima à Ocupação Contestado. (SUGAI, 2015)

Miranda (2001) ao analisar dados do IBGE, IPUF e IPEA de 1980 a 2000, destaca no estado catarinense quatro municípios conurbados do Núcleo Metropolitano de Florianópolis que são os que centralizam o maior número de construções, a maior população e que recebem grandes investimentos na região. Essas cidades são completamente ligadas, praticamente inexistindo meio rural, o que justifica sua elevada taxa de urbanização, que corresponde a 97%. Em 20 anos o número de unidades habitacionais nesses municípios saltou de 74 mil para mais de 194 mil, já a densidade habitacional é atualmente de 553 habitantes por Km². Sendo São José o município responsável pela maior densidade habitacional da região: 1.510 habitantes por Km², caminhando para a saturação. A Ocupação Contestado, portanto, vem se a somar em densidade populacional a uma área já intensamente ocupada, e seus pequenos terrenos ocupados por grandes famílias adicionam ainda mais pressão aos órgãos públicos de educação e saúde da área, assim como explicitam as carências da mobilidade urbana do bairro.

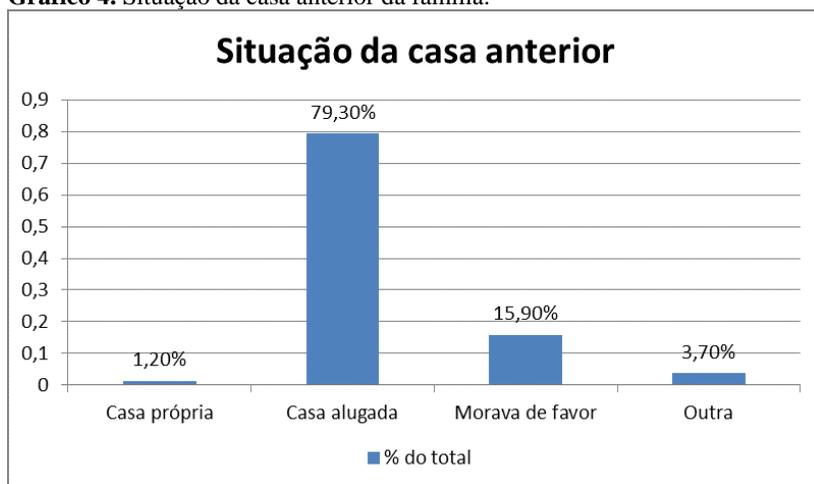
Esse crescimento populacional e habitacional não foi obra do acaso, mas efeito da concentração dos investimentos públicos na Grande Florianópolis. O processo de ascensão foi rápido, tanto em população, quanto em atividades econômicas, e hoje a área detém um dos maiores PIBs de Santa Catarina. O setor de serviços despontou, a indústria do turismo deslanchou, as áreas tecnológicas tiveram grande desenvolvimento. Com isso tudo a malha urbana expandiu-se e atingiu os municípios vizinhos, ampliando o processo de conurbação e consequente valorização dos imóveis. Esse crescimento (tanto econômico quanto demográfico) em um curto espaço de tempo, aliado às políticas sociais deficitárias e a um expressivo processo de migração de população oriunda do trabalho no campo no estado, e de municípios que possuem poucos

¹⁸ O termo conurbação aqui é definido como: “Conceito que designa área formada por uma cidade como núcleo central irradiador de influências e seus subúrbios, ou outros municípios com quais se emenda, sem, no entanto, se confundir, uma interrelação espacial, contínua, com relativo grau de interdependência” (Lago, 1996, p.52)

investimentos, trouxe o déficit habitacional e a expansão das favelas. (MIRANDA, 2001)

A prova de que os investimentos na região estão sendo feitos baseados em um desenvolvimento desigual, de concentração de renda e de migrantes em territórios urbanos, é a Ocupação Contestado. A Ocupação surgiu em 2012, no município de São José, como uma reação à falta de acesso da população pobre à moradia. Esse surgimento foi seguido em 2013, por mais duas ocupações na cidade de Florianópolis: Ocupação Palmares e Ocupação Amarildo. Essas ocupações e suas consequentes manifestações denunciaram a impossibilidade do acesso à moradia da população mais pobre e jogaram os holofotes sobre os efeitos do chamado “desenvolvimento” das praias, resorts e as consequências das propagandas turísticas que usam o slogan de “Ilha da Magia” para a cidade de Florianópolis.

Gráfico 4. Situação da casa anterior da família.



Fonte: Canella et al, 2015

O gráfico acima demonstra que 79,30% da população do Contestado morava de aluguel antes de se mudar para a comunidade. Por vários momentos em conversas e entrevistas, os/as moradores/as da Ocupação revelam que o valor dos aluguéis comprometia muito de sua pequena renda. Devido a esse fato fica claro porque os/as moradores/as são uma parcela suscetível a acreditar em uma promessa de campanha que proporciona uma casa própria, já que seu o ganho de qualidade de vida seria significativo.

A seguir comentarei algumas passagens do trabalho de campo em que os/as moradores/as discorrem sobre o assunto moradia. Acredito que ouvir o que as próprias pessoas do Contestado têm a dizer sobre sua experiência seja muito mais rico do que simplesmente realizar inferências sobre as condições envolvidas na construção de uma ocupação:

1) Paula

Em primeiro lugar trago Paula, mulher negra de 33 anos que possui belos cabelos longos e encaracolados. Natural de Joinville, ela trabalha como cozinheira há oito anos em uma creche do município de São José. Segundo seus relatos, ela vivenciou o início da Ocupação sem o marido e na companhia apenas de 1 de seus 5 filhos. A filha de Paula, Laura, tinha poucos dias de vida quando participou junto com a mãe desse momento crucial na relação da população de São José com as pressões urbanísticas às quais estavam sujeitas. Em vários momentos analisarei a história de sua trajetória na Ocupação contada por ela mesma:

Na verdade quando teve esse comício do Djalma Berger eu não estava lá, mas aí as minhas vizinhas ali da rua, foram lá e disseram: olha o Djalma falou que era para ocupar aquele terreno porque quando passar a eleição ele vai legalizar todo mundo. (Paula, 33 anos)

Nas palavras de Paula está a gênese da Ocupação Contestado, que nasceu de uma mentira e de um crime eleitoral caracterizado pela tentativa de compra de votos. Isso resultou na apropriação de um terreno da Imobiliária Suvec e propiciou condições para uma nova organização política. Paula continua o seu relato: “Daí pronto, eu liguei para os meus irmãos e para uns amigos próximos que eu sabia que estavam precisando porque moravam de aluguel”.

A partir dessa fala, podemos compreender que o aluguel é a alternativa para quem não consegue adquirir uma casa própria, conforme também apareceu no gráfico acima sobre o Contestado. Essa fala também prova que mesmo antes da Ocupação Contestado nascer já havia uma rede de sociabilidade no local, que muitas vezes continuou exatamente por conta das conexões estabelecidas entre sujeitos em situação similar que se uniram para construir rapidamente edificações na área prometida. A colaboração na construção e na procura por materiais de construção é um elemento que vai aparecer novamente de forma intensa nas primeiras semanas da Ocupação.

Mas daí eu fui e fiquei lá, eu tava de resguardo da Laura e a gente começou a montar, e onde a gente tava o mato era muito alto. Começamos a limpar o terreno, roçar, aí o pessoal da área verde da

prefeitura chegava lá e dizia que a gente podia ser preso. E eu falava para eles “olha vocês tem que dar Graças a Deus porque isso aqui era um lixão, a gente está limpando!” Mas eles ficavam lá e tal. (Paula, 33 anos)

Essa fala contém o primeiro indício de que Djalma Berger não havia formalizado perante a prefeitura a cessão do terreno para as famílias. Por isso havia pessoas que trabalhavam na prefeitura na questão de “área verde” em contato com as famílias e informando-as que mexer naquela área poderia gerar processo criminal, culminando em prisão. Mas mesmo assim Paula prossegue:

Teve um dia que a gente se reuniu eu, minha mãe, meu irmão a gente fez uma feijoada. Pô, aí no outro dia eu fui no posto de saúde levar a Laura, quando eu cheguei do posto aconteceu o despejo. (Paula, 33 anos)

Mesmo com os indícios descritos acima Paula realmente acreditou na promessa de ter um terreno para si, tanto que cuidou dele e comemorou junto com familiares e amigos em uma feijoada. Por isso seu relato revela de forma muito clara como o despejo foi súbito e inesperado e pegou não só ela mas também muitos outros/as moradores/as desprevenidos.

Aí foi que a gente conheceu o Erivaldo, Renan e a Silvia (nota da autora: os dois primeiros são militantes das Brigadas Populares e a última sindicalista interessada na Ocupação), eles fizeram uma reunião e começaram a conscientizar assim o pessoal né, dizendo que a gente tinha direitos e que eles não podiam estar fazendo aquilo. (Paula, 33 anos)

Este momento marca o início de uma extensa rede de apoio que visará auxiliar essas pessoas que foram despejadas. Nesse momento as/os moradores/as começam a conscientização de que tinham direitos e de que foram vítimas de um crime. A conscientização, como avalia Crenshaw (2002) é um fator preponderante quando tratamos de compreender as diversas modalidades de ação política que se encontram em intersecção.

Os esforços no sentido de melhor compreender os problemas ligados à interseccionalidade passam por um ponto de inflexão que vai de sua presente invisibilidade até a conscientização dos membros de órgãos revisores dos tratados internacionais, dos formuladores de políticas públicas, de ativistas de ONGs e de tantos outros atores. (Crenshaw, 2002, p.182)

Temos então que realizar um esforço para retirar a invisibilização dos processos constitutivos de situações tão complexas quanto a constituição de uma organização popular que determina que irá invadir um terreno e transformá-lo, fora de todos os aspectos comuns da legalidade em uma nova entidade política. Paula segue relatando os momentos iniciais, em que nem havia uma ocupação propriamente dita, mas apenas um grupo de pessoas na mesma frágil situação de desabrigadas/os:

E que eles tinham que arrumar um lugar para a gente ficar porque tinha gente ali que tinha perdido tudo e já tinha entregado o aluguel. Então não é bem assim para ti chegar e ah quero alugar de novo. Dali eu sei que a gente foi para a prefeitura e conseguiu o Ginásio e ficamos lá. (Paula, 33 anos)

Esta passagem indica os primórdios de uma organização que já pode ser chamada de política. Há um agrupamento em torno de uma mesma agenda política (PEREIRA, 2010) de direitos transversais ao grupo, independentemente de raça, classe ou gênero, é a situação comum que inicialmente possibilita a criação de um interesse comunitário, que vai ser pautado como agenda frente à administração pública. Essa passagem da entrevista de Paula também mostra que algumas pessoas ficaram sem ter para onde ir, principalmente as que moravam de aluguel, visto que haviam encerrado a relação de inquilinos por considerarem as promessas de campanha como legítimas e verdadeiras. Pressionando os órgãos públicos, com a ajuda da rede de apoio, as famílias conseguiram abrigo no Ginásio Municipal de São José Jardim Zanelatto.

Novamente a questão do espaço é importante, pois são as condições no Ginásio, que ao se agravarem pedem outra solução, que o Estado, em sua típica morosidade, não estava contemplando:

Assim, até o Flávio (marido de Paula) brigava muito comigo assim porque ele não achava certo eu ir com a Laura para lá e ficar lá, mas eu não queria saber. (Paula, 33 anos)

Em vários momentos dessa trajetória entre despejo, ginásio e Ocupação Contestado, Paula passa por situação de desentendimento com o marido, o qual não aprovou o fato da esposa se submeter às situações precárias e improvisadas e não acreditava que aquela luta por moradia tivesse possibilidade de se concretizar. Paula se manteve firme nos espaços mesmo contrariando seu marido e com uma criança recém-nascida. Sua experiência demonstra que os agenciamentos não se dão apenas nas vias políticas e institucionais, mas ocorrem também nas ações realizadas por sujeitos em situações muitas vezes totalmente

subalternizadas, mas que ainda assim, contribuem para a constituição de um corpo político, com consequências importantes. A Ocupação Contestado não foi a primeira ocupação a ocorrer na Grande Florianópolis, mas deflagrou na época uma série de outras ocupações, que continuam a ocorrer e continuam a sofrer intensas represálias por parte do aparato policial e jurídico catarinense.

A saída do Ginásio foi provavelmente o momento mais importante da fase inicial da Ocupação Contestado, um momento em que as pessoas até então vitimizadas pelo Estado tomam o próprio destino nas mãos, deixam de ser passivas frente às iniquidades que sofreram e tomam a terra para si. Esse não foi um processo que se desenrolou em torno de altos ideais políticos ou ideológicos, mas por condições matérias intoleráveis:

Na verdade as crianças e um monte de gente começaram a ficar doentes, não tinha mais condições de ficarmos lá. Aí a gente veio ocupou esse terreno. Eu lembro que o Flávio não dormiu nem uma vez no ginásio, só dormiu eu e minha mãe porque meu irmão trabalhava com títulos de capitalização aí minha mãe ficava no lugar dele. (Paula, 33 anos)

Nesta passagem a motivação clara de Paula para realizar a ocupação se sustenta nas condições precárias em que as pessoas estavam se abrigando no Ginásio. Porém não pode ser deixado de lado que o esforço na luta pela moradia estava em pauta, tanto que a mãe de Paula teve que permanecer no Ginásio e posteriormente na Ocupação para garantir o espaço de seu irmão. É o corpo aqui que faz às vezes de posição política, a presença como forma de garantir que alguma coisa poderia ser diferente. Devido à situação insustentável do Ginásio a rede de apoio e os/as moradores/as decidiram finalmente ocupar um terreno nas imediações.

Aí quando foi assim para ir eu liguei para o Flávio e disse aí leva martelo, leva prego, leva tudo porque chegou a hora. E ele meio assim: “você estão malucos!”. Aí quando ele chegou, ele não conseguiu nem entrar. Nossa o meu barraco assim eu fiz umas 300 vezes e ele caiu, porque assim ele (marido) não conseguiu vir para ajudar. No início tinha mais mulher. E a Laura pequenininha de madrugada também comigo, ela tinha só um mês e pouco. Os poucos homens que tinham davam uma ajuda, mas mesmo assim, depois de eu rasgar um monte de lonas por conta de umas chuvas violentas e a gente ali, eu e a Laura, minha mãe foi na

Millium (loja) e comprou aquela lona mais forte. Lona de caminhoneiro pedi uma ajuda para o Coelho e o Maurício. Aí eu só fiquei ali com a lona, até mapear tudo e decidir quem ficava aonde. (Paula, 33 anos)

Cabe aqui considerar as condições materiais paupérrimas que caracterizaram o início da Ocupação. Quando se visita o local atualmente tem-se a impressão de ser apenas mais uma entre diversas favelas na região, esteticamente pouca coisa é diferente, excetuando-se os banheiros e o barracão central. O início da ocupação foi muito mais duro, produzindo algo próximo daquilo que Agamben (2007) chamou de vida nua, efetivamente as condições das primeiras semanas da Ocupação Contestado não eram muito diferentes de um campo de concentração nazista, a única e importantíssima diferença, é que todas e todos estavam ali por vontade própria. Por outro lado os mecanismos de policiamento e pressão política os rondavam da exata maneira que aos judeus da segunda guerra mundial – eram párias.

A rede de apoio e os/as moradores/as impediam a passagem de pessoas que não estavam no Ginásio, inclusive como medida de proteção contra os aparatos policiais, midiáticos e políticos que eram contrários à instalação da ocupação, motivo pelo qual Flávio não conseguiu entrar para ajudar a esposa. Nessa fala Paula explicita toda a dificuldade de estar naquele terreno ocupado, sem qualquer infraestrutura, com um bebê de um mês, sob fortes chuvas de modo que a única possibilidade de suportar a situação foi comprar uma lona mais forte. Pelo fato de haver mais mulheres que homens nos terrenos inicialmente, e pelo fato de construção ser uma profissão majoritariamente masculina em nossa sociedade, Paula precisou recorrer aos homens para construir seu primeiro barraco.

Isso aqui era um banhado, tinha lodo e um buraco. No braço não deu, nós tivemos que pegar emprestado uma máquina e aterrar. É porque eu tenho um amigo nosso que trabalha com construção, aí eu liguei para ele e falei pedindo uma ajuda, assim. Aí ele falou que ia mandar alguém aqui e ele não me cobrou nem 1 real. (Flávio, 36 anos)

As classes populares do Brasil costumam ser caracterizadas pelo acesso à comunidade como forma de sociabilização primária, e nestas comunidades geralmente existem redes de suporte: um tio que cuida dos filhos do sobrinho enquanto o pai sai para trabalhar, um vizinho que leva ao médico uma avó que não tem ninguém que possa levá-la no horário

que precisa, o empréstimo de uma máquina escavadeira para terraplanar um terreno em uma ocupação etc.

A fala de Flávio, marido de Paula, sobre a construção de um segundo barraco, desta vez feito de madeira, demonstra que construir no Contestado não é tarefa fácil. O terreno não foi escolhido por permitir facilmente construções ou pela facilidade de trazer material, mas por ser próximo ao Ginásio, e por consequência próximo ao terreno da desocupação original. Por sorte o casal possuía um amigo que trabalhava efetivamente com construção. A casa de Paula e Flávio parece uma casa pré-fabricada, ao contrário de muitas outras da Ocupação feitas de madeira reaproveitada onde o mau encaixe entre uma tábuia e outra permitem a passagem de sol e água da chuva. Acompanhei a construção de diversas das casas, e pude ver com meus próprios olhos o desenvolvimento das redes de ajuda mútua. Homens ensinando suas esposas a posicionar uma viga, crianças sendo ensinadas a martelar pregos, amigos sendo chamados para ajudar um vizinho a levantar seu telhado, pessoas que tinham carro fazendo viagens para trazer material doado para as casas de pessoas que haviam conhecido semanas antes no Ginásio. Um certo espírito de comunidade, nascido das intempéries vividas em conjunto foi, aos poucos, a duras penas, sendo construído.

Com o processo de ocupação vivenciado por Paula e Flávio o casal passou a resignificar o ato de ocupar, e hoje o veem como uma ferramenta de luta e resistência, que passaram a reconhecer como legítima. Paula afirma: “antigamente a gente via na televisão o movimento MST e falávamos: “Esses malucos aí invadindo terra dos outros. Agora olha só aonde a gente tá!”. O ato de ocupar produziu uma experiência que fez Paula questionar suas noções do que é o correto, do que é politicamente legítimo, e de quais são os seus direitos.

2) Leila

Leila era natural de Sete Quedas, no Paraná, possuía os cabelos lisos pintados de uma cor acobreada, olhos levemente puxados e se definiu como indígena. Seus únicos dois filhos, gêmeos, de apenas 5 anos de idade, pareciam dois “curumins”. Possuía unhas grandes e decoradas e fazia bicos como manicure e um curso de recepcionista.

Eu estou no Contestado desde o início. Eu tinha me separado do meu marido, e vim morar em Serraria junto com minha irmã (no terreno que foi promessa de campanha de Djalma Berger). Quando fomos despejadas, ficamos no ginásio Jardim Zanelatto e depois fomos para a Ocupação Contestado. Ela mora aqui também, só que em

outra casa. Mas faz dois meses que eu voltei com meu marido, às vezes tá bom, às vezes tá ruim. Eu tenho medo! Ele queria me tirar da ocupação né e me levar para casa dele e eu falei que não. Porque toda vez que a gente se separa quem fica sem casa sou eu. (Leila, 30 anos)

Leila quando se separou do marido entrou na justiça pedindo a casa em que moravam. Mas o processo judicial determinou que pela casa já ser do marido antes de eles se casarem ele ficaria com a casa e pagaria apenas 6 mil reais a ex-esposa como indenização. Leila vê na Ocupação a chance de uma casa própria sua e assim tornar-se independente de seu marido, caso a relação acabe. O androcentrismo do sistema jurídico brasileiro não é nenhuma novidade (BLAY, 2008), mas é ainda mais impressionante quando o julgado é realizado contra uma mãe de dois filhos que perde sua casa e tem que viver com seis mil reais. Felizmente vemos aqui novamente o que a experiência da ocupação pode produzir em sujeitos que se viam em situações difíceis: a criação de uma possibilidade de pensar em si como independente, como livre para manter uma casa para a próxima vez que o relacionamento apresentar problemas. Leila se tornou consciente das suas capacidades de lidar com situações adversas, e não permite que a agência que conquistou ao lutar pela casa e construí-la seja perdida por um homem que a deixou com dois filhos e seis mil reais nas mãos.

Quando era só dois, sem filhos, aí tudo bem ficando de um lugar para o outro. Mas eu já penso neles, eles têm que ter um lugar fixo. Aqui é minha casa, aqui eu moro! Daqui ninguém me tira, entendeu? Para ter um apoio quando eles ficarem maior e estudar. Eu não quero que o que aconteceu comigo que eles passem. Quero que eles sejam alguém, quero que eles estudem, quero que eles pensem só nessas coisas. E não chegar numa idade ter que trabalhar e não ter um lugar para ficar, morando de aluguel sempre, porque tem uma hora que quem mora de aluguel nunca tem casa, nunca tem paradeiro. Um dia tá aqui, outro dia tá lá, outro dia lá. (Leila, 30 anos)

Leila vê a casa própria como uma enorme preocupação e deseja que seus filhos não precisem experienciar essa indefinição de moradia, para que possam se concentrar somente nos estudos. A fala de Leila mostra sua visão de querer se vincular a um território, através de uma casa própria, para que isso dê para sua família uma identidade e sensação de

pertencimento. Além disso, vê na ocupação o escape para o ciclo de pobreza que viveu: incapacidade de estudar, que gera incapacidade de conseguir um emprego que tenha um bom salário, que a condena a viver uma vida itinerante. A Ocupação Contestado abriu uma possibilidade ímpar na sua vida: de escapar do ciclo e permitir que seus filhos nunca entrem neste mesmo ciclo.

3) Daniel e Amada

Daniel e Amada são brancos e ambos tinham 42 anos, ele é natural do interior do Paraná e ela é natural do interior do Ceará. São casados há 15 anos e possuem dois filhos.

Depois que a gente foi despejado do outro terreno lá, eu não queria vir para esse daqui não. Foi ela que convenceu (se referindo a esposa Amada), mas também a gente não tinha muito para onde ir. Mas eu fiquei com medo, quando assim eu era bem mais novo eu trabalhava numas fazendonas lá no Paraná, eu gostava muito de cuidar de bicho, lá as vezes acontecia do pessoal ocupar né, mas o fazendeiro resolvia na bala. (Daniel, 42 anos)

Alguns dos/das moradores/as, como já foi citado, tinham experiências prévias ou conhecimento de ocupações, seja através da mídia ou pelas histórias que correm na cultura. A fala de Daniel revela que ele já presenciou ocupações rurais violentas, em que os fazendeiros agem como coronéis e defendem sua terra pegando em armas, de forma ilegal, injusta, e muitas vezes assassina. No momento de se estabelecer na Ocupação Contestado ele acessa o medo dessas lembranças, que ele tem que deixar de lado pois não possui outra alternativa de moradia. Para Daniel, o risco de ocupar é claríssimo, é o risco de morrer pela terra.

4) Diogo

Diogo é um jovem de 24 anos, negro e pinta seus curtos cachos de loiro para “agradar a mulherada”, segundo suas próprias palavras. Manca um pouco devido a uma poliomielite, que contraiu na infância. É solteiro e sem filhos. Trabalha como auxiliar de almoxarifado. É natural de São José do Cerrito perto de Lages, mas chegou com apenas 2 anos em São José.

A gente tinha casa, mas a mãe vendeu para pagar a operação no lábio (lábio leporino) do meu irmão, a gente não conseguia pelo SUS (Sistema Único de Saúde), ele sofria muito na escola, tinha vergonha de falar, desde então sofremos muitas dificuldades pagando aluguel. (Diogo, 24 anos)

A situação da família de Diogo é um dos raros casos no Contestado em que a família já possuiu uma casa própria e teve que vender por conta de dificuldades. A casa própria para essa família significa o fim do comprometimento de uma grande parte da renda com aluguel. E, especificamente para Diogo, a possibilidade de ter uma casa própria só para ele, promovendo assim a possibilidade de retomar o padrão de vida que tinham em São José do Cerrito, felizmente, agora com o irmão livre do *bullying* escolar por causa da operação custeada pela venda da residência original. A casa não é apenas um teto para estas pessoas, representa também uma reserva monetária, um fundo que pode ser acessado em caso de uma emergência, ou como forma de alçar uma qualidade de vida melhor, como foi o caso da família de Diogo.

4. A OCUPAÇÃO CONTESTADO (2012-2015)

A Ocupação Contestado surgiu em um contexto marcado pela desigualdade social e segregação espacial. Nesse cenário de desigualdade na distribuição de riquezas, oportunidades, posses e cidadania moram as prerrogativas para a separação da sociedade em classes sociais. Mas além da diferença de classe, o espaço do Contestado também é um espaço profícuo para estudar as relações de raça/etnia e gênero. Assim pretendo fazer uma intersecção entre gênero, raça e classe social e analisar como essas questões no Contestado produzem novos modos de vida, experiências, vivências e práticas.

O período que compreende o final do século XX e início do século XXI envolveu uma série de mudanças significativas das estruturas da sociedade ocidental, e mais especificamente da brasileira. As mudanças promovidas pelo período de crescimento econômico, aliada ao crescimento populacional e leve diminuição da desigualdade social no Brasil criou as condições para uma fragmentação de paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e até de nacionalidade que previamente forneciam sólidas bases identitárias para as relações sociais. Essas diferenças mudam também nossas identidades pessoais, abalam as velhas ideias de um Brasil integrado e uno politicamente, sem fracionamentos de raça e etnia. A dificuldade de dar um sentido para a experiência é por vezes chamada de um deslocamento ou descentração do sujeito (HALL, 2006, p.59). Ter em mente este fracionamento e a dificuldade em articular marcadores das experiências de classe, raça, etnia e gênero no período atual é importante, e faz parte do esforço realizado nessa análise.

4.1. Relações de Classe, Gênero, Raça/Etnia na Ocupação Contestado

Para começar, gostaria de discutir o encontro entre os/as militantes das Brigadas Populares e os/as moradores/as da Ocupação. As diferenças se iniciam pelo modo de falar, vestir e vão até a maneira de fazer política e pensar questões de gênero e raça. Todos os/as militantes das Brigadas Populares possuem ou possuíram acesso à Universidade. Em contraste, a população que mora na Ocupação Contestado não registra nenhum/a morador/a que teve acesso ao ensino superior, sendo que a maioria (69,6%), só teve acesso ao ensino fundamental, completo ou incompleto, segundo a pesquisa realizada pela UDESC, que aponta alguns dados quantitativos da Ocupação. A questão do grau de escolaridade atravessou a pesquisa quando tentei entrevistar a moradora Amada, que me dizia: “Fala com a Soraia ou a Paula, elas tem estudo, eu não”. Amada por ter apenas o ensino fundamental incompleto não se sentia capaz de falar sobre a Ocupação. Só depois de muitas conversas, em que explicitiei bem que eu não estava preocupada com certo ou errado e queria só ouvir o que ela achava sobre um ou outro tema, ela concordou em me ceder uma entrevista. Sua resistência em falar aponta para uma das estratégias de naturalização previamente comentadas, mas aqui presente na forma de uma submissão ao discurso do outro, discurso instruído pela escolaridade. Tânia Swain explica a questão da seguinte maneira:

Apesar da proliferação dos textos e imagens no murmúrio contínuo e inesgotável do cotidiano ocidental, a apropriação social do discurso se dá em diferentes instâncias discursivas, lugares de fala, posições de autoridade que legitimam ou excluem, delimitam ou expandem as hierarquias e os valores definidores de sentido e de lugares sociais, na Ordem do Discurso, na economia de um imaginário em que se pode detectar a hegemonia das representações tradicionais e naturalizadas de gênero. (SWAIN, p.70, 2001)

Esse lugar de suposto saber que possibilita um discurso não é exclusividade de Amada, e até mesmo no nome da ocupação e de seus núcleos é possível entender a precariedade do lugar de decisão que ocupam as/os moradoras/es. Voltando para a interação entre a Organização Política Brigadas Populares e os/as moradores/as da Ocupação Contestado, a primeira coisa que estranhei, além do próprio nome da Ocupação, foram os nomes dos núcleos: Vida Nova, Che

Guevara, Zapata, Guerreiros de Fé, Mansidão, Dandara, Estrela-Guia e Anita Garibaldi. Tanto o nome da Ocupação quanto alguns nomes dos núcleos, principalmente Dandara, Zapata e Che Guevara, não pareciam fazer parte do contexto social daquelas pessoas. Sobre a escolha dos nomes dos núcleos, o militante Ernesto esclarece:

A escolha dos nomes dos núcleos foi feita por eles, de acordo com as trajetórias deles. No caso do Vida Nova, Guerreiros de Fé e Mansidão eles fazem parte das crenças religiosas. Outros nomes as pessoas achavam os nomes bonitos ou os nomes alusivos à luta que a galera tá travando ali. A ocupação Dandara, por exemplo, eles já sabiam que existia lá em belo Horizonte por ouvir dizer. E Zapata e Che Guevara são nomes que também possuem essa mesma explicação (Ernesto, 25 anos)

Ernesto deixa claro que a escolha dos nomes foi feita pelos/as moradores/as, mas na parte em que fala que acharam alguns nomes bonitos ou alusivos, deixa intuir que embora os nomes não tenham sido impostos, alguns deles foram proposições por parte das Brigadas Populares. Inclusive a organização possui um braço em Minas Gerais que atua na Ocupação Dandara.

Em uma reunião de coordenação em que estive presente, uma situação específica me elucidou que alguns/algumas moradores/as não entendiam o significado dos nomes dos seus próprios núcleos. A reunião em questão estava sendo coordenada pelo militante Erivaldo e a pauta do encontro era a instalação de fossas na Ocupação. Subitamente Grazielle, coordenadora do núcleo Zapata, comenta: “Lá no núcleo ‘Sapata’ o pessoal tá achando ruim ter que pagar 25 reais pela fossa”. Erivaldo a corrige: “Grazielle não é ‘Sapata’ é ‘Zapata’!” Rafaela, responsável pelas atas das reuniões de coordenação, se pronuncia rapidamente: “Ai eu sempre achei que fosse ‘Sapata’! Gente o pior é que vocês podem olhar aqui nas atas tá tudo escrito ‘Sapata’!” Erivaldo responde: “Não pessoal esse nome se refere a ‘Emílio Zapata’, qualquer dia aqui vamos discutir sobre ele e fazer uma aulinha de formação.” Acredito que elas tenham confundido o nome, pois no núcleo Zapata morava um casal homoafetivo de mulheres que foi muito ativo no início da Ocupação.

Esta passagem mostra claramente que as questões ideológicas vieram depois da Ocupação formada, em que a necessidade de condições suportáveis de vida fez com que os/as moradores/as ocupassem o segundo terreno da Suvec. As questões políticas de luta pela moradia e reivindicações de direitos surgiram depois da ocupação espacial efetivada, pois é a práxis que cria a consciência política e não uma ideia

pré-moldada trazida de fora por militantes que é repetida na Ocupação. Entendo que, como proposto por Saffioti: “homens e mulheres fazem a história, produzindo objetivções através de suas práticas sociais e, simultaneamente, apropriando-se de seus resultados, isto é, reapropriando-se subjetivamente da história que fazem” (SAFFIOTI, 2004, p.60). Na fala seguinte o militante Bob explica que o fenômeno da ocupação do espaço veio antes da preparação política das famílias, o que é algo atípico nas ocupações em que as Brigadas Populares estão presentes, como a própria Ocupação Dandara em Belo Horizonte, por exemplo:

As famílias do Contestado têm pouca experiência organizacional, por não ter sido uma ocupação planejada não houve preparo para essas famílias, ao contrário das outras ocupações que a gente costuma fazer. No Contestado algumas famílias foram ocupar sem ter noção do modelo de ocupação que nós queremos construir, que não é só uma ocupação que o pessoal está ali para ganhar a casa. Claro isso é muito válido e quem tá lá por esse motivo tem razão em estar ali. Mas o que a gente tenta construir é uma ocupação enquanto possibilidade e a materialização de que é possível a gente construir deliberações coletivas e mostrar que um modelo alternativo de organização da sociedade possa se dar na prática. (Bob, 24 anos)

Os/As militantes das Brigadas Populares têm como objetivo claro difundir no Contestado ideias socialistas e de poder popular, como eles assim denominaram. Para grande parte dos/as moradores/as as ideias parecem agradar e é comum que as lideranças difundam esse discurso. Se essas falas são repetidas ou apropriadas não consegui elementos para uma avaliação efetiva, o que posso afirmar é que fazem parte do cotidiano discursivo da Ocupação Contestado, e marcam claramente a forma como as lideranças comunicam suas demandas e discutem com as/os moradoras/es e com os ativistas e pesquisadores presentes no campo.

Meu contato pessoal com as Brigadas Populares trouxe elementos positivos e negativos. Como elementos positivos me facilitou muito o acesso aos/as moradores/as, mas por outro lado a minha imagem ficou vinculada aos/as militantes de modo que as dissidências dos ideais das Brigadas Populares não apareceram para mim. De toda forma essa organização política entende seu papel na Ocupação como pedagógico e de conscientização das classes populares:

Nosso papel é muito mais pedagógico e mostrar que as lutas por moradia separado das outras lutas da sociedade não vão promover uma superação social. Nós ajudamos eles a se organizarem politicamente para que no futuro eles não precisem de nós. (Bob, 24 anos)

As Brigadas Populares na política da Ocupação entendem cumprir dois papéis: mediar o contato com os agentes externos e explicar suas ações nesses âmbitos. Dessa forma, no entendimento dos/as militantes é preciso, além de cuidar das ações políticas, explicar de que maneira elas são articuladas para que os/as moradores/as não fiquem alheios/as a esse processo, conforme exemplificado na fala da militante Mariquinha:

As Brigadas Populares cumprem dois papéis na Ocupação, mediação com os agentes externos e o de explicar. Por exemplo, questão de escola e creche, temos que explicar para eles que eles tem direito e tentamos fazer uma ponte com a secretaria, a prefeitura, mas tentamos fazer isso de uma maneira que eles entendam como isso está sendo feito. Porque eles não entendem muito o poder público nem quais são os direitos deles. (Mariquinha, 27 anos)

Já explicitiei anteriormente que meu interesse pelo tema e escolha do método foram influenciados pela pesquisa “Táticas Locais e Estratégias Internacionais: a política social do Programa Bolsa Família e as relações de classe, gênero, raça/etnia em Santa Catarina (o caso de Florianópolis)”. Pesquisando o programa Bolsa Família, que tem por objetivo combater a pobreza e a desigualdade no Brasil através de complemento de renda e acessos a direitos como saúde e educação, percebemos que as famílias possuíam um papel importante no programa, já que receber o benefício estava condicionado a algumas regras como: manter as crianças na escola e consultas periódicas de saúde. Mas pelo fato do Bolsa Família priorizar a titularidade das mulheres, o que não é necessariamente ruim, pois possibilitava a estas um certo grau de emancipação, por outro lado fazia recair sobre elas a responsabilidade da luta contra a pobreza, fenômeno que corrobora o que a teórica Chant (2004) caracterizou como “feminização da pobreza”. (LAGO; SILVA; FREITAS et al, 2012)

Nessa perspectiva, a responsabilização das mulheres também aparece no Contestado como feminização da luta por moradia, tanto na concepção dos/as militantes das Brigadas Populares como nos/nas

moradores/as da Ocupação Contestado. Esse fenômeno é descrito na fala do militante Erivaldo:

As mulheres são maioria nas lideranças nas camadas populares, e também na luta por moradia. Isso não é por acaso. Porque a casa é uma das necessidades mais importantes das famílias populares hoje. O aluguel é um peso sinistro para a família. Hoje quem de fato sustenta o lar é a mulher, o homem é um elemento inclusive parasitário. Em muitas famílias o homem é aquele que faz o filho e vai embora. Ou fica para dar gasto e bater na mulher. As mulheres no meio popular têm filhos muito cedo, e devido a uma moral conservadora machista elas se legitimam pelo filho e através do casamento. No Contestado há meninas de 13 e 14 anos com filhos ou já casadas. As vezes com 23 anos elas se veem com 5, 6 filhos para criar. E quando se apresenta a alternativa de uma ocupação, ao invés do aluguel, da área de risco, da violência das favelas, elas abraçam a luta inclusive pensando no futuro dos filhos. Não vamos generalizar, mas o homem acaba indo quando dá certo. As mulheres pela própria criação num contexto machista se vinculam ao território e às outras mulheres. (Erivaldo, 27 anos)

Essa fala atinge uma discussão de gênero atual, na qual se tenta explicar a diferença entre os sexos em termos de práticas sociais referidas à dicotomia público/privado, aonde a esfera da vida familiar constituído o privado (OKIN, 2008). Esse binarismo, apesar de analiticamente simplório, é operativo no campo, faz parte da forma como militantes e moradoras/es me explicam suas situações, e é inclusa nesta dissertação como forma de trazer os significados presentes no campo da pesquisa. Fica claro o entendimento dos/as militantes que a casa é um ambiente da vida doméstica e familiar, portanto território da mulher, o que levaria à presença feminina como uma das mais importantes, afinal lutam pelo próprio espaço no ideário que compõe as falas dentro da comunidade. Dizer que “o homem vai quando dá certo”, como no caso de Paula, que viveu os primeiros dias de Ocupação com a filha bebê e sem a companhia do marido é dar legitimidade ao sofrimento de Paula e ao mesmo tempo em que possibilita a politização de sua relação com o privado, possivelmente uma das operações mais importantes para a fundação da ocupação: declara-la como casa e como território (das mulheres, inicialmente). É importante ressaltar que a regra do regimento interno que

não permite violência doméstica, segundo Ernesto, garante a expulsão do agressor e a permanência da mulher na Ocupação. Além disso, as Brigadas Populares incentivam os/as moradores/as a dar preferência para a titularidade da mulher como proprietária, no caso de sucesso das demandas políticas da Ocupação pela via de um projeto habitacional.

Essas questões atingem os/as moradores/as de maneira parecida, é possível afirmar inclusive que as Brigadas Populares tiveram sucesso em envolver as mulheres no centro da vida política, e o exemplo mais claro disso são as reuniões de coordenação. Cada núcleo elege um, dois, ou até três coordenadores – ou, por vezes, acontece que alguém se disponibiliza para ser coordenador/a. Embora haja certa rotatividade, fui informada pela militante Mariquinha que em torno de 70% dos cargos de coordenação são ocupados por mulheres. Decidi então perguntar para o morador Diogo, que era coordenador de seu núcleo, o que ele achava do alto número de mulheres nas coordenações e segundo o mesmo:

Na coordenação tem 16 pessoas, mas só 3 homens: eu, o Solano, o Juarez. Vejo uma diferença (entre mulheres e homens coordenadores), quando é mulher vira mais assunto de mulher. Acho que teria que ter em coordenação sempre um casal. Um homem e uma mulher sempre. Porque os homens eles precisam mais de serviço braçal, tem que fazer uma fossa, tem que estar correndo nos mais pesados, e a mulher sempre nunca tem disposição, não pode. Ter um auxílio de pensar dos dois lados também. (Diogo, 24 anos)

Quando Diogo se refere a “assunto de mulher” está na verdade citando questões do cotidiano e da vida privada e familiar: a mãe que não conseguiu atendimento no posto de saúde, o vizinho que deixava o som muito alto. Temas do cotidiano, que eram recorrentes nas reuniões – as fossas, por exemplo – embora tivessem aparecido nas reuniões de coordenação, tiveram que ir para a última instância: a assembleia. Na assembleia, três mulheres se manifestaram dizendo que não poderiam aprovar a instalação da fossa sem perguntar primeiro para os maridos, demonstrado que a questão econômica e de estrutura física é entendida como uma preocupação dos homens. Como sinaliza Diogo, essa questão da clara divisão sexual do trabalho repetiu-se ao longo de vários momentos em que estive na Ocupação Contestado.

Os essencialismos dos quais fazem uso os discursos de Diogo e outros sujeitos na ocupação exaltam a ‘diferença sexual’ e, mesmo que de maneira sutil, defendem a existência de um caráter ou essência feminina. Ao psicologizar e biologizar constatações de cunhos sociológico,

antropológico e culturais que são historicamente determinados acabam por realizar uma universalização da feminilidade que a aprisiona. Estes modelos estruturados, mesmo que muitas vezes valorizados socialmente, como a maternidade ou a função da esposa, cuidadora do lar e da vida privada, são altamente limitantes à experiência feminina, inclusive na própria ocupação que cria uma série de paradoxos relativos a estas formulações. Enfim, ideais de feminilidade universalizados apenas justificam a discriminação e o sexismo em função de uma pretensa natureza feminina. Já em uma perspectiva culturalista “as diferenças sexuais provêm da socialização e da cultura. Sob esta ótica, a superação da ordem e das leis patriarcais eliminaria as diferenças sexuais.” (MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO, 2005, p.44).

É interessante notar que ao mesmo tempo em que Diogo apresenta uma visão bastante sexista quando acentua o “assunto de mulher”, também apresenta uma visão levemente igualitária e democrática ao propor que na coordenação houvesse sempre casais, para que as visões de ambos os sexos fossem representadas. Em relação ao uso da categoria “diferença macho-fêmea” existe uma outra cilada: oculta as diferenças que existem entre as próprias mulheres – assim como entre homens – em termos de comportamentos, desejos, subjetividade, sexualidade e experiência histórica (ARAÚJO, 2005, p.45). Mesmo que essa visão ainda seja refém de uma certa normatividade de gênero, ela empreende uma visão interessante de política nascente na ocupação, demonstrando que a autogestão pode promover avanços políticos e organizativos interessantes que o próprio Estado brasileiro ainda não atingiu.

Em um dado estágio da Ocupação Contestado, além das reuniões de núcleo, quadra, coordenação e assembleias, as Brigadas Populares começaram as reuniões de formação política. E isso novamente dividiu o e espaço entre “assunto de mulher” e “assunto de homem”, conforme elucidou o militante Carlos em assembleia:

Gente, nas reuniões de formação política só estão aparecendo os homens porque as mulheres têm que ficar em casa para fazer a janta e cuidar dos filhos. Isso não pode mais acontecer, tem que rolar um revezamento, pessoal! (Carlos, 27 anos)

Essa fala de Carlos tenta desconstruir uma dicotomia criada pelos/as moradores/as em que mulher cuida da janta, da casa, dos filhos e os homens vão para a formação política para assim participar da esfera pública. Claro que isso não teve origem no Contestado, já estava presente no contexto social dessas pessoas muito antes da Ocupação. As dicotomias público e privado, divisão sexual do trabalho e binarismos

sexuais são muito criticados pelos feminismos e estudos de gênero, mas aparecem de forma evidente, não só Contestado. Apesar dos binarismos serem problematizados pelos estudos de gênero me senti na responsabilidade de compartilhar essas categorias, pois foram recorrentes nas falas dos meus interlocutores.

As desigualdades sociais e de gênero também estão presentes nas relações de trabalho. Um dado significativo para conhecer a discriminação sexual refere-se à remuneração.

O percentual de mulheres que recebem as menores faixas salariais (até 2 salários mínimos) é superior ao dos homens, sendo que o percentual de homens que recebem as maiores faixas salariais (mais de 10 salários mínimos) é superior ao das mulheres. Por sua vez, o número de mulheres que não possuem rendimentos é superior ao dos homens. (ALMEIDA; PEDROSA, 2007, p. 12)

Para além da remuneração, existem níveis bastante diferenciados de qualidade e estabilidade que são influenciadas pela divisão sexual do trabalho, aonde as mulheres se concentram na ponta da cadeia do trabalho precário. (ALMEIDA; PEDROSA, 2007) Na cultura ocidental o trabalho feminino se concentra principalmente nas questões de cuidado, saúde e educação e, no caso das mulheres pobres, existem tarefas sem reconhecimento nem valorização social que por consequência apresentam baixos salários. (HIRATA, 2002)

Paula, por exemplo, trabalha há oito anos em uma creche no Município de São José, possui carteira assinada e direitos trabalhistas, mas ainda assim a renda é pouca para o sustento de seus 5 filhos. Para ajudar no orçamento o marido Flávio canta em uma banda de pagode, segundo o casal às vezes em uma noite o marido consegue ganhar todo o salário mensal de Paula. O que dizer dessa situação, se não que a profissão de cantor é valorizada e a de cozinheira não. Ou de acordo com Gonçalves (2005), sempre que uma profissão sofre feminização ela perde *status* social e por consequência, sofre queda salarial.

De acordo com Hirata (2002) No âmbito do trabalho doméstico as mudanças ocorrem de maneira menor e muito mais lenta. No Contestado me pareceu que a atribuição das tarefas da casa às mulheres continua intacta. Como no caso de Violeta, que com apenas 16 anos, teve que assumir toda a responsabilidade dos cuidados da casa e dos irmãos por conta de sua mãe estar internada em um hospital. Embora possuísse um irmão de 15 anos o pai atribuía toda a responsabilidade da casa a ela.

Em certo momento em que ela participava de um Grupo Focal de Gênero, que estava acontecendo no barracão, vinculado à pesquisa da UDESC, uma de suas irmãs mais novas adentrou no espaço e a chamou: “Violeta se você não voltar agora para cuidar da casa quando o pai chegar ele vai te dar uma coça!”. A menina ignorou a fala da irmã e permaneceu no grupo focal, porém a despeito de todos os incentivos que fizemos não falou uma palavra. Confesso que fiquei curiosa para saber o que aquela menina tinha a dizer sobre a sua condição.

No Grupo Focal outra situação curiosa apareceu quando todas as mulheres deixaram a sala exceto Clara, que permaneceu e nos contou um pouco mais sobre a sua história de vida.

...Porque assim ó, porque eu já vivi essa experiência, quer dizer, essa experiência eu já vivi. De eu abandonar o lar e deixar os filhos com o marido, entendeu? Só que pá não confundi a cabecinha deles, eu optei pela opinião deles, vocês quer seguir com sua mãe ou vocês quer seguir, ficar com seu pai? Porque eles já eram tudo grandinho aí, o que que eles disseram: - Não! Eu quero ficar com meu pai. Daí para não entrar num conflito né, com o ex-marido, não entrar num conflito, o que que eu fiz, eu não entrei na justiça, eu não pedi pensão, eu não fiz nada disso pra não tirar ele da casa. Porque eles, a opinião deles, falô mais alto, daí eu fui pela opinião deles, entendeu? Aí como mantí o pé no chão, eu falei assim: - Então eu vou sair, entendeu? Porque eu vivi muitos anos com ele, então chegou numa situação assim que... Não dava mais. Não deu pra continuar. (Clara, 36 anos)

Clara esperou as outras integrantes do grupo, as que eram moradoras do Contestado, deixarem o grupo para nos revelar sua história. Acredito que ela ficou com medo dos julgamentos morais que poderiam vir por ter abandonado seus três filhos. Afinal os essencialismos em torno do que é uma mulher continuam presentes e ativos em nossa cultura e sociedade em geral (ARAÚJO, 2005). Aí mora uma clara diferença de gênero onde o abandono dos filhos é tolerado socialmente para os homens e negado e estigmatizado para as mulheres. Ela detalhou um pouco mais sobre o relacionamento abusivo em que estava com o ex-marido:

Eu era assim ó, muito assim aquela Amélia¹⁹, sabe aquela história da Amélia? Isto, eu era desse tipo, então, pra mim tudo tava bom, eu gostava muito dele, né?! Deus o livre se falasse mal dele, então pra mim assim tudo tava bom, eu aceitava cozinhar no chão, no relento, é chuva, sol... Meu cabelo vivia tudo duro de fumaça, e o gás pra ele era só pra rico, carne decente pra ele era só pra rico, então eu já vivi essa situação. Então assim... E ele me humilhava na frente das pessoas, então eu aí de tanto mundo, de todo mundo chegar assim e dizia, abria meus olhos e dizia assim: - Ô mulher, você não precisa ser humilhada desse jeito, honra tua, honra tua assim, a tua... A formalidade de mulher como nós assim, e siga tua vida, arruma um trabalho, porque ele nunca deixou eu trabalhar fora. Porque ele era desse tipo de marido ciumento, entendeu? Ele era desse tipo, Deus o livre se ele tivesse conversando com colega dele e eu passasse assim no meio e começasse a conversar. (Clara, 36 anos)

A violência de gênero é extremamente complexa, e tem raízes históricas profundas e antigas. Em meio a estas raízes encontramos relações de poder fortemente relacionadas com gênero, sexualidade e até mesmo questões identitárias e das instituições sociais (KAREN GIFFIN, 1994). A história de Clara é fundamentalmente marcada por desníveis de poder entre ela e seu marido que se enlaçam na forma de violências cotidianas e que demarcam um limite para o que a mulher pode fazer, limitando suas possibilidades de vida. A produção do direito masculino de dominar as mulheres e cercear suas vidas e relações é considerada comumente uma questão fundante do que é a masculinidade, e superá-la exige “confrontar essas definições de gênero e aumentar o poder e os recursos das mulheres”. (GIFFIN, 1994, p. 148)

Clara se compara a Amélia, uma famosa música que descreve uma mulher totalmente submissa ao homem. E considera o fato de ter conseguido abandonar essa situação de violência doméstica como uma lição de vida. E diz que aconselha muito a sua filha de 17 anos, sobretudo sobre a responsabilidade que implica ter filhos. Clara afirma que largou a

¹⁹ Referência a música *Ai que Saudades da Amélia*, de Mário Lago que idealiza a mulher submissa.

antiga vida para se dar uma chance de ser feliz e afirma que conseguiu, atualmente ela mora com o novo marido e a filha de 5 anos na Ocupação e sobre o novo marido ela comenta:

...Aconteceu que daí eu conheci o pai dessa aqui, daí eu pensei: - Eu vou tentar mais uma chance pra minha vida, tentar ser feliz, né?! Eu vou tentar ser feliz, pra ver se dá certo, quem sabe eu ache uma pessoa que me valorize da maneira que eu sou. E achei ele, hoje ele é um homi... Ele é um homi bom pra mim... Ele é uma pessoa assim bem calma, e bem tranquila. Ele não deixa faltar nada, ele é uma pessoa assim, totalmente deferente. E o que eu disser pra ele, ele concorda comigo, se eu disser pra ele assim: “Vamo em tal lugar fazer isso, fazer aquilo”. Ele diz: “Vamo”. Entendesse? (Clara, 36 anos)

Clara é uma mulher acima de tudo corajosa, abandonou os filhos e o ex-marido sob a penalidade de ser julgada e estigmatizada para fugir do controle e maus-tratos de seu ex-marido. Hoje, ela vive com um marido que, ao contrário do antigo é um bom provedor, não deixa faltar nada e a trata com respeito. Maria Juracy Filgueiras Toneli *et al* (2006) explicam que a paternidade e o prover são características associadas à masculinidade de forma positiva na cultura brasileira, e configuram traços que definem também o homem. O que mais me fascina nessa história é uma mulher que conseguiu compreender que estava em uma situação de violência e conseguiu sair dela através de suas próprias capacidades, podendo hoje orientar sua filha mais velha a respeito do assunto.

Assim como abandono dos filhos é encarado de maneiras diferentes para homens e mulheres, segundo a ocupante Leila as brigas no Contestado entre homens e entre mulheres também são. A princípio de acordo com o regimento interno da Ocupação, nenhuma forma de violência é permitida, portanto todas as brigas devem ser discutidas em assembleia. Mas para Leila as brigas dos homens são mais toleradas que as das mulheres:

Ih, já vi muita briga de homem aqui em baixo, nunca vai pra assembleia. No dia da festa, só sei que se brigaram aí, é sempre. Briga de homem, de dar soco. E não tem assembleia, nunca tem assembleia, então é isso que eu acho errado. Essa já é a segunda briga desse homem, outra vez ele quase matou o Seu Afonso, e nunca teve assembleia. O Afonso é bêbado, devia estar incomodando ele e por isso o pessoal deixou pra lá,

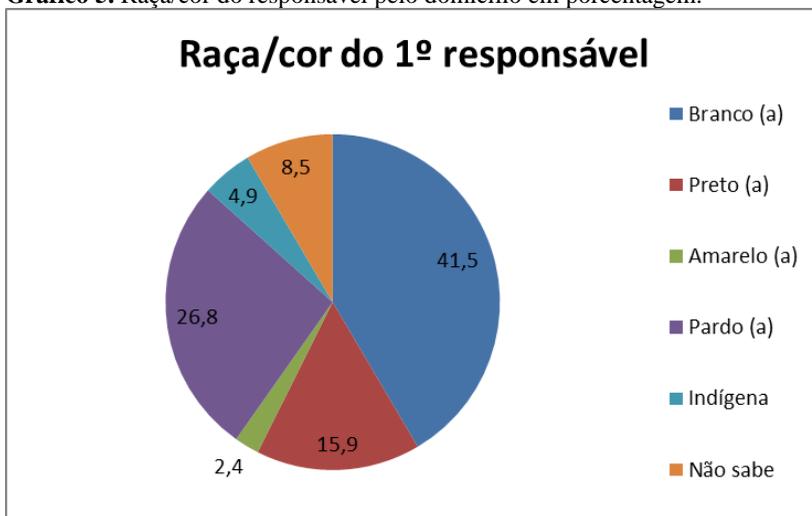
mas ele quase matou o Afonso de paulada. E outro dia uns 4 homens se pegaram de pau, e nada. Ai quando é comigo ou outra mulher se der um peido eles querem assembleia. (Leila, 30 anos)

Leila teve uma situação de briga com Aline, que será discutida mais profundamente no item seguinte sobre violência, mas o fato é que por causa dessa briga ela quase foi expulsa da Ocupação e por ter chamado a polícia a boca do bairro perdeu 900 reais em droga que ela teve que ressarcir. Por achar injusto e diferente quando homens brigam e quando mulheres brigam, ela abandonou a coordenação e sua posição de liderança, dito isso em suas próprias palavras: “Antes eu era da liderança aqui, agora eu só quero a casa! Não me meto mais em reunião nenhuma.”.

A relação da Ocupação Contestado com a vizinhança em torno é bem contrastante, enquanto uns ajudam as pessoas da Ocupação emprestando os comprovantes de residência, outros são hostis como por exemplo, uma cabeleireira com um salão nas proximidades, que organizou um abaixo assinado pedindo o despejo daquelas pessoas. Pelo que fiquei sabendo ela estava tentando convencer os/as demais moradores/as de que os imóveis desvalorizariam por ter aquela favela nas proximidades. Segundo a moradora Paula ela também acusou os/as moradores/as não pagarem água e nem luz e por isso desperdiçarem. Sobre isso ela comenta: “Bem que podiam instalar relógios de água e luz aqui, pelo menos a gente teria comprovante de residência e não dependeria de favor de ninguém.” Paula falou que sente vontade de falar com essa cabeleireira para que ela pudesse entender o que é a Ocupação, mas ao mesmo tempo reconhece a dificuldade em estabelecer um bom contato quando a cabeleireira já é tão contrária à presença da ocupação.

Questões de raça e etnia apareceram de maneira bem superficial na minha pesquisa. De acordo com dados referentes ao censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) a população de Santa Catarina é predominantemente branca, representando 84% do total; em seguida vêm os pardos que compõem 12,4% da população; os pretos, representando 3% da população; e amarelos, que são apenas 0,3%. A predominância da população branca em Santa Catarina pode ser explicada pela colonização europeia dos portugueses açorianos, dos alemães e italianos que instalaram colônias no território atual do Estado.

O gráfico abaixo apresenta dados quantitativos sobre raça da população da Ocupação Contestado, também aponta para maioria de brancos, mas proporcionalmente bem menor que o índice do Estado. Vale ressaltar que esses são dados dos responsáveis pelos domicílios e em sua maioria (41,5%) se declaram brancos, seguidos por 26,8% de pardos.

Gráfico 5. Raça/cor do responsável pelo domicílio em porcentagem.

Fonte: Canella et al, 2015

Trabalhar com intersecções que envolvem questões hierárquicas e de subordinação étnico-raciais e gênero é difícil, pois os graus sociais são variáveis e poucas sociedades têm classificações explícitas de raça do tipo *apartheid*. Mas em países como o Brasil muitas vezes os pobres são de alguma maneira marginais e se diferenciam das camadas privilegiadas da população seja pela cor, religião e até do uso idiomático da linguagem. A sociedade brasileira, assim como praticamente todas as sociedades no mundo globalizado de hoje, não pode reivindicar-se como homogênea, por isso nenhuma sociedade está imune ao racismo. (CRENSHAW, 2002)

Em uma passagem em que pedi para Paula definir sua raça ela responde: “Eu me considero, eu acho que faço parte da raça negra, né. Tem gente que fala que não e fala que eu sou parda, mas eu me considero negra”. Paula, não sei se de forma consciente ou não, adota um posicionamento político quando assume a sua identidade racial como negra. E no “contexto da mestiçagem, ser negro possui vários significados, que resultam da escolha da identidade racial que tem a ancestralidade africana como origem (afrodescendente)” (OLIVEIRA, 2004, p.57). Assumir a identidade racial negra em um país como o Brasil é um processo extremamente difícil e doloroso, considerando-se que os modelos “bons”, “positivos” e de “sucesso” de identidades negras não são muitos, e as possibilidades identificatórias são escassas. De qualquer forma a auto-definição de Paula aponta para um movimento mais amplo

que ocorre em nossa sociedade: o da saída de um tabu sobre a negritude (IDEM, 2004, p.57).

Oliveira define identidade racial como:

...é o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de construção social, cultural e política. Ou seja, tema ver com a história de vida (socialização/educação) e a consciência adquirida diante das prescrições sociais raciais ou étnicas. (OLIVEIRA, 2004, p.57)

Leila e sua irmã Ângela se definem como indígenas apesar de nunca terem morado em uma aldeia ou comunidade indígena. Aprenderam a falar Guarani fluente com a mãe. Ângela tinha conseguido junto a um projeto de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina uma oportunidade de trabalho como tradutora de guarani para o português, o que indica que uma identidade étnica indígena pode ser também um caminho para a saída de uma situação tão intensamente destrutiva como as violências pelas quais Leila e sua irmã passaram.

Leila fazia um curso de recepcionista para conseguir arrumar um emprego melhor, mas disse que seu grande sonho era fazer uma faculdade e quando citei as cotas para índios sua amiga Eva prontamente afirmou: “Como é que você vai provar que é índia, com esse cabelo pintado de loiro e sem pena na cabeça”. Leila respondeu num tom irônico “é só eles olharem para minha cara que dá para saber”. A piada preconceituosa de Eva é apenas mais uma vinheta de como o racismo opera no Brasil, invisibilizando as identidades históricas através de clichês e bordões que remetem a um Brasil que continua colonizando sua população com ideais de branquitude ou de estereótipos raciais que tem tanto de anacrônico quanto de ridículo, mas que continuam produzindo efeitos nefastos.

4.2. A Questão da Violência na Ocupação Contestado

As diversas cenas de violência apresentadas ao longo deste texto não são um indício ou uma afirmação de que as camadas populares são as únicas ou as mais violentas, nem mesmo de que há exclusividade na experiência da violência. A violência é democrática na sociedade brasileira, está presente em todas as camadas das mais variadas formas, e não é monopólio de uma ou outra classe nem de uma ou outra localidade. A Ocupação Contestado é atravessada por uma série de violências, mas não é necessariamente um local violento ou mesmo inseguro, apenas um microcosmo da sociedade brasileira.

A pesquisa realizada em 2012 intitulada “Táticas Locais e Estratégias Internacionais: a política social do Programa Bolsa Família e as relações de classe, gênero, raça/etnia em Santa Catarina (o caso de Florianópolis)”, me fez visitar pela primeira vez uma comunidade de Florianópolis com o intuito de pesquisá-la. Na pesquisa foram visitadas quatro localidades: Ponta do Leal, Tapera, Vila do Arvoredo, Monte Cristo. Mas as duas últimas me marcaram profundamente. A Vila do Arvoredo, também conhecida como Favela do Siri, é uma comunidade localizada no bairro Ingleses em meio a imensas dunas móveis que escondem lindos aquíferos. Conforme relatos de um morador antigo da comunidade, Seu Inácio, a profundidade dos aquíferos muitas vezes superava a altura de um homem adulto. O morador nos contou ainda que um especialista, contratado pela prefeitura, avaliou as dunas e constatou que elas eram impossíveis de conter. As dunas avançavam em média 10 metros por ano e a previsão era de que em 20 anos elas chegariam à praia destruindo toda a infraestrutura até esse espaço.

A primeira visita na Vila do Arvoredo foi realizada com dois colegas de pesquisa, como não conhecíamos ninguém na comunidade resolvemos primeiramente fazer uma visita ao posto de saúde do bairro, com a intenção de procurar alguma pessoa que facilitasse nosso contato com a comunidade. A recepcionista do posto de saúde sugeriu que procurássemos as agentes de saúde para entrarmos na comunidade, mas infelizmente nenhuma delas estava no local. Solicitamos então diretrizes para chegar até a Vila do Arvoredo. Após recebermos as indicações ela olhou firme nos nossos olhos e falou: “Só entrem lá acompanhados de uma agente de saúde!”. Quando saímos do posto e atravessamos a rua em direção à praia nos entreolhávamos e analisávamos as possibilidades. Esperávamos por uma agente de saúde? Será que seria perigoso? Seríamos assaltados? Será que a comunidade era dominada por traficantes que nem os telejornais nos mostram no Rio de Janeiro e precisaríamos de uma autorização “especial” para entrar? Decidimos tentar a sorte. Demos meia volta e fomos adentrando as ruas e nos afastando cada vez mais da praia. Em um dado momento as casas e prédios de alvenaria foram dando lugar a casas de madeira, o calçamento acabou e vimos ruas de areia. Percebemos que havíamos chegado ao nosso destino.

Em uma esquina havia por volta de 15 homens com idades entre 16 e 30 anos, era um dia quente de verão e todos eles vestiam roupas de marcas como Vans, Billabong, Roxy e outras marcas típicas de lojas que vendem moda surf e skate. Passamos os três pela esquina e todos os homens olharam para nós, cumprimentamos com um bom dia que nos foi respondido por apenas alguns homens e um dos meus colegas

prontamente falou: “Nós vamos na associação de moradores!”. Apenas um dos homens respondeu: “Ah tá, pode passar!”. O pode passar não deixou dúvidas de que aqueles homens de certa forma exerciam algum controle naquela comunidade. O fato é que nas próximas visitas à comunidade a entrada ficou livre, muitas vezes eles sequer viravam o rosto para nos olhar ou responder a algum cumprimento (bom dia, boa tarde).

A comunidade era muito dinâmica e mudava de face cada vez que a visitávamos, pois devido ao problema com as dunas os/as moradores/as se espremiavam nos espaços ainda não tomados pela areia. Como as casas eram de madeira ficava mais fácil movê-las de acordo com o movimento das dunas. Saneamento básico não existia, muitas vezes as ruas de areia ficavam cheias de resíduos fétidos e muito lixo. Mesmo nas areias as condições eram análogas a qualquer favela brasileira.

Logo na primeira rua da comunidade conhecemos Dona Neide, de 44 anos, que em uma visita nos contou que seu marido havia sido morto em um acerto de contas na frente de sua casa. Segundo a mesma ele estava no carro quando levou um tiro na cabeça e bateu com o carro no próprio muro de sua casa. Algumas visitas depois uma colega me relatou que em um encontro que teve sozinha com ela a mesma revelou que a morte do marido foi a melhor coisa que tinha acontecido na sua vida, disse que o marido bebia muito, a agredia, e que a morte dele foi um alívio. Uma clara cena de violência de gênero que eu veria repetida diversas vezes na Ocupação Contestado.

Outra mulher que conhecemos nessa localidade foi Santina, em uma visita a ela, subitamente ouvimos estrondos e ela nos explicou: “Tão escutando? É tiro!”. Lembro-me desse dia como se fosse ontem e ainda sinto toda angústia de não saber o que fazer: primeiro pensei em sair correndo, depois pensei em me jogar no chão e por fim decidi observar a moradora num simples pensamento que revela toda a condição das vidas destas pessoas: “Isso deve ser tão cotidiano que ela está acostumada, o que ela fizer eu faço também!”.

A casa de Santina possuía um imenso buraco no chão, e no quarto duas camas de solteiro, em uma dormia seu marido e na outra cama seu filho. Enquanto Santina, no auge de seus 49 anos, dormia em um colchão no chão. Acredito que ao todo fiz 3 visitas a essa moradora, mas nem um dia sequer vi seu marido, que ela nos relatou ser mal-humorado e violento. Um dia ela nos contou uma situação de violência doméstica em que foi salva por uma blusa. Ele ameaçou agredi-la e ela pegou um cabo de vassoura para tentar se defender, em um dado momento ele conseguiu agarrá-la pela blusa e como esta era folgada ela conseguiu retirá-la e saiu

correndo usando apenas seu sutiã para se esconder e se proteger na casa de um vizinho.

Situações de violência naquela localidade eram corriqueiras, apareceram nos relatos de meninos que vinham nos contar que certa vez viram corpos em meio às dunas, que provavelmente eram acertos de contas do tráfico. Apareceram também em relatos de situações de violência do tráfico como o assassinato do marido de Neide ou o descaso do próprio Estado diante do sofrimento da população que se vê obrigada a morar em uma casa sem saneamento e que vê a areia diariamente invadir além da casa a sua saúde. A prefeitura oferecia um valor de 3 mil reais de indenização para a população do local se realocar, o que é um valor que não possibilita o estabelecimento de moradia em qualquer lugar da Ilha de Santa Catarina, e provavelmente em nenhum lugar da área urbana da Grande Florianópolis.

Outra localidade que visitei ainda em 2012 com o intuito de pesquisa foi o bairro Monte Cristo. O bairro possuía um total de 9 comunidades e visitei 3 delas: Chico Mendes, Novo Horizonte, Santa Terezinha I. O Monte Cristo é um bairro muito extenso, localizado na parte continental de Florianópolis, às margens da Via Expressa fazendo divisa com o município de São José. No posto de saúde descobrimos que havia nove comunidades, fato que não aparecia em qualquer mapa ou material a que tínhamos acesso.

Nossa primeira entrada foi em Santa Terezinha I, acompanhadas de uma agente de saúde. Essa comunidade tinha um aspecto muito urbanizado com algumas pequenas moradias de alvenaria espremidas e visivelmente modificadas com os famosos “puxadinhos”. A comunidade se localizava em um morro e à medida que subíamos as ruas os becos iam ficando mais estreitos e a casas mais numerosas. A primeira mulher que conhecemos foi Dona Salete, uma senhora negra de cinquenta anos, sofria de um grave problema de circulação, o que deixou seu tornozelo esquerdo inchado. Ela não conseguia andar corretamente e sentia muitas dores, mesmo impossibilitada de trabalhar para todos os efeitos fazia faxinas e afirmava que precisava trabalhar e cuidar da casa. Salete nos dizia que sustentava sozinha os 12 filhos sem qualquer ajuda do ex-marido, contou que ele era vigilante, trabalhava durante a noite e, certo dia, ela desconfiou que ele tivesse uma amante. Ao pegar os dois no flagra, Salete se orgulha ao dizer que deu uma surra na amante do marido. Salete me lembra das mulheres valentes de que fala Cláudia Fonseca: “mulher admirável é aquela que sabe se mexer — limpando casa, trabalhando fora ou brigando para arrancar o marido/provedor dos braços de uma amante” (2004, pág. 132).

As comunidades Novo Horizonte e Chico Mendes eram um pouco mais planas, mas com a mesma característica da Santa Terezinha I: locais populosos e com pequenas residências modificadas ao longo do tempo e muito adensadas. As duas comunidades tinham rivalidades por causa do tráfico de drogas, havia uma facção diferente em cada bairro que lutava pelo domínio da área, tornando-se inclusive perigoso o trânsito entre as comunidades, mesmo pelas pessoas que não tinham envolvimento com o tráfico.

Fato curioso é que na escola de Ensino Fundamental América Dutra Machado, colégio que se situava na divisa entre as duas comunidades, os efeitos dessa ruptura eram evidentes. Certa vez em conversa com a professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina Denise Cord, ela relatou que suas estagiárias fizeram grupos com as crianças da escola e que ao final dos trabalhos mesclou crianças das duas comunidades. Findo o trabalho as crianças demonstraram profunda tristeza, pois criaram laços de amizade entre si que não poderiam manter lá fora por conta do perigo que seria para a criança de uma comunidade transitar pela outra. Na comunidade Novo Horizonte tivemos a oportunidade de conversar com Dona Eduarda, uma mulher negra de 30 anos que sustentava os dois filhos fazendo lindas unhas decorativas em suas freguesas da própria comunidade. Em uma conversa informal, enquanto fazia belas flores azuis nas minhas unhas, ela falava que se preocupava muito com a violência do bairro. Tanto que se esforçava bastante para comprar videogames e televisões para que seus filhos, ainda pequenos, pudessem se entreter em casa, já que brincar na rua significava perigo.

Dona Menina, matriarca de 52 anos, moradora da comunidade Chico Mendes, trouxe relatos de violência oriundos da polícia, e não do tráfico. Curiosamente seu depoimento falava da violência empregada pela polícia militar, pois, segundo a entrevistada, as ações do BOPE e da polícia civil na comunidade foram sempre muito respeitadas. Em ocasiões em que a instituição da polícia militar entendia que fora atingida em sua honra e autoridade, geralmente pelos traficantes, essa instituição realizava incursões extremamente violentas em represália contra os/as moradores/as, principalmente com os jovens. No momento da entrevista com Dona Menina havia dois adolescentes em sua casa, um com as pernas esfoladas e outro mancando, pois um policial havia torcido seu pé, isso reforçava e escancarava para nós pesquisadores provas dessa truculência militar.

Mãe e avó de muitos jovens, Dona Menina os orientava a ficar mais tempo em casa, pois com frequência os jovens da comunidade eram

confundidos com traficantes e eram injustamente agredidos pela Polícia Militar, que com frequência nessa comunidade abusava de sua autoridade e poder. Ainda assim, ficar em casa não era garantia de segurança, houve vezes em que os jovens foram agredidos dentro da própria casa. Dona Menina nos confessou este fato enquanto mostrava as marcas na porta de madeira, resultado das invasões dos policiais militares. Outra orientação que Dona Menina concedia a seus filhos e netos era relacionada aos amigos que frequentavam a casa e que estavam envolvidos com o tráfico ou com outros atos infracionais, uma vez que seus adolescentes poderiam ter problemas com a justiça caso a polícia entrasse na casa e encontrasse esses amigos por lá.

A marca profunda que essas comunidades me deixaram pode ser resumida em uma palavra: violência, violência do Estado, violência policial, violência do tráfico, violência entre pessoas, violência cotidiana. E a violência foi algo presente também nas minhas visitas à Ocupação Contestado e essa marca me fez dedicar reflexões sobre o tema.

Falar de violência na Ocupação Contestado implica começar pelo nascimento da própria Ocupação. Um ex-prefeito que em promessa de campanha oferece terrenos para uma população segregada da malha urbana que vê uma oportunidade de sair do aluguel, algo que pesa muito no orçamento de uma família pobre. Vítimas! Sei que muitos me criticarão ao chamá-los de vítimas. Sim, eles entraram num sistema ilegal de compra de votos, mas há sim desvantagem quando se nasce pobre e as oportunidades de estudo, habitação e direitos são limitadas. Uma oportunidade como essa pode mudar toda a trajetória de vida das pessoas envolvidas, é uma chance quase inegável. Violência! Ludibriar famílias, uma história que terminou com violência explícita policial de desocupação e retroescavadeiras destruindo pertences duramente conquistados. “Perdi meu emprego para tentar salvar alguns poucos pertences e tirar meus filhos do caminho das retroescavadeiras”. “Tive que morar de favor na casa de familiares”. “Tive que conseguir um aluguel às pressas”. “Tive que dormir no ginásio sem conforto, sem privacidade.”. “Quando resolvemos ocupar um novo terreno dormi os primeiros dias debaixo de uma lona com a minha filhinha recém-nascida”.

No parágrafo anterior devidamente colocadas entre aspas estão falas que ouvi das pessoas que estiveram no processo que culminou na Ocupação Contestado. Parafraseando Zaluar (1994), o ex-prefeito e os/as moradores/as do Contestado não são iguais, nem perante a lei, nem perante a riqueza produzida. A classe trabalhadora pobre, ainda segundo a definição de Zaluar (1994), não goza de inúmeros privilégios, dentre eles a educação. A autora coloca a palavra educação entre aspas, mas

quando emprego essa palavra aqui me refiro aos ensinos fundamental, médio e superior de qualidade. A segregação de classes na sociedade brasileira é violenta, velada, produz desigualdades, é injusta. A violência da promessa de uma vida diferente, a violência da repentina retirada de uma possibilidade de vida melhor, a violência da destruição que vem nas pás das retroescavadeiras e destrói o pouco que foi possível acumular e construir. A história da Ocupação Contestado é inaugurada pela destruição violenta e irracional, travestida de legalidade e de respeito à propriedade – continuo a me perguntar: respeito à propriedade de quem? Ao direito à vida de quem? Aos Direitos Humanos de quem?

A gênese violenta da Ocupação Contestado dá o tom dos conflitos que seguirão acontecendo ao longo dos próximos meses e anos, mas que precisa ser compreendida em toda a sua complexidade e capacidade produtiva – afinal, apesar de tudo e de todos a Ocupação resiste. Mas definir violência é algo complexo e concordo com Montagna (2004) quando afirma que esse conceito é por excelência multidisciplinar e que não pode ser abarcado na sua totalidade por nenhum campo do conhecimento. Este autor deixa de lado a parte biofisiológica da violência e a redefine na esfera psicossocial.

...agressividade proposta ou empregada com finalidade e desejo de destruir, de aniquilar, ou de dano à integridade de outro (s) ou de si mesmo. A integridade pode ser moral, psíquica ou mesmo cultural. Sua marca é a destrutividade desejada e intencionalidade consciente. Contudo, também pode surgir como inconsciente. Não é possível excluir o desejo inconsciente como motor da ação – podemos ser guiados pelo “estrangeiro”, pelo “estranho”, pelo “isso” dentro de nós, parte fundamental de nós mesmos. A ação pode ser individual ou grupal (Montagna, 2004, p.103).

A violência é um fenômeno extenso, mas não me interessa nesse trabalho analisá-la como patologia. Utilizar uma visão da psicopatologia para classificar uma sociedade ou classificar indivíduos como doentes ou são não me parece privilegiar um trabalho etnográfico. Faz parte da cultura presumir que o psicólogo precisa analisar qualquer fenômeno do ponto de vista clínico, publica-se na mídia que vivemos uma sociedade doente, acostumada com a violência crônica, assim como é comum o uso errôneo de termos como psicopatia e sociopatia na mídia e na cultura em geral. Não me interessa a vida psíquica dos sujeitos da Ocupação Contestado em sua estrutura, mas me interessa compreender como essa agressividade transformada em desejo de destruição matiza as vidas dos

sujeitos que lá residem. Interessa-me entender como essa gênese destrutiva e injusta fundou uma comunidade que preza pela não violência e tenta se manter justa apesar de todos os empecilhos legais e políticos que são colocados à sua existência como comunidade autogestionada.

Não quero assumir a violência do ponto de vista unicamente psicológico, social, jurídico ou institucional. A visão do direito é importante e útil, mas para tanto poderia se citar a constituição ou simplesmente o que a ONU define como Direitos Humanos, mas isso foge do escopo etnográfico e da rica experiência cotidiana da Ocupação. Meu interesse está em como os sujeitos da Ocupação Contestado vivenciam a violência, assim como o que estes sujeitos entendem como violência. Também objetivo compreender como a visão deles entra em choque com outras visões externas ao campo (sejam acadêmicas, do direito ou qualquer outra área que colonize os saberes locais) ou mesmo da minha própria visão na qualidade de pesquisadora.

A noção de violência só se faz presente se o cidadão e a cidadã violentados têm noção do que lhe é próprio, daquilo que ninguém tem o direito, sem seu consentimento de tocar, penetrar, usar, subtrair e destruir (FELIPE; PHILIPPI,1998). Esta noção ficou marcada nas vidas de todas as pessoas que estavam no despejo inicial, que viram seus direitos serem destruídos sob o peso das máquinas de construção. Talvez essa seja uma explicação convincente de por que a Ocupação Contestado aceitou tão prontamente a ajuda de acadêmicos do curso de Arquitetura da UFSC para que seus terrenos fossem demarcados e separados. Os dias de verão eram de um calor lancinante, a poeira do chão batido e seco pela falta de chuva ficava impregnada em todas as roupas e não havia água potável além de um único “gato” que havia sido recém-estabelecido em uma das tendas que ficava na parte mais alta do terreno. E ainda assim a Ocupação estava inteira, ao sol, sem água, cravando estacas e fios no chão, demarcando os terrenos, aterrando os aclives para que um dia fosse possível ter alguma coisa além de tendas e chão batido. Aquelas e aqueles alunos que ali estavam demarcando os terrenos faziam um segundo trabalho: uma tentativa de reinstalar a ordem na vida daquelas pessoas, uma tentativa de devolver o direito à propriedade, solapado pela ingerência política, para aquelas pessoas que haviam perdido tudo.

Por outro lado essa noção de ter direito a algo inalienável só pode ser construída no sujeito através da lei (FELIPE; PHILIPPI,1998, p.16-17). A lei, no caso do Contestado, foi precisamente o que interveio na vida de todas aquelas pessoas, foi a lei a responsável por expulsá-las da terra que havia sido prometida, foi a lei que destruiu seus pertences e as fez perder seus empregos, seus aluguéis e tudo o mais que não pode ser

descrito de maneira simples neste texto. Como reestabelecer a lei nessa situação? Como voltar a acreditar que a lei podia proteger ao invés de violentar? A resposta da Ocupação Contestado foi a autogestão, foi organizar uma nova lei, uma lei própria, uma lei além do Direito e do Estado, mas uma lei que fosse justa (diferente da profunda injustiça vivenciada na desocupação), na forma de um regimento que todos devem acatar, e que só tem uma forma máxima de punição: a expulsão.

Se não uma lei, uma demarcação clara do espaço, no sentido de organizar seu uso, com base no respeito entre as pessoas. A reinstauração da lei ocorreu por um movimento duplo: a aceitação da entrada de organizações políticas e acadêmicas e a construção de um regimento interno à ocupação, que fez às vezes de lei. Os alunos de arquitetura, ao organizarem o espaço da Ocupação com suas estacas cravadas no chão e seus fios de demarcação de terrenos fizeram às vezes de reconciliadores dos sujeitos da Ocupação com o respeito à propriedade do outro. E sanaram aquilo que a lei havia quebrado.

Portanto, foi a instalação prática e física da Ocupação que possibilitou a volta da noção de agência (PISCITELLI, 2005) aos sujeitos da ocupação, que permitiu que pudessem olhar para si mesmos não apenas como vítimas de uma sórdida ordem política, mas como produtores de outra ordem, menos arbitrária e mais solidária. Se não há uma mínima noção de agência também não há movimento de resistência contra a violência, a violência acaba sendo encarada como fazendo parte do destino, naturalizada, divinizada ou demonizada (FELIPE; PHILIPPI, 1998, p.16-17). Portanto a presença das organizações políticas foi essencial para que não ocorresse uma completa desmobilização das pessoas afetadas pelo despejo e seu consequente espraiamento pelo tecido urbano. Este era o grande risco para a Ocupação Contestado: que a organização interna fosse perdida frente ao descrédito da lei como princípio de respeito comum entre todos os sujeitos que residem na Ocupação.

Em 2015 quando fomos fazer um novo cadastro da Ocupação Contestado, ofereci-me junto com alguns acadêmicos da UDESC para ajudar. Enquanto estávamos reunidos com algumas lideranças repassando os questionários de cadastro, Chapa (40 anos) chega em um velho Santana azul e começa a gritar para nós, no meio de uma das ruas de acesso à ocupação: “A gente não precisa de cadastro! A gente precisa de casa! De condição de vida melhor!”. Ao que Paula o interrompe: “Chapa, eles não são da prefeitura.” Ele imediatamente volta a si e entra no carro como se nada tivesse acontecido e continua seu caminho para dentro da ocupação. Paula então nos explica a causa de tamanha explosão:

Nossa, se falar da prefeitura para ele... ele fica revoltado. Mas sabe que lá na primeira ocupação ele já tinha uma casa lá, só tinha uma casa naquele terreno que era a dele. Ele foi lá e botou, mas aí teve essa onda que o prefeito falou que todo mundo podia botar casa lá. Mas ele já morava há um ano lá. (Paula, 33anos)

Chapa foi possivelmente uma das pessoas mais afetadas por toda a história da ocupação, e perdeu investimento de um ano de sua vida na construção da casa que tinha no terreno original. A intensidade da ira de Chapa ressoou imediatamente em todas nós, e seu eco me acompanhava cada vez que me colocava a tentar entender a razão de tanta violência e tantas dificuldades de convivência existirem na ocupação.

Acompanhei diversos casos de violência dentro da Ocupação Contestado, cada qual com diferentes desfechos e consequências, tratarei aqui de alguns dos casos mais emblemáticos, e que revelam a natureza fracionada das respostas políticas da Ocupação Contestado em sua instância máxima (a assembleia) assim como as difíceis relações entre as experiências anteriores à ocupação e a exigência de não violência colocada pelo regimento.

O primeiro caso é o de Maria (25 anos, negra), um caso que havia ocorrido alguns dias antes de uma de minhas visitas ao campo. O relato era de que havia acontecido um caso de violência doméstica na ocupação, e Jairo (o marido de Maria) havia batido tanto em sua esposa que ela havia ficado vários dias sem sair de casa em razão do grande inchaço em seu rosto. Comecei a conversar com as pessoas com quem tinha mais familiaridade na ocupação sobre o caso, e eventualmente descobri através de Célia (50 anos, dona de um bar dentro da ocupação) que a violência havia começado no próprio bar. Maria estava, segundo Célia, tarde da noite no bar, em uma roda de mulheres solteiras, e estaria usando uma saia. Esta teria sido a motivação da briga, a presença no bar com outras mulheres que eram solteiras e o fato de estar usando uma saia.

A primeira questão que deve ser respondida é: o que leva um homem a espancar sua esposa por estar conversando com mulheres solteiras e usando uma saia? Um ensaio de reposta pode ser encontrado no trabalho de Lia Zanotta Machado (2004) em que analisa o que pensam homens que cometeram violência (especialmente a sexual) contra mulheres sobre os crimes que realizaram, e como se articulam com a visão do que é o feminino e o que é a mulher. Sua conclusão central é que os homens têm a ideia de honradez centralmente alocada, e compreendem que uma mulher com quem se relacionam pode, através de seu

comportamento, macular a sua honra. No caso do trabalho de Lia Zanotta Machado (2004) isso se relaciona com a mulher ser vítima de um estupro, mas podemos ampliar essa visão para atingir alguma compreensão sobre o caso de Maria. Com seu ato simplório de estar entre mulheres solteiras, Jairo parece ter compreendido que o grupo equacionava Maria que, portanto estaria experimentando um momento extra-casamento. Fazer isso é o mesmo que manchar a honra de Jairo, que então forçosamente produziu a reclusão de Maria à casa. Espancou-a como forma de fazê-la retornar ao local que, em sua acepção cultural de “homem honrado” (MACHADO, 2004) era o único lugar que uma mulher poderia ocupar: a casa, a vida privada.

Apesar do binarismo público/privado ter sido aos poucos criticado dentro das teorizações e pesquisas feministas e a construção teórica de inúmeras outras tenha migrado para a desconstrução dos binarismos e das antíteses que acabam por cristalizar posições de gênero (VON SMIGAY, 2008), é importante entender que os binarismos ainda estão cotidianamente e efetivamente presentes na cultura brasileira. O modelo societário que o feminismo tem ainda é apenas isso, um modelo, que carece de muito trabalho e militância para que possa se tornar realidade. Nossas políticas de proteção à mulher ainda são voltadas majoritariamente para a violência doméstica, e isso por si só já explicita quais as vivências especificamente femininas da violência.

A resposta de Maria foi ficar diversos dias em casa, impedindo assim que as pessoas pudessem vê-la com o rosto ferido. Isso é importante pelo fato de que Maria era especialmente ativa politicamente na Ocupação Contestado, ao ponto de que uma ordem de despejo que foi dada à comunidade em seus meses iniciais saiu em seu nome –o que revela o reconhecimento judicial do seu protagonismo político. Em contraste com a tentativa de aloca-la à vida privada, Maria continuou, após se recuperar, a participar ativamente das reuniões e manifestações feitas pela Ocupação. Isso parece apontar para a conclusão de que a violência de Jairo não objetivava a simples reclusão de Maria, pois a mesma pôde retomar suas atividades políticas sem mais problemas. A questão aqui parece ser de outra ordem, a ordem do controle sexual da mulher através da violência. Lia Zanotta Machado (2001) argumenta que:

A escuta de parceiros agressores de suas companheiras exige refletir sobre a articulação entre masculinidade e a vontade do controle dos desejos e das vontades de outrem. Sujeitos e corpos são controlados para repetir infinitamente a mesma

rede e um mesmo formato de relações sociais que se quer. (MACHADO, 2001, p.2)

Há ainda outra questão a ser considerada, a resposta que a Ocupação Contestado deu para o caso. Se a organização da ocupação seguisse o regimento à risca não haveria outra saída: Jairo e Maria, militantes em intensa atividade pela organização e manutenção da Ocupação deveriam ser expulsos. Isso não aconteceu, o caso sequer foi discutido em assembleia, ao que tudo indica houve uma invisibilização da violência machista que Maria sofreu, e como uma de minhas informantes comentou, “colocaram panos quentes”.

Os efeitos do sexismo são também evidentes tanto nas posições tomadas por residentes, quanto por militantes presentes na Ocupação Contestado quando afrontadas/os com a violência. Sexismo é definido por Von Smigay como:

Atitude de discriminação em relação às mulheres. Mas é importante lembrar que se trata de uma posição, que pode ser perpetrada tanto por homens quanto por mulheres; portanto, o sexismo está presente intragêneros tanto quanto entre gêneros. Inscrita numa cultura falocrática, impregna o imaginário social e o prepara a um vasto conjunto de representações socialmente partilhadas, de opiniões e de tendência a práticas que desprezam, desqualificam, desautorizam e violentam as mulheres, tomadas como seres de menor prestígio social. (VON SMIGAY, 2008, p. 34)

A resposta política da Ocupação Contestado foi de fingir ignorância dos fatos que diversas pessoas comentaram comigo, sendo eu uma pessoa que nem morava lá e as acompanhava apenas periodicamente. É claro que se essa informação chegou até meus ouvidos, era de conhecimento comum das/dos residentes. A pergunta então muda de ângulo: poderia Maria recorrer a alguma outra possibilidade de garantir sua segurança? Maria reside em uma área em que a polícia geralmente não entra, e que, para todos os fins práticos, não pode ser chamada a adentrar. Isso acontece em função de um ponto de tráfico que existia previamente à Ocupação Contestado, e que implica em uma constante ameaça para a existência da ocupação. A tal ponto existe esta ameaça que o regimento da ocupação proíbe o uso de drogas exatamente para evitar problemas com a boca ou a instalação do tráfico dentro da própria ocupação através da cooptação de residentes. A polícia não se aproxima por causa do ponto de tráfico, e residentes não chamam a polícia para evitar problemas com o ponto de tráfico. É um jogo de poderes dentro do qual Maria não tinha escapatória.

Não há Lei Maria da Penha em um local em que os direitos constitucionais são retirados e suspensos pela inação do Estado e pela instalação de um poder paralelo, como bem define Judith Butler: poder não é o mesmo que lei (2007, p.8).

A impossibilidade de acesso às políticas de proteção à mulher se coaduna com a naturalização da violência contra a mulher que perpassa as falas que ouvi na Ocupação, fazendo com que para Maria a única solução foi se fechar em casa e esperar seu rosto desinchar. Como já foi apresentado em outros momentos, as Brigadas Populares realizaram um esforço para impedir situações de violência através do estatuto produzido em conjunto com as/os residentes, assim como em diversos momentos de reuniões que acompanhei pude presenciar falas sobre a necessidade de não haver violência (inclusive com o argumento de evitar problemas com o tráfico de drogas da região). No entanto, é necessário salientar que os/as militantes das Brigadas Populares neste momento tiveram que tomar parte no impasse que resultou da violência doméstica, e optaram por concordar com a saída dada pelas/os residentes: a convivência com a violência doméstica como um mal menor que a expulsão de lideranças que faziam parte de seu projeto político.

Ao considerar a política, mesmo a política interna da ocupação, como constitutiva de todos os sujeitos nela inseridos, é importante compreender que “para abordar a violência contra a mulher, faz-se necessário o entendimento de gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças entre os sexos e como modo primordial das relações de poder” (KRONBAUER; MENEGHEL, 2005, p. 696). Portanto há sempre o risco de que ignorar a situação pela qual Maria passou tenha tido um efeito político muito mais amplo do que possam ter compreendido os/as residentes e as organizações políticas no contexto da Ocupação: o de ratificar a naturalização da violência contra a mulher de forma que sua repetição seja também vista como algo normal e comum. Sustentar as relações de poder pré-estabelecidas à ocupação é também arriscar o projeto político que as organizações tinham, o de criar um local que não precisasse reproduzir os estigmas e padrões que existem fora da Ocupação Contestado. Evidentemente que simplesmente ignorar a aparição destes padrões não vai fazer com que desapareçam.

Os próximos casos a serem discutidos demonstram que esse efeito político muito provavelmente está em curso ativo na comunidade. Perguntei para Paula sua opinião sobre o que havia acontecido com Maria, e comentei que a regra de número 17 da Ocupação diz “Não será permitido nenhum tipo de violência doméstica ou contra outro morador da comunidade.” Sua resposta me chamou muita atenção:

Ah tem bastante, e é muito complicado tu querer se envolver nisso, às vezes tu tenta e até consegue tomar alguma atitude, mas daí a própria situação volta e daí a gente ainda sai por ruim né. Às vezes a mulher mesmo que vai atrás do marido pedindo para voltar sabe. Então é complicado, bem complicado! (Paula, 33 anos)

As condições que podem levar uma pessoa a querer manter ou reatar um relacionamento abusivo são muitas, e as condições econômicas aqui não podem ser subestimadas. No entanto, o que me chama atenção não é esse *script* tão comum das relações de violência – chegando ao ponto de receber o nome de ‘ciclo da violência’ – mas a constatação de Paula de que existem muitos outros casos como o de Maria. Mesmo estando em campo há alguns meses, até saber do caso de Maria nunca havia testemunhado ou ouvido de meus e minhas informantes qualquer coisa sobre violência doméstica.

Algumas semanas depois de saber da violência sofrida por Maria, estava novamente na Ocupação acompanhando uma reunião de coordenação. A reunião acontecia no barracão, mesmo lugar em que ocorrem as assembleias que julgam os casos de expulsão por violência. Ao fim da reunião uma das coordenadoras, Amada, ao sair do barracão encontra seu marido, Daniel. Amada perguntou o que Daniel estava fazendo ali, ao que Daniel respondeu que teria vindo busca-la, imediatamente Amada grita que “Você não tem nada que vir me buscar!”. O casal entra no barracão, e lá o desentendimento se torna uma briga, com direito a tapas e socos, na qual Amada parece estar sendo muito mais agressiva do que Daniel, que mais se defende do que agride. O filho de Amada e Daniel, André, de apenas 9 anos acompanhou toda a série de eventos, e foi sua intervenção que finalmente impediu que a cena se agravasse mais ainda, pois em meio aos socos a criança foi atingida, o que fez com que Daniel voltasse para casa. Amada, ao contrário do que imaginei, o seguiu até em casa imediatamente.

A cena de agressão pública entre os dois sujeitos é ainda mais gritante do que a de Maria. Enquanto a cena de Maria foi invisibilizada por ter ocorrido dentro do domicílio (ao menos em sua parte mais violenta, afinal a discussão se iniciou no bar, segundo Célia), o caso de Daniel e Amada é emblemático do paradoxo que é colocado para a organização quando uma de suas líderes é violenta com seu marido publicamente. Segundo Marilena Chauí (1985) a violência não é só uma violação de normas, regras e leis, mas uma “conversão de uma diferença

e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão” e “a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa” (p. 4). Dessa forma, a violência que Amada comete é também violência doméstica, pois cria essa relação de desigualdade, como um dos membros das Brigadas Populares relata: “nem se preocupa, se houver briga física, eu temo é por ele.” (Erivaldo, militante das Brigadas Populares).

Em entrevista posterior com Amada e Daniel, na qual Amada me vendeu um creme para torcicolo que era “tiro e queda” perguntei sobre a situação de violência doméstica de Maria. Ambos me responderam ao mesmo tempo, completando as frases um do outro, mas sempre concordando que o caso de Maria é violência física, pois entendem que a briga foi desigual fisicamente. A impressão que tive era que tentavam qualificar diferentemente a sua relação da relação de Maria, pois entre Daniel e Amada predomina um equilíbrio de capacidades físicas para violência. Sobre Maria, Amada relata:

A cara dela ficou muito feia porque ele é forte. Eu e o Daniel às vezes brigamos de soco, mas nunca se machuco feio. A gente combino de agora sempre conversa e falar a verdade quando tiver errado. Um exemplo na última festa do Contestado eu mais ele discutimos aí deu um caso sério. Aí seguinte, o que tem que fazer. Eu fiquei quieta aguentei tudo que ele falou, depois ele veio embora pra casa e eu deixei pra conversar com ele na segunda-feira. Porque eu pensei muito bem no meu desconto que eu tinha que dar pra ele. Ele tava tomado, tomou desde cedo, a tarde inteira tomando, e ele não tava mais sabendo mais de nada, aí peguei ele na segunda-feira, bati ele na parede daí nós dois se acertamos e acabou a briga, tem que ser assim.
(Amada, 42 anos)

Uma violência que ocorre dentro de uma relação de convivência e relacionamento afetivo, mesmo que não seja apenas contra uma mulher, não deixa de ser violência. O problema aqui reside na criação de uma cultura de tolerância à violência, especialmente quando as pessoas envolvidas são politicamente relevantes. Se já existe jurisprudência²⁰ que dá ganho de causa a homens através da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), é necessário compreender que a violência doméstica é um

²⁰ <http://direito-publico.jusbrasil.com.br/noticias/157860/lei-maria-da-penha-e-aplicada-para-protoger-homem>

fenômeno que pode atingir pessoas de todos os sexos e dentro de uma continuidade de vivências afetivas e sexuais onde se estabelece uma relação de disparidade de poder ou dominação.

Há ainda um outro relato de Paula sobre um caso que acompanhou na Ocupação que parece apontar para uma outra solução para os dilemas envolvendo relações violentas. Já que o uso do aparato policial é impossível, a saída encontrada pelas e pelos residentes é realizar uma arquitetura de segurança própria, através do estabelecimento de laços comunitários:

Teve um caso de uma mulher aqui na ocupação que chamou a polícia e não quis mais voltar para ele, ela até pediu aquela medida para ele não poder mais chegar perto dela. Mas eu acho que ele não vem aqui não é por causa nem da medida protetiva e nem da polícia, ele não vem porque sabe que se vier o pessoal vai para cima dele. Porque se realmente a mulher não quer mais o cara o pessoal aqui tem como ajudar, mas quem tem que querer é a pessoa. (Paula, 33 anos)

Ou seja, podemos constatar que as reações à violência não são definidas pela violência doméstica, seja privada ou pública, mas pela relação que se estabelece entre as pessoas que cometem ou sofrem as violências e a comunidade. Se a relação comunitária não se vê afetada existe algo próximo de uma negligência de responsabilização, ninguém parece querer intervir no caso. O uso da psicologização e individualização da situação de violência também é outra forma de estabelecer a forma de lidar com a questão. É interessante notar que mesmo em meio a toda uma construção política de coletividade seria a individualidade da decisão de terminar ou não um relacionamento abusivo que seria a mais respeitada, e não os efeitos que tem a violência na tessitura comunitária.

Nem todas as violências que ocorrem na Ocupação Contestado são de ordem doméstica ou tem um fundo de gênero como questão central. O caso de Aline envolve diversas peculiaridades, em primeiro lugar pela forma altamente atípica de entrada na Ocupação. Aline havia recém se separado de seu marido e foi à Ocupação para pedir ajuda e lugar para morar, trazendo sua filha junto. Leila relata:

Levei ela para uma reunião e falei que ela tava precisando muito de uma casa, fiz o cadastro dela e não passei nem para Lola. Por causa que a Lola é uma das lideranças daqui do Estrela Guia. Então eu até passei por cima da Lola. E a Lola me disse que essa mulher ia incomodar e que

ela era estranha. E eu falei que ela tava na rua, tava com a filha e foi. E ajudamos a mulher. (Leila, 30 anos)

A tentativa da organização política de dar uma estrutura clara e processual para a participação na ocupação nem sempre é efetiva. Visto que uma situação como essa nunca poderia acontecer desta forma, sem um cadastro de espera para participação na ocupação, há nesta situação uma quebra de regras organizacionais em razão da empatia com a situação de Aline, fato que mina os esforços de ordenação assim como os esforços políticos que tentam lá ser desenvolvidos. Independentemente destas questões mais formais, a história de Aline logo se desdobra em situações mais problemáticas. Ainda segundo o relato de Leila:

Aí um dia a mulher me aparece, eu não sabia que ela era alcoólatra. Com a mudança, sem casa, e largou tudo em frente à minha casa. Aí o que que eu fiz: tinha bastante madeira aqui do lado, daí falei tem essas madeiras aqui, chamemos o pessoal e fizemos a casa para ela. Chamei o pai dos meus filhos, comprar prego compramos tudo para ela. Fizemos uma casinha para ela, conforme foi indo, começou a beber, apareceu com um homem, pai da menina, na casa dela, aí essa menina começou a incomodar também, as meninas falaram que ela bebe a noite toda, bate na filha. (Leila, 30 anos)

Aqui é importante notar a naturalização da violência que ocorre contra as crianças nesta comunidade, o conceito de Chauí (1985) novamente é operativo para a leitura da situação: há um grave desnível de poder e uma objetificação da criança. É uma situação incômoda para a comunidade, que é utilizada para julgar Aline, porém não é grave o suficiente para ser levada para a assembleia. Simplesmente não foi realizada qualquer denúncia para outras instâncias internas da comunidade, e novamente a opção individual de bater na criança todas as noites é vista como questão de foro íntimo, e não como um problema de ordem estrutural que possa ter consequências para a comunidade. A naturalidade com que a questão é tratada pode ser compreendida pela historicidade deste tipo de violência:

A violência contra crianças e adolescentes acompanha a trajetória da humanidade desde os tempos antigos até o presente. É, portanto, uma forma secular de relacionamento das sociedades, variando em expressões e explicações. Sua superação se faz pela construção histórica que “desnaturaliza” a cultura adultocêntrica,

dominadora e patriarcal da sociedade brasileira.
(RAQUEL SANCHEZ; MARIA CECÍLIA DE
SOUZA MINAYO, 2004)

Se a Ocupação Contestado já tem dificuldades em lidar com violências extremas que levam membros à reclusão em suas próprias casa, ou mesmo de lidar com violências que ocorrem em meio às reuniões de coordenação, a violência contra as crianças, ainda mais invisível, não poderia ter destino muito diferente. É mais um momento que põe em questão a dificuldade de se levar um projeto político de igualitarismo a cabo. Conseguir realizar a desnaturalização é um processo árduo, longo, e cravejado de situações paradoxais, como a própria história de Aline atesta. Uma história de violência contra a filha, por uma mãe alcoolista, que passa ainda por uma cena dramática em meio ao carnaval:

Aí chegou a época do carnaval. Essa mulher foi pro carnaval com a filha, perdeu a filha no carnaval. Ela bêbada, passado das 11 horas, com a filha na chuva, batendo na criança, começou a berrar com a criança. Aí o pessoal ligou para o conselho tutelar né, veio o CT e levou. No outro dia de manhã eu achei ela chorando, perguntei o que tava acontecendo. “Tô com vergonha.” Aí perguntei, “cadê a fulana?”. E ela falou “tô com vergonha, eu não sei como contar.”. “Como assim? O que tu fez?” “Eu não fiz nada”. “Comecei a gritar com ela”. “Veio o conselho tutelar e levou ela”. (Leila, 30 anos)

A violência de Estado que sofrem as pessoas de camadas populares ultrapassa qualquer tipo de violência institucional que comumente afete as camadas médias. A intervenção diretiva e inconstitucional do Conselho Tutelar, que praticamente sequestrou uma criança, argumentando que a estava protegendo, demonstra como a falta de direitos humanos básicos é uma das marcas das populações de baixa renda no Brasil. Apesar do entendimento de que as crianças devem ser protegidas da violência, a mãe também tem o direito de ampla defesa assim como de saber para onde sua filha havia sido enviada, o que não aconteceu em momento algum (o argumento do Conselho Tutelar à época era de que por se tratar de fim de semana de carnaval a falta de pessoal impediu a comunicação – de qualquer forma, os direitos de Aline foram feridos, assim como os de sua filha tanto por ser agredida pela mãe quanto por ser forçosamente retirada de sua convivência). É questionável se as ações drásticas do Conselho Tutelar teriam sido as mesmas caso se tratasse de uma criança de camadas médias. Quanto menos compreensão de como funciona o aparato estatal,

mais sujeitas a violações e mais passividade frente às violências se produz. Muitas vezes minha impressão ao realizar essa etnografia era de que todos os problemas do campo se resumiam às barreiras que o Estado impunha ao acesso aos direitos preconizados pela constituição brasileira a estas pessoas. Erivaldo, militante das Brigadas Populares tece algumas considerações sobre esta relação dificultosa entre a ocupação e o Estado:

O povo pobre é tratado pelo estado não como um cidadão, mas como uma possibilidade de votos, mas tudo na base do favor e não do direito. A inserção no mercado de trabalho também é outra violência, grande parte do Contestado trabalha, inclusive com carteira assinada. E nem por isso estão bem, estão em condições precárias de trabalho, com salários minúsculos que não dão conta das necessidades básicas da família. Outra parte que caracteriza a violência estatal é a polícia que age como se tivessem uma autorização de abordar violentamente essas pessoas. (Erivaldo, 27 anos)

O detalhamento da história de Aline é longo pela quantidade surpreendente de violências que perpassam sua trajetória, mas o momento mais impactante é uma briga com Leila, que narra as tensões que se construíram na relação entre as duas:

Aí falei “carnaval no máximo até as 9, ainda mais debaixo de chuva”. Aí ela não queria contar pra ninguém, aí eu falei, “ó tem que contar, pra que alguém possa te ajudar. Que eles têm os advogados, pra te ajudar, tu, a tirar essa criança”. Aí tá, foi atrás tudo isso, consegui tirar a criança. Aí começou a bater, mas ela sempre batia, ela já batia nessa criança. Ela fica bêbada e começa a bater na criança. Aí eu sempre me metia, ia lá e falava Aline, dá pra falar com essa criança, “ela não me escuta, fica berrando, não pode”. Aí eu sempre batia de frente com ela. (Leila, 30 anos)

A falta de uma saída política ou institucional para a violência contra a filha de Aline acaba por minar a relação com Leila, que produz um atrito constante na relação das duas. Estes atritos culminam em uma briga que envolve armas brancas e contundentes:

A briga mesma aconteceu quando eu estava trabalhando, uma amiga pegava meus meninos na creche e ficava com eles até eu chegar. Aí saí do trabalho e tinha uma audiência no Fórum, a gente

estava se separando. Por isso que não saí daqui [referindo-se à Ocupação]. Para pegar minha parte da casa, minha parte do terreno. Fiquei muito nervosa porque eu só tinha 6 mil reais pra receber. O meu marido, que a casa já era dele, essas coisas assim. Vim assim, furiosa, e eu já estava. Enquanto eu ia saindo, naquele corredorzinho ali do lado de casa, e ela ali, podre de bêbada. A pessoa vim querer resolver alguma coisa comigo bêbada, quer resolver alguma coisa comigo venha sã, não bêbada, alterada. Aí começou a falar que tinha um cachorro debaixo da minha casa, que tava enchendo, que tem pulga. Aí eu já nervosa, falei “pulga, tá entrando na tua casa porque tu é porca. Outra, tenho mais o que fazer”. Virei as costas fui pegar minhas crianças. Aí quando voltei ela veio com tudo pra cima de mim. Aí fui passar assim, ela veio, com uma faca de serra pra cima de mim. Isso que quando ela veio eu empurrei o meu filho assim, falei “Aline...” comecei a xingar nome, “Ah, tu quer, então vai ter”. E ela com a faca, e isso com meu filho bem embaixo da faca. Eu falei, “Aline, baixa essa faca”, com meu filho ali, bem embaixo. Aí eu vi, tinha um cabo de vassoura, peguei e dei bem nas mãos dela. Eu dei, acho que quase quebrei os dedo dela. Aí nisso ela fez um escarcéu, disse que eu tinha batido nela. E a mulher do Sérgio viu tudo, foi ela que me defendeu. (Leila, 30 anos)

A complexa rede de violências – políticas, jurídicas, institucionais, pessoais – experimentadas por ambas as mulheres eclode em um único momento. A luta entre elas acaba tão repentinamente como começou, como se ambas entendessem que desta forma não conseguiriam resolver seus problemas, apenas somariam outro problema às suas já difíceis e sofridas vidas. Leila relata o processo jurídico de separação de seu marido como uma experiência de violação de seus direitos econômicos, conjuntamente com a responsabilidade de ter que criar dois filhos tendo recebido apenas 6 mil reais insustentável. Em meio a isso uma vizinha que foi ajudada em um momento de fragilidade, a quem Paula dedicou tempo e esforço, acaba se tornando um estorvo em sua vida e prejudica a precária ordem que com muito esforço havia sido estabelecida na Ocupação Contestado. A violência entre estas mulheres não só parece compreensível, como parece uma extensão e uma continuação do que ambas vinham experimentando.

Dentro dos campos de estudo das violências é praticamente unânime a ideia de que a violência não é naturalmente humana, faz parte de um “complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade” (MINAYO, 1994, p.7). Na produção da violência se cruzam problemas advindos da política, da economia, da vida psíquica, da moral, da justiça e das relações humanas e institucionais. Desconsiderar as questões particulares da briga entre Aline e Leila seria um erro, pois ambas sucumbem às intensas pressões de praticamente todas as comunidades pesquisadas na Região Metropolitana de Florianópolis.

Uma das grandes diferenças presentes no caso de Aline e Paula, é que em vez da já comentada convivência, houve uma socialização da questão. O caso foi levado à assembleia por causa da alegação de Aline de que Paula havia batido nela, o que Paula já havia confirmado em entrevista comigo dias depois do caso. Paula afirma que este momento teve um efeito significativo em sua relação com as formas políticas da ocupação:

Fui pra assembleia por que ela falou que eu tinha batido nela, entrado na casa dela, quebrado o computador. Foi quando eu me afastei completamente da ocupação, não quis mais saber de nada. Porque eles foram, o pessoal de baixo veio pra cima de mim, são tudo uns casquero também. Só que aí o pessoal daqui fizeram um abaixo assinado. ‘Falaro’ que eu estava desde o início da ocupação, que a Aline nunca somou pra ocupação, que eu somei. Aí deu o maior arranca rabo, sabe. (Leila, 30 anos)

A ampla discussão gerada pelo fato não serviu para criar uma maior politização e implicação de Paula na Ocupação Contestado, mas teve o efeito contrário por somar-se a toda uma experiência em que se sentia violada, ultrajada e injustamente acusada. A sua resposta foi recorrer à única opção que poderia lhe dar um mínimo de amparo: chamar a polícia. Como já explicado, a polícia geralmente não entra na Ocupação Contestado e nas cercanias por causa do tráfico de drogas instalado na região, mas isso não impediu uma mulher que recentemente havia sido ameaçada com uma faca, realizar a ligação que lhe traria consequências ainda mais nefastas:

Só que aqui é assim, tu chama a polícia, tu tem que ir lá na boca avisar, nessas hora tu acha que eu ia lembrar de avisar a boca? Aí os cara lá de cima vieram pra cima de mim, disseram que tinham

perdido não sei quanto de droga por eu ter chamado a polícia. Aí eu tive que pagar 900 reais lá na boca. Tive que pagar na hora, 900 reais na boca. (Leila, 30 anos)

Não só as/os residentes da Ocupação Contestado são sujeitas/os às violências do Estado – o crime eleitoral perpetrado por um representante do Estado, a desocupação destrutiva, a impossibilidade de acessarem os aparelhos de saúde e educação, a impossibilidade de policiamento entre outras mais – e das/os próprias/os residentes como também do tráfico de drogas, corroborando a intensa vivência de violência por parte dessa população, que se vê a todo tempo sendo alvo de intervenções externas que grande parte do tempo apenas lhes retiram direitos, em vez de os agregar.

As discussões sobre a briga entre Paula e Aline não acabam com a trágica perda de um sexto do que Leila havia ganho em seu divórcio, mas continuam dentro dos aparatos de autorregulação da ocupação:

Na assembleia resolveram que eu não ia sair nem a Aline, porque se chegasse da Aline sair e eu sair também, estou na merda. Porque antes disso já tinha marcado reunião com o promotor sobre o que aconteceu. E ele me falou se eu sair dessa ocupação... Por que ele disse que ele tem responsabilidade e prioridade sobre as pessoas que estavam lá no ginásio, o promotor. Aí eu contei tudinho pro promotor, porque eu me apavorei. Porque tu acha que eu, depois de tudo, de passar dias e dias dentro do barraco, com homem, sem comida, pra pessoal aqui dentro. Até pessoal das Brigadas Populares, Bandeira Negra. Não dormia, passava noites e noites sem dormir tudo correndo atrás de gente que estava entrando em casa, indo atrás de coisa de doação. Era reunião, nem tinha tempo pros meus filho. Aí porque eu dei uma vassourada numa diaba que veio com uma faca pra cima de mim eu vou ser expulsa? Aí eu pensei, vou deixar quieto, fui lá marquei reunião com o promotor, contei minha história pra ele. E ele disse pra mim que se mais uma família que estava no ginásio sair da ocupação ele lava as mãos. Ele bota tudo isso aqui a perder, ele tira o time dele de campo. Aí depois disso ficou marcado, que se tivesse mais uma briga, era expulsão, não ia ter nem assembleia. Porque se a Aline vive em

confusão, ela tem que ir embora. Porque se vale pra um, vale pra todos. (Leila, 30 anos)

Finalmente, a resposta da Ocupação Contestado assume coerência com seus próprios regimentos, mas não sem antes haver uma clara ameaça de que as/os residentes da ocupação seriam deixadas/os à própria sorte (mais uma vez, pelo Estado) em virtude da saída das pessoas que originalmente haviam sido desalojadas e abrigadas no Ginásio. As condições do início da ocupação como relatadas por Leila foram difíceis, e explicam os motivos pelos quais houve abandonos da ocupação. O esforço necessário para manter mais de cem famílias em uma situação como a descrita por Leila é incrível. Não há dúvidas de que as organizações políticas foram fundamentais para a organização e manutenção da ocupação, mas suas falhas são tão evidentes quanto seus sucessos. A dificuldade de lidar com a violência sem poder recorrer a qualquer tipo de aparato estatal apenas reforça a importância que tem a autogestão para a ocupação. Em um momento anterior à briga entre Leila e Aline outra luta entre dois homens, também envolvendo armas brancas ocorreu, e houve a deliberação de que em casos de violência a expulsão não seria automática, estabelece-se de maneira orgânica um adendo regimental de observação de 15 dias após qualquer violência ocorrida dentro da ocupação, não havendo reincidência, as pessoas envolvidas podiam continuar no local. Agora a mesma solidariedade aparece para Aline e Leila.

Manter as pessoas na ocupação é obviamente um dos objetivos das organizações políticas lá inseridas, e deve ser considerada à luz da resistência como forma de pressão política. O ideário de reforma urbana que as Brigadas Populares sustentam tem forte lastro marxista, e os movimentos populares de autogestão e de desobediência às ingerências do Estado e do grande capital são considerados como altamente desejáveis e como traços que definem o que é uma ocupação como espaço político.

A briga de faca que deu origem à deliberação de 15 dias de observação citada acima é descrita por Mariquinha (militante das Brigadas Populares):

Dois caras brigaram de faca por causa e uma menina de 14 anos. Essa menina é famosa por dar em cima do marido de geral. Aí parece que ela estava com um e dava em cima do outro, e aí eles brigaram entre si. Mas que os dois ou um dos dois estava bêbado. Um levou uma facada no abdome e o outro no rosto. Nessa briga o pessoal chamou a polícia e o pessoal da boca perto ficou puto e falou

para as famílias que não queria briga ali que trouxesse polícia. Como os dois caras que brigaram eram muito trabalhadores e ajudaram muito a ocupação, a assembleia decidiu não expulsá-los. (Mariquinha, 27 anos)

Um elemento constante nas deliberações da assembleia em casos de violência é a consideração das colaborações à ocupação realizadas pelos sujeitos envolvidos no caso de violência, algo como um julgamento de seus antecedentes construtivos contra suas tendências destrutivas, aparentemente esse aparato de justiça moral é mais importante do que a materialidade da violência.

Existem também sérias evidências de que a violência entre homens não só é comum dentro da ocupação quanto tolerada. Estudos sobre a masculinidade (SCHPUN, 2004; FULLER, 1998; CONNELL, 2005) correntemente descrevem a violência como uma forma de homosociabilidade (WELZER-LANG, 2000) tipicamente masculina, e que serve como forma de definir disputas, assim como estabelecer laços. Célia, mulher negra matriarca de 54 anos, dona de um bar no andar de baixo de sua casa relata que quando homens iniciavam uma briga em seu bar, ela mesma já apartava os envolvidos e “mandava brigarem longe dali”, e completa “mulher não resolve nada, só causa mais confusão, quando teve uma briga entre duas moradoras, eu chamei os maridos das duas e disse: ‘Façam seus papéis de homens, usem a cabeça!’”. O sexismo (RIOS, 2009) evidente na fala de Célia é também um traço cultural importante da Ocupação Contestado, e apesar da forte presença de mulheres nas instâncias deliberativas da ocupação não parece ter havido grandes avanços nas questões relativas à mulher. Isso não impede Célia de exercer ativamente seu poder como dona do bar, de expulsar homens e manda-los para longe, mas ao denegrir as capacidades resolutivas das mulheres compõe mais um fio da tessitura de falas que ouvi na ocupação que denigrem a mulher, que entendem a mulher como incapaz de decidir, de trabalhar com as próprias mãos ou mesmo de resolver uma disputa em um bar – ironicamente, o que a própria Célia faz.

Célia tem uma casa de dois pisos, no piso térreo funciona o bar, no segundo piso vivem ela e alguns dos filhos, e ao lado, vive o filho mais velho com a esposa. Ao lado do bar existe um espaço semelhante a uma garagem, com chão batido e vigas de madeira, espaço aberto, e no centro, uma mesa de sinuca. Célia relata que aos domingos recebe uma dupla profissional de cantores sertanejos, e isso atrai muitos/muitas moradores/as do Contestado. Algumas pessoas que moram ao redor da ocupação reclamam do barulho, ligam para a polícia e segundo Célia

“uma vez registraram 16 chamadas” de denúncia. Porém, ela não deixa a polícia se aproximar, sobe a rua e os encontra na esquina da quadra que leva à ocupação para se explicar, e os policiais vão embora, pois “sabem que ela é uma pessoa do bem”. A relação com os aparelhos de Estado é sempre tensa na ocupação, e uma fonte constante de ameaça para o bem-estar da população ou de um novo despejo.

Com o tempo as respostas à violência da Ocupação Contestado foram se tornando mais complexas, organizadas e sofisticadas. Em conversa com Diogo (24 anos), este me contou que após as várias brigas envolvendo armas brancas a organização elaborou um protocolo informal de resposta à violência:

Quando acontece dentro da ocupação a gente tenta manter a calma, chamar os dois para uma conversa. Separado primeiro, para ouvir as duas versões. Ouvindo as duas versões, a gente deixa os dois em observação e a segunda é expulsão, para que não venha a desconstruir o movimento, pra manter todo mundo unido. Porque quem tá por aqui tá em busca de alguma coisa, e se tá em busca de sua casa tem que manter o foco ali. Muita coisa a gente aprende disso e passar de alguma forma. (Diogo, 24 anos)

Das respostas apolíticas, das invisibilizações e naturalizações da violência começa a surgir um novo tipo de ação política: a chamada para o diálogo e a tentativa de educação para a não violência dentro da ocupação. Neste momento o diálogo passa a ser a ferramenta essencial, que tenta organizar as disputas e ordenar as relações entre as/os moradoras/es.

Outra mudança é a forma como as entidades organizativas reavaliaram suas ações e passaram a desenvolver formas próprias de considerar a responsabilidade dos sujeitos envolvidos em brigas ou cenas de violência doméstica. A saída da ocupação é muito diferente das saídas jurídicas consagradas no ordenamento brasileiro, e envolvem a responsabilização de todas as partes, independentemente da sua posição na relação ou mesmo das condições em que ocorreu a violência, conforme relata o coordenador Diogo:

A gente tem que aprender a consertar os erros, por isso que estamos aí pra lutar e pra aprender com isso. Eu no meu modo de pensar, eu acho que pra resolver, não existe o culpado e o não culpado, se a briga aconteceu de algum lado ela veio, e aí a punição, tanto para aquela que começou e aquela que terminou tem que ser punida o mesmo, o

padrão tem que ser o mesmo. Porque o conflito foram dos dois, então a questão não seria ele fez ou ela fez, foram os dois, e os dois tão junto na cagada, vão responder pela cagada juntos. (Diogo, 24 anos)

Não é só a responsabilização que é pensada e desenvolvida estrategicamente, mas também as ações de discussão e diálogo interno à ocupação. Diogo também relata que em certo momento foram realizados grupos de discussão, que debateram as melhores saídas para os casos de violência e desenvolveram um acordo dentro da assembleia que definia os passos a serem tomados nestas situações. Diogo conclui: “A briga é não chamar a atenção de quem tá do nosso lado pra não nos destruir, queremos chamar atenção pra construir com a gente. A gente tá de portas abertas. Pra destruir a gente já não quer”.

As mudanças no tocante à violência são vistas pelas Brigadas Populares com bons olhos, entendem que o regimento interno é uma forma de disciplinar as relações sociais de forma não violenta. O militante Bob desenvolve a ideia mais a fundo:

Em um lugar que é constituído por pessoas que desde pequenos, em sua maioria, tem a sua constituição como individuo pautada pela violência. A primeira violência é a do Estado e da polícia. Para quem é pobre o Estado se apresenta através do cassetete, Os casos de violência doméstica dentro da ocupação são recorrentes. A própria ideia de que tem que se resolver as coisas de maneira violenta é entendido como algo natural. A sociedade capitalista é pautada pela violência e ir contra isso é muito difícil. É interessante para o Estado e para as classes dominantes que eles resolvam as coisas assim, porque é interessante que as classes populares sejam desorganizadas. (Bob, 24 anos)

Independentemente dos elementos sociológicos utilizados por Bob em sua análise do campo, é importante entender a lógica que rege as ações das Brigadas Populares dentro do campo. Há uma forte tendência a produzir uma burocratização interna e avessa às lógicas do Estado, que são vistas como extensões do poder das camadas médias e elites, que só poderá ser contraposto quando as camadas populares se virem contempladas por aparatos e lógicas desenvolvidas dentro da materialidade de suas vidas e dos saberes locais que dominam e reconhecem como seus. Esta contraposição, binária e claramente moderna em sua concepção epistêmica e ontológica é aplicada também na maneira

como as Brigadas Populares apresentam sua concepção de mundo para as/os moradoras/es do Contestado:

A gente coloca que o inimigo não é o vizinho, e sim quem está lá fora. Mas isso [a violência] tem se modificado, já tivemos relatos de moradores/moradoras “olha eu queria matar, eu queria brigar, mas eu estou aqui para lutar pela minha casa. Não vou arriscar brigar e ser expulso da ocupação, se não fosse isso eu já tinha furado fulano”. (Bob, 24 anos)

Ou seja, o pressuposto que lancei no início deste texto, de que de alguma forma a intervenção das Brigadas Populares e outras organizações na Ocupação Contestado (seja pela organização urbanística do espaço ou da regimentação das relações) haviam conseguido reorganizar as forças que pressionavam os sujeitos que compuseram a ocupação dando-lhes uma possibilidade de reinserção para um conceito próprio de justiça. Não é necessário que as/os moradoras/es deixem de desejar “furar” suas/seus vizinhas/os, apenas que não o façam, já é uma organização efetiva de respeito ao outro, mesmo que ainda frágil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ocupação Contestado existe desde 2012, são quatro anos, de denúncia das irregularidades eleitorais brasileiras, de demanda por moradia popular e de déficit habitacional. A ocupação é apenas uma das facetas que revelam o déficit habitacional do município de São José e da Grande Florianópolis em geral. A quantidade de novos prédios que foram sendo construídos ao longo de meu percurso no campo é impressionante, e mudou significativamente a constituição urbana do Bairro Serraria, assim como dos entornos. Os organismos públicos se veem cada vez mais pressionados a responder a este aumento e adensamento populacional e a ocupação é apenas outro dos elementos neste campo de disputas territoriais.

Mesmo não havendo uma política de habitação popular há mais de 10 anos em São José (contando com os 8 anos que a atual prefeita informou), a prefeitura ainda não possui nenhum planejamento para sanar essa reivindicação. O projeto habitacional oferecido para a Ocupação Contestado e que corre via o Programa *Minha Casa, Minha Vida* irá inegavelmente sanar parte das questões políticas levantadas pela ocupação, mas caminha lentamente, produz uma imensa quantidade de burocracia, as obras sequer foram iniciadas e não há uma previsão de

conclusão. Sendo 2016 um ano eleitoral de nova escolha para a prefeitura, a previsão de resolução pela gestão atual é pequena ou inexistente. O que significa que a ocupação continuará existindo em seu formato atual ao menos até a reorganização política em 2017, que aí abrirá a possibilidade do projeto habitacional ser executado e construído.

O crime eleitoral praticado pelo ex-prefeito Djalma Berger o condenou a 8 anos de ilegitimidade e a uma multa no valor de um carro popular (cerca de trinta mil reais), mas o prejuízo material, emocional e psíquico para as 100 famílias enganadas é incalculável. Não houve qualquer discussão sobre a restituição das posses perdidas na desocupação ou alguma forma de indenização para os sujeitos que eventualmente constituíram a Ocupação Contestado além do projeto habitacional. A responsabilização de Djalma Berger parece no mínimo injusta ante o dano que causou.

A Ocupação Contestado apresentou uma grande dificuldade de inserção no bairro e teve que pressionar os órgãos públicos para acessar serviços urbanos essenciais devido ao seu não reconhecimento como parte do bairro. A ocupação teve que se organizar de uma maneira própria, muitas vezes funcionando fora das estruturas do Estado. Lidar com as questões de violência se mostrou difícil e os impasses decorrentes de lidar com a violência quando de fato não se pode acessar o aparato policial e punitivo foi um desafio que necessitou de avanços de compreensão, de ação política e de técnica organizacional – elementos que a ocupação teve que desenvolver sozinha, contando apenas com o apoio de organizações que não tinham experiência direta em enfrentar a violência nas formas em que se apresentaram.

O aparato policial basicamente só opera na ocupação quando chamado em virtude da complexa questão legal que está envolvida na realização e manutenção da ocupação de um terreno que é considerado até o momento presente ilegal. Realizar o chamado à polícia tem o potencial de criar consequências danosas para a ocupação como entidade política, e coloca um aparato policial que muitas vezes age de forma truculenta e repressora dentro de uma comunidade que já passou por muitas situações de violência coletiva. É compreensível então que as/os moradoras/es fiquem ressabiadas/os e evitem envolver a polícia em suas disputas e problemas. Além disso, existe nas proximidades uma “boca de fumo” que ameaça a localidade, deixando bem claro que não tem interesse que a polícia atue sobre as mediações, impedindo que possa ser construída uma relação diferente com os aparatos policiais.

Todas as violências sociais e políticas sofridas pelas classes populares acabam estabelecendo uma cultura de violência nos seus

espaços, e promover uma desnaturalização dessa violência é um desafio importante, provavelmente uma das mais difíceis ações necessárias dentro da ocupação. A modificação de uma cultura, mesmo que local, é sempre algo lento e difícil, e nestes quatro anos de ocupação foi uma questão que vi cotidianamente sendo discutida e rediscutida, não havendo uma saída direta ou fácil, apenas a consciência de que é necessário fazer alguma coisa.

A mobilização política dos/das moradores/moradoras do Contestado foi difícil pelo fato de que era uma população previamente despolitizada, sem qualquer causa comum ou experiência em mobilizações. A Ocupação Contestado precisou contar com toda uma rede de apoio, diversas organizações políticas, núcleos de pesquisa, jornalistas e em especial a organização política Brigadas Populares compuseram essa rede de apoio, que continua em ação até os dias atuais e persevera na tentativa de encontrar uma solução justa para todas as pessoas que lá residem.

A ocupação é um campo rico, é um projeto político em curso, com todos os problemas e potencialidades que um experimento de outra forma de organização social apresenta. A maior riqueza da ocupação são suas experiências, sua dinâmica interna, sua capacidade de se reorganizar, de mudar para abarcar outras formas de existência, de produzir uma cultura de solidariedade entre pessoas que nunca haviam antes compartilhado um projeto político conjunto.

Os erros e os acertos da ocupação podem e devem ser questionados, mas o que a Ocupação Contestado tem a ensinar é muito mais do que uma série de tentativas de resolução de problemas: é demonstrar que mesmo no século XXI ainda é possível tentar criar uma saída coletiva – e às vezes até utópica – para os sérios problemas que nossa sociedade vive. É a produção de um outro modelo societário, que paradoxalmente vive no seio do modelo que produziu a radical expulsão que a originou. As pessoas que eventualmente criaram seu lugar, sua terra, suas casas e descobriram uma nova forma de se relacionar com a sociedade que os desalojou e enganou é a experiência relevante e pedagógica.

A experiência da Ocupação Contestado, em última instância, é a necessária e radical tentativa de restaurar algo que nossas sociedades perderam: um sentimento de comunidade, de ajuda mútua, de camaradagem. Sem as intensas e constantes colaborações entre as/os moradoras/es a ocupação nunca teria dado certo, ela é tanto um testemunho às organizações políticas envolvidas quanto à incrível resiliência das pessoas que a compõem. É também a forma possível de

reparar, de sanar aquilo que foi destruído pelo ato, inescrupuloso de um político manipulador. Ao menos posso dizer, enfim, que a Ocupação Contestado vive.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio; BURIGO, Henrique. **Homo sacer, o poder soberano ea vida nua I**. Ed. UFMG, 2007.

ALMEIDA NEVES, Magda de; PEDROSA, Célia Maria. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 1, p. 11-34, 2007.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica**, v. 17, n. 2, p. 41-52, 2005.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A dimensão subjetiva da desigualdade social: um estudo na cidade de São Paulo**. 2007. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/233.%20a%20dimens%C3o%20subjetiva%20da%20desigualdade%20social.pdf>. Acesso em: 15 maio 2014.

BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. São Paulo: Editora 34, 2008. 248 p.

BOULOS, Guilherme. **Por que Ocupamos?: Uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: Scortecci, 2012. 71 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

.BUTLER, Judith; CHAKRAVORTY SPIVAK, Gayatri. **Who sings the nation-state?** Language, politics, belonging. Seagull Books, 2007.

CHANT, Sylvia. Dangerous equations? How female-headed households became the poorest of poor: causes, consequences and cautions. **IDS Bulletin**– Institute of Development Studies, v. 35, n.4, p.19-25. oct. 2004.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. **Perspectivas antropológicas da mulher**, v. 4, p. 23-62, 1985.

CANELLA, Francisco; et al. **O movimento sem-teto e a Ocupação Contestado: perfil social e trajetórias de vida dos moradores**. Coordenador. (Projeto de Pesquisa) Florianópolis, UDESC, Fevereiro de 2015

CRENSHAW, Kimberlé. DOCUMENTO PARA O ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL RELATIVOS AO GÊNERO. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171, jan. 2002. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9558>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

CMI - Centro de Mídia Independente. “**A Casa que o Prefeito deu prá nós**”. [Vídeo], postado por SIEMAN, Norberto, 17 nov. 2012. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=-4VQog9kguWM>>. Acesso em: 14.mqr. . 2015.

COELHO, Carolina Marra Simões. Gênero: teoria e política. **Dimensões**, n. 23, 2009.

CONNELL, Robert William; CONNELL, Raewyn. **Masculinities**. Univ of California Press, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

COSTA, Flavia. Entrevista com Giorgio Agamben. **Rev. Dep. Psicol., UFF**, Niterói, v. 18, n. 1, p. 131-136, June 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232006000100011&lng=en&nrm=iso>. access on 15 . Jan. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-80232006000100011>.

DAMATTA, Roberto. Casa e a Rua: Espaço. **Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**, v. 5, 1997.

FELIPE, Sônia T.; PHILIPPI, Jeanine N.. **O Corpo Violentado: Estupro e Atentado Violento ao Pudor**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. 116 p

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez editora, 1995.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso. **Revista Brasileira de Educação**, v. 10, p. 58-78, 1999

FONSECA, Claudia. **Família, Fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRAGOSO, Mariana Pitasse. **As contribuições da comunicação no processo de identidade da Ocupação Contestado**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014. 101 p

FULLER, Norma. La constitución social de la identidad de género entre varones urbanos del Perú. **Masculinidades y equidad de género en América Latina**, p. 56-68, 1998.

GIFFIN, Karen. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 10, n. supl 1, p. 146-155, 1994.

GONÇALVES, Renata. Dinâmica sexista do capital: feminização do trabalho precário. **Lutas Sociais**. ISSN 1415-854X, n. 9/10, p. 125-132, 2005.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos Focais como Técnica de Investigação Qualitativa: Desafios Metodológicos**. Paidéia, São Paulo, v. 24, n. 12, p.149-161, 2003.

GUIMARÃES, Gleny Duro (org.). **Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva**. EDIPUCRS, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. TupyKurumin, 2006.

HARDING, Sandra. “A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista”. In: **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, n.1 vol.1, p. 7 a 31,1993

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. **São Paulo: Hucitec**, p. 81-104, 1980.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 139-156, 2002.

KRONBAUER, José Fernando Dresch; MENEGHEL, Stela Nazareth. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Rev Saúde Pública**, v. 39, n. 5, p. 695-701, 2005.

LAGO, Mara Coelho de Souza; SILVA, Elizabeth Farias da; FREITAS, Rosana de C. Martinelli et al. **Táticas Locais e Estratégias Internacionais: a política social do Programa Bolsa Família e as relações de classe, gênero, raça/etnia em Santa Catarina (o caso de Florianópolis)**. 2012

LAGO, Mara Coelho de Souza. **Modos de Vida e Identidade: Sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da Ufsc, 1996. 274 p.

MACHADO, Lia Zanotta. **Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea**. Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2001.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. **Masculinidades**, v. 1, p. 35-78, 2004.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; TONIN, Vitor Hugo. Segregação Socioespacial e Luta por Moradia na Grande Florianópolis: raízes e características da Ocupação Contestado. **Revista de Ciências Humanas**, v. 49, n. 2, p. 224-255, 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, n. 2, 2010.

- MARICATO, Ermínia. Dimensões da tragédia urbana. São Paulo, 2002. Disponível em:<<http://www.comciencia.br>>. Acesso em: 27 out. 2013.
- MARTINE, George; MCGRANAHAN, Gordon. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. **População e Cidade: Subsídios para o Planejamento e para as Políticas Sociais, Campinas/Brasília, UNFPA**, p. 11-24, 2010.
- MARTINE, George; MCGRANAHAN, Gordon. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. **População e Cidade: Subsídios para o Planejamento e para as Políticas Sociais, Campinas/Brasília, UNFPA**, p. 11-24, 2010.
- MELO, Victor Andrade de. Lazer e camadas populares reflexões a partir da obra de Edward Palmer Thompson. **Movimento. Porto Alegre. Vol. 7, n. 14 (2001), p. 9-19**, 2001.
- MINAYO, MC de S. et al. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de saúde pública**, v. 10, n. 1, p. 7-18, 1994.
- MIRANDA, Rogério. **Habitação Popular & Favelas: em Biguaçu, Florianópolis Palhoça e São José**. 2001. Disponível em:<http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/24_05_2010_16.48.45.0484708a3bbef731e3721691ef46e10a.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2014.
- MONTAGNA, Plínio. Violência, Psicanálise e Interdisciplinariedade. In: SANDLER, Paulo Cesar (Org.). **Leituras Psicanalíticas da Violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 101-118
- NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Feminist psychology and violence against women in intimate relations: the (re) construction of therapeutical spaces. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 43-64, 2003.
- OKIN, Susan Moller; BIROLI, Flávia. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, p. 305-332, 2008.
- OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estud. av.** São Paulo , v. 18, n. 50, p. 57-60, Apr. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

40142004000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 18. Jan.2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000100006>.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. PESQUISAS EM VERSUS PESQUISAS COM SERES HUMANOS. **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**, p. 33, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: Olhar, ouvir, escrever. In: **O Trabalho do Antropólogo**. São Paulo/Brasília: EdUNESP/ Paralelo n.15, p.17-35, 2000.

PEREIRA, Maria Cecília; BRITO, Mozar José de. Desemprego e subjetividade no contexto brasileiro: uma análise interpretativa sob a ótica dos excluídos do mercado de trabalho industrial. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, v. 6, n. 1, p. 143-181, 2006.

PEREIRA, Rosângela Saldanha et al. Transversalidade de gênero e políticas sociais no orçamento do estado de Mato Grosso. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 425-450, Aug. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Feb. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200008>.

PINHEIRO, Fundação João. **Déficit Habitacional no Brasil 2011-2012**. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações, 2015.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero no mercado do sexo. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 25, p. 7-23, Dec. 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200001&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Feb. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332005000200001>.

POPULARES, Brigadas. **Brigadas Populares: Quem somos**. 2009. Disponível em: <<http://brigadaspopulares.blogspot.com.br/2009/05/brigadas-populares-e-uma-organizacao.html>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

QUEIROZ, M. I. P. De relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. Em: VON SIMPSON, O. M. (org.). **Experimentos com histórias de vida: Itália/Brasil**. São Paulo: Vértice, 1998. p. 14-43.

RIOS, Roger Raupp. Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

ROLNICK, Raquel; BONDUKI, Nabil. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Erminia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-omega, 1979. p. 117-154.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais-Desde 1996-ISSN 1415-854X**, n. 2, p. 59-79, 2004.

SANCHEZ, Raquel Niskier; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão histórica, social e de saúde. **Violência faz mal à saúde**, p. 29-38, 2004.

SCHPUN, Mônica Raisa. **Masculinidades**. Boitempo Editorial, 2004.

SCOTT, Joan. (1999). A Experiência. In: SILVA, A, LAGO, M., RAMOS, T. (orgs.), **Falas de Gênero. Teorias, análises, leituras**. Florianópolis: Editora Mulheres

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul. /dez. 1995, pp. 71-99

SILVA, Helena Menna Barreto. Apresentação. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização dos centros urbanos**. Pinheiros: Annablume, 2006. p. 7-20.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Erminia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-omega, 1979. p. 21-36.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização dos centros urbanos. Pinheiros: Annablume, 2006. p. 59-88.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG, 2010

SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa: Investimentos Públicos e Dinâmica Sócioespacial na Área Conurbada de Florianópolis (1970-2000)**. Florianópolis: Ufsc, 2015. 254 p.

SWAIN, TANIA NAVARRO. Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas "femininas". **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 67-81, July 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000300010&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Jan. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000300010>.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras et al. Cambios y permanencias: investigando la paternidad en contextos de baja renta. **Revista interamericana de psicología= Interamerican journal of psychology**, v. 40, n. 3, p. 303-312, 2006.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia**. Red Revista Estudos Feministas, 2000.

VON SMIGAY, Karin Ellen. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. **Psicologia em Revista**, [S.l.], v. 8, n. 11, p. 32-46, out. 2008. ISSN 1678-9563. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/136/130>>. Acesso em: 16 Jan. 2016.

ZANELLA, Andrea Vieira et al. Diversidade e diálogo: reflexões sobre alguns métodos de pesquisa em psicologia. **Interações**, v. XII, n.22, p. 11-38, 2006.



7.2. Anexo B - Regimento Interno da Ocupação Contestado

Proposta de regimento interno

Eis, abaixo, regras e normas aprovadas na Assembleia Geral da Ocupação Contestado. Devem ser seguidas por todos e todas. A Coordenação e todos os membros da Ocupação têm a responsabilidade de zelar pelo respeito às normas e regras, abaixo, descritas.

- 1) A terra é para quem mais precisa. Só farão parte da comunidade pessoas que vivem de aluguel, de favor ou em área de risco;
- 2) O lote conquistado é para usufruto. É proibido vender ou comprar lote. Se alguém vender, a pena será: perderá quem compra e quem vende.
- 3) Após a legalização do Assentamento, o Poder Público fará uma inspeção a partir de cadastro. Quem tiver outra moradia, perderá o direito de continuar com a casa e lote;
- 4) Construir o mais rápido possível;
- 5) Não pode construir e não morar. A família que não estiver morando, perderá o lote e a construção;
- 6) Não é permitido alugar;
- 7) Os lotes terão o mesmo tamanho;
- 8) Participar da luta é condição para continuar tendo o direito ao lote. É necessária a participação nas reuniões dos Grupos, na Assembleia Geral e nas lutas propostas pela Coordenação;
- 9) Todas as decisões serão tomadas coletivamente impedindo qualquer forma de autoritarismo;
- 10) Não ser egoísta, preguiçoso e nem fotoqueiro;
- 11) Respeitar os vizinhos, principalmente com relação ao som alto;
- 12) Cada família deve manter a limpeza do seu lote e da rua na frente do seu lote;
- 13) Todas as famílias devem cuidar de suas crianças e de seus animais de estimação;
- 14) A comunidade deverá reservar um espaço para criação de uma horta comunitária e para a sede da associação de moradores;
- 15) É proibido o tráfico de drogas ilícitas dentro da ocupação;
- 16) É proibido o consumo de drogas ilícitas dentro da ocupação;
- 17) Não será permitido nenhum tipo de violência doméstica ou contra outro morador da comunidade;
- 18) Todos membros da Comunidade são corresponsáveis pela luta. Logo, devem ter iniciativa e propor ações que beneficiem toda-a comunidade;
- 19) É objetivo das comissões garantir as melhores condições possíveis para a ocupação de alimentação, saúde, segurança, educação e todos os demais setores priorizados na Assembleia Geral;
- 20) Cada morador deve cumprir com disciplina este regimento e todas as propostas aprovadas em Assembleia Geral;

Florianópolis, Dezembro de 2012

7.3. Anexo C - Fotos da Ocupação Contestado



Foto: Osíris Duarte



Foto: Osíris Duarte



Foto: Osiris Duarte



Foto: Livia Monte



Foto: Livia Monte



Foto: Livia Monte